

**Nº 08 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 17 de Abril de
de 2009. -----**

Aos dezassete dias do mês de Abril do ano dois mil e nove, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. João Gonçalves Martins Batista, e com as presenças dos Vereadores, Sra. Dra. Maria Aline da Silva Ferreira Caetano, Sr. Arqt. António Cândido Monteiro Cabeleira, Sr. Dr. Luís Manuel Areias Fontes, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas Sr. Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues e Sra. Dr.ª Maria de Lurdes Rogado Leitão Duarte Almeida Campos, e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Director de Departamento de Administração Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas e quarenta minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de catorze de Abril do corrente ano. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

**I - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A
ACTIVIDADE MUNICIPAL. -----**

O Presidente da Câmara começou por dar conhecimento ao Executivo Municipal sobre os seguintes assuntos relacionados com a Actividade Municipal: -----

- **Reunião da Comunidade Intermunicipal de Trás os Montes** - No pretérito dia 07 do corrente mês realizou-se uma reunião de trabalho da Comunidade Intermunicipal de Trás os Montes, tendo sido determinada a tomada de posse dos eleitos para a assembleia intermunicipal no próximo dia 5 de Maio, em Bragança. -----

- **Agrupamentos de Saúde** - No pretérito dia 09 do corrente mês teve lugar um encontro com o Presidente Executivo dos Agrupamentos de Saúde. Em sede de tal reunião, o Município manifestou a sua disponibilidade institucional no sentido de que os munícipes possam beneficiar de um melhor atendimento na prestação de cuidados de saúde. -----

- **Prova de Atletismo** - No pretérito dia 10 do corrente mês, realizou-se a 1ª Prova de Atletismo da Eurocidade, evento que contou com mais de 200 participantes. -----

**II - INTERVENÇÃO DO VEREADOR, ENG. NUNO ARTUR ESTEVES FERREIRA
RODRIGUES. -----**

Usou da palavra o Vereador, Sr. Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, tendo começado por agradecer, em nome do Centro de Formação Profissional de Chaves, à Câmara Municipal de Chaves, a cedência das suas máquinas para a execução dos trabalhos associados ao melhoramento do parque de estacionamento afecto às instalações do Centro. -----

De seguida, o referido Vereador, solicitou esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara, sobre a identificação da sigla SESIC e qual o seu significado. -----

Em resposta à questão colocada pelo Vereador do Partido Socialista, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, informando o executivo que a Sigla SESIC, sintetiza a denominação atribuída à Sociedade para o Ensino Superior e Investigação em Chaves. ----- Trata-se de uma entidade criada para entrar em pleno funcionamento logo que a Escola de Enfermagem seja transformada em Escola Superior de Saúde. -----

Perante a resposta do Senhor Presidente da Câmara sobre o assunto em causa, usou da palavra o Vereador Senhor Engenheiro Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, tendo solicitado informação sobre a existência de encargos financeiros assumidos por tal entidade, tanto mais que é do seu conhecimento que já foram emitidos, por determinada professora, recibos verdes em nome da "SESIK". -----

Em face do pedido de esclarecimentos ora apresentado pelo Senhor Vereador, o Presidente da Câmara informou o Executivo que, de imediato, irá solicitar informação sobre o assunto, a qual será, ulteriormente, levada ao conhecimento deste Executivo. -----

III - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ASSUNTOS NÃO INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA, AO ABRIGO DO ARTIGO 83º, DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, E ULTERIORES ALTERAÇÕES. -----

O Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, e nos termos do regimento em vigor, reconheça a urgência de deliberação sobre os assuntos abaixo indicados: -----

1. CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESTINADO A SAD, CENTRO DE DIA E LAR DE IDOSOS - PEDIDO DE DECLARAÇÃO - ASSOCIAÇÃO LAR SENHOR DOS MILAGRES DE VILA VERDE DA RAIA - SITO EM VILA VERDE DA RAIA - FREGUESIA DE VILA VERDE DA RAIA - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/04/15. -----

2. PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE - PEDIDO DE RECTIFICAÇÃO DE CERTIDÃO - LÍDIA MARIA MONTALVÃO CANGUEIRO VASQUES - SITO NO LUGAR DO PODRE (QUINTA) - FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/04/15. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

1. ACTAS:

1.1. Aprovação da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 02 de Abril de 2009. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida acta. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

2.1. CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE A ADP, S.A., A ÁGUAS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, S.A. E O MUNICÍPIO DE CHAVES, PARA O ESTABELECIMENTO DAS BASES DE UMA PARCERIA PÚBLICA ATRAVÉS DAS ENTIDADES GESTORAS DOS SISTEMAS MULTIMUNICIPAIS DE GESTÃO E EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS ACIMA IDENTIFICADAS. PROPOSTA Nº 21/GAPV/09. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Justificação -----

Através do ofício registado nos Serviços de Expediente Geral desta Autarquia, sob o nº 5356, de 3 de Abril de 2009, a empresa "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro", vem propor a celebração de um protocolo, visando definir os princípios e regras tendentes à efectivação de uma parceria pública entre a administração central e a administração local, com vista à integração dos sistemas municipais, no sistema multimunicipal concessionado à empresa antes mencionada. -----

Considerando que no âmbito da implementação do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais para o período 2007-2013, torna-se necessário flexibilizar o modelo vigente de gestão e exploração dos sistemas municipais tendentes à prestação dos serviços de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas; -----

Considerando que esta nova modalidade de gestão e exploração dos sistemas municipais tendentes à prestação dos serviços de águas pressupõe o respeito da autonomia local e das competências próprias das autarquias locais; -----

Considerando que esta modalidade de gestão, contempla a exigência de segurança jurídica e de compatibilidade do novo modelo com os princípios e regras de direito comunitário; -----

Considerando que o interesse que subjaz à outorga deste documento/protocolo é a consecução de economias de escala, de gama e de processo, no sentido último da melhor protecção dos utilizadores finais dos serviços públicos de águas e da sustentabilidade ambiental da prestação dos referidos serviços; -----

II - Enquadramento Legal -----

Considerando que nos termos da disposição prevista no nº 1, do artigo 26, da Lei 159/99, de 14 de Setembro, o Município, dispõe, no feixe das suas atribuições, de competências no âmbito do planeamento, gestão de equipamentos e realização de investimentos no domínio dos sistemas municipais de abastecimento de água; -----

Considerando, ainda, que nos termos do disposto na alínea h), do nº 2 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro e ulteriores alterações, compete à Câmara Municipal colaborar no apoio a

programas e projectos de interesse municipal, em parceria com outras entidades da Administração Central, dispondo ainda, tal órgão executivo, de competência para deliberar sobre a participação do Município em projectos e acções de cooperação descentralizada. -----

III - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: -----

- Que seja aprovado o documento anexo, traduzido na matriz de Protocolo a celebrar entre **ADP, SGPS S.A., a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.** e o **Município de Chaves**, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----

- Que seja legitimado o Presidente da Câmara Municipal de Chaves, para em nome da Autarquia, proceder à outorga do referido documento;-----

Chaves, 13 de Abril de 2009 -----

O Presidente da Câmara -----

(Dr. João Batista) -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

2.2. CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE COMERCIAL ANÓNIMA, DE CAPITALS MINORITARIAMENTE PÚBLICOS, PARA A CONCEPÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, CONSTRUÇÃO, EXPLORAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS MUNICIPAIS, BEM COMO TODAS AS INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE APOIO, SITAS NO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 22/GAPV/2009. --

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Considerando que: -----

1. O interesse municipal dos investimentos propostos é justificado pelo potencial de desenvolvimento do Concelho de Chaves que advém do reforço da atractividade de um concelho onde existem infra-estruturas que exploram de forma integrada os recursos existentes, numa lógica de complemento de valor acrescentado. -----

De facto, o Município de Chaves necessita, do ponto de vista estratégico, de promover a reorganização do fluxo de tráfego indissociável à conclusão de importantes estruturas rodoviárias, muito particularmente, o IP3/A24 e respectivos acessos, dotando o Concelho de novas vias de comunicação, muito concretamente: -----

- Troço da Circular Externa de Chaves - Rotunda da EM 507/Rotunda da Zona Industrial da Cocanha; -----

- Rua Nova da Madalena - Rotunda do Rajado à Rua do Sabugueiro. ----

2. As restrições orçamentais motivam que, só por si, o município não disponha do capital necessário para a concepção, construção e operacionalização de tais infra-estruturas, essenciais ao bem-estar das populações e ao desenvolvimento socioeconómico da comunidade, justificando a busca de parceiros privados que se comprometam com a execução de tais projectos destinados ao provimento das necessidades públicas, ultrapassando as restrições financeiras existentes; -----

3. O modelo de negócio proposto baseia-se na constituição duma sociedade comercial de capitais minoritariamente públicos, para concepção, implementação, desenvolvimento, construção, exploração, manutenção e conservação de Vias Municipais, bem como todas as infra-estruturas e equipamentos de apoio, sitas no Concelho de Chaves que o compõem, com co-gestão sustentada por acordo parassocial que garanta o papel estratégico do município; -----

4. De acordo com o n.º 1 do art. 32.º da Lei n.º 53 -F/2006, de 29 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei do Orçamento de Estado para 2008 e 2009, os empréstimos que venham eventualmente a ser contratados pelas empresas que integram o sector empresarial local, apenas terão relevância no endividamento municipal, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio previstas no artigo 31º, que, no caso em concreto, se vislumbra que esse equilíbrio, apenas possa vir a ser aferido numa óptica plurianual, de acordo com o disposto no n.º 5 do aludido art. 31º da Lei 53-F/2006, de 29 de Dezembro; -----

5. No âmbito da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro (art.º 53, n.º 2, al. m), na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, compete à Assembleia Municipal autorizar o município nos termos da lei, a associar-se com outras entidades públicas, privadas ou cooperativas e a criar ou participar em empresas privadas de âmbito municipal, que prossigam fins de reconhecido interesse público local e se contenham dentro das atribuições cometidas aos municípios. De igual forma, os n.º 2 e 3 do art. 5.º da Lei n.º 53 -F/2006, de 29 de Dezembro, estabelecem que o objecto social da sociedade a constituir tem que se coadunar com as atribuições autárquicas; -----

6. A Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro (art.º 64, n.º 2, al. f), na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, determina que compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, criar, construir e manter redes de comunicação, sob a administração municipal; -----

7. No quadro da delimitação das áreas de intervenção dos municípios e da transferência de competências para as autarquias (al. c) do n.º 1 do art. 13.º da Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro), a mesma passa a ter responsabilidades acrescidas no planeamento, gestão e realização de investimentos em diversos domínios, muito concretamente nos transportes e comunicações, assegurando a concepção, implementação, desenvolvimento, construção, exploração, manutenção e conservação de Vias Municipais; -----

II - Modelo de Parceria Privado/Pública -----

1. A sociedade a constituir deverá adquirir a propriedade dos terrenos destinados à construção das infra-estruturas que compõem as vias municipais objecto de procedimento concursal, assumindo todos os encargos inerentes até ao valor máximo constante da previsão dos encargos com a expropriação, calculados no escrupuloso cumprimento das regras de avaliação estatuídas no Código das Expropriações. Caso a sociedade a constituir não consiga obter dos proprietários o acordo necessário para a aquisição dos terrenos mencionados no número anterior, caberá ao município proceder à sua aquisição, por via do processo expropriativo, mediante a correspondente compensação pela sociedade ao município. -----

2. No âmbito da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro (art.º 53, n.º 2, al. d), na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, compete à Assembleia Municipal fixar as condições gerais da participação do Município na sociedade, bem como acompanhar, com base em informação útil da Câmara facultada, em tempo oportuno, a actividade desta e os respectivos resultados pelo que se entende imperioso, nesta fase, que para além da proposta fundamentada de criação da sociedade comercial, a qual indica as atribuições do Município e as vantagens que advêm da sua participação nesta sociedade, seja submetido à aprovação da Assembleia Municipal, o procedimento concursal que lhe permita auscultar o mercado no sentido de seleccionar o parceiro

privado que ofereça as condições mais vantajosas para o interesse público, e cujas peças constituem anexos a este documento; -----

III - Enquadramento do projecto face ao Tribunal de Contas -----

A dispensa e/ou a isenção de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, é fundada nos seguintes factos: -----

a) A participação do município no capital social da sociedade anónima será inferior ao montante estabelecido pela Lei do Orçamento do Estado abaixo do qual os contratos ficam isentos de visto prévio - este limiar é, para o ano de 2009, de 350.000,00 -, pelo que se enquadrará na previsão do artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, estando dispensada de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas; -----

b) Como só serão celebrados contratos de arrendamento, cujas rendas, por sua vez, corresponderão directamente à disponibilização para uso e fruição do município, em boas condições de manutenção e segurança, dos equipamentos e infra-estruturas de interesse municipal, assegurando à sociedade os rendimentos necessários para cumprir as obrigações que assumiu perante as entidades financiadoras, e como os contratos de arrendamento estão isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, está-se dentro da previsão do artigo 47.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto; -----

c) Relativamente ao contrato de financiamento a celebrar pela sociedade, também este não será sujeito a fiscalização pelo Tribunal de Contas (apesar de a sociedade anónima estar sujeita a controlo da legalidade pelo Tribunal de Contas), uma vez que o mesmo não se enquadra no âmbito da competência material essencial fixada no artigo 5.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, pois o respectivo reembolso não será suportado por transferência do orçamento do município para a sociedade mas através dos *cash-flow* gerados pelo projecto; -----

IV - Composição do Júri do procedimento -----

Deverá ser nomeado um júri de concurso, sendo propostas para membros do júri as seguintes pessoas: -----

Presidente: -----

Dr. Marcelo Caetano Martins Delgado, Director de Departamento de Administração Geral; -----

Membros: -----

Dra. Márcia Raquel Silva Ramos Barreira Santos, Chefe da Divisão de Gestão Económica e Patrimonial; -----

Eng.º José António Teixeira Fernandes Carneiro, Director de Departamento de Obras Municipais, Ambiente e Serviços Urbanos; -----

Suplentes: -----

Dra. Sandra Cristina Barros Monteiro Lisboa Dias Delgado, Chefe de Divisão Administrativa e de Serviços Jurídicos; -----

Arq. Rodrigo Alberto Lopes Moreira, Chefe de Divisão de Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico. -----

V - Da proposta em sentido estrito -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: -----

a) Que seja aprovada a participação do município na sociedade comercial a criar cujo objecto é concepção, implementação, desenvolvimento, construção, exploração, manutenção e conservação de Vias Municipais, designadamente "Troço da Circular Externa de Chaves - Rotunda da EM 507/Rotunda da Zona Industrial da Cocanha" e "Rua

Nova da Madalena - Rotunda do Rajado à Rua do Sabugueiro", bem como todas as infra-estruturas e equipamentos de apoio; -----

b) Que, nos mesmos termos e idênticos fundamentos, a Câmara Municipal solicite à Assembleia Municipal autorização para lançar um Procedimento para a selecção de um ou mais parceiros privados com capacidade técnica e financeira para assegurar a implementação da operação da referida sociedade, bem como participar na discussão, desenvolvimento e concretização das soluções técnicas adequadas à concretização do respectivo objecto social, tudo de acordo com o modelo proposto nos documentos em anexo, que são: -----

a. Programa de Procedimento; -----

b. Caderno de Encargos: -----

c) A nomeação das pessoas referidas nesta proposta indicadas como membros do júri do concurso; -----

d) A submissão desta proposta à Assembleia Municipal, nos termos previstos da al. m) do n.º 2, do art. 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, solicitando autorização para constituir uma sociedade anónima de capitais maioritariamente privados para a concepção, implementação, desenvolvimento, construção, exploração, manutenção e conservação de Vias Municipais, bem como todas as infra-estruturas e equipamentos de apoio -----

Chaves, 13 de Abril de 2009 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----

Em anexo: -----

- Programa de concurso -----

- Caderno de encargos. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, Dra. Maria Aline da Silva Ferreira Caetano, Dr. Luís Manuel Areias Fontes e Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, aprovar a referida proposta. -----

Sobre este assunto, os Vereadores do Partido Socialista, apresentaram a seguinte declaração: -----

"As parcerias público/privadas, abandonadas em países europeus que iniciaram mais cedo a sua contratualização, são uma forma de, no caso, a Câmara, por não ter dinheiro para fazer um determinado investimento, pagar ao longo do tempo os valores de que não dispõe, acrescidos do lucro dos privados a quem se associa e dos juros das instituições bancárias que adiantam o dinheiro que a Câmara não tem. Definitivamente não temos o direito de transferir para os nossos filhos e netos, sobretudo atendendo às incertezas que o evoluir da situação económica a longo prazo encerra, encargos tão pesados e que ninguém pode garantir que eles possam suportar." -----

2.3. ADENDA AO PROTOCOLO CELEBRADO COM A COOPERATIVA AGRÍCOLA NORTE TRANSMONTANA, C.R.L. EM 25 DE MAIO DE 2007. PROPOSTA N.º 25/GAPV/09.-----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Antecedentes e Justificação -----

1. Em reunião do executivo municipal realizada no dia 24 de Maio de 2007 foi deliberado aprovar a proposta n.º 48/GAPV/07, consubstanciada na aprovação da matriz de um Protocolo a celebrar com a Cooperativa Agrícola Norte Transmontano, C.R.L. -----

2. Posteriormente, no dia 4 de Outubro de 2007, o executivo municipal, em sua reunião ordinária, aprovou a proposta n.º 10/GAPV/07, que propunha uma alteração à matriz do supra citado Protocolo e consubstanciada na alteração da alínea f), do n.º 1, da Cláusula 2.ª, do citado Protocolo concernente às "obrigações das partes signatárias"; -----

3. Considerando que, no decurso da execução da operação urbanística objecto do mencionado protocolo, a área que seria objecto de contrato promessa de compra e venda, foi superior à área inicialmente prevista, a desanexar do prédio rústico descrito a favor da Cooperativa Norte Transmontano, C.R.L., na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o n.º 02789/080802 e inscrito na respectiva matriz sob o artigo 2796; -----

4. Considerando que na sequência da alteração mencionada no ponto anterior, a área a destacar para construção do Mercado de Gado, passou de 16 379,00 m² para 29 207,00 m² e, a área a ceder gratuitamente pela Cooperativa ao domínio municipal para a construção de um arruamento público, passou de 2 167,00 m² para 6 264 m², conforme planta anexa; -----

5. Considerando que, de acordo com o relatório de avaliação elaborado nos termos previstos no Código de Expropriações aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, o qual serviu de base aquando da elaboração do referido Protocolo, o valor de mercado na transacção de parcelas de terreno análogas a esta é de 10 €/m²; ----

6. Considerando que nos termos das disposições combinadas previstas na alínea a), do n.º 1, do artigo 13º e na alínea e), do artigo 16º, da Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro, o Município dispõe no feixe das suas atribuições, da competência no âmbito do planeamento, gestão e realização de investimento no domínio dos mercados e feiras municipais - Equipamento rural e urbano; -----

III - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Assim, de acordo com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao órgão executivo municipal a aprovação da seguinte proposta: -----

a) Que, nos termos do artigo 64º, da Lei n.º 169/99, o presente assunto seja agendado para a próxima reunião do executivo municipal, com vista à aprovação da minuta de reformulação do Protocolo celebrado entre o Município e a Cooperativa Norte Transmontano, C.R.L., consubstanciada na alteração da alínea f), do n.º 1, e das alíneas a), c) e d), do n.º 2, todas da Cláusula 2.ª, bem como, das alíneas a), b) e c), do n.º 2, da Cláusula 3.ª, conforme documento que se anexa; -----

b) Para o efeito, deverá ficar, desde já, legitimado o Presidente da Câmara ou o seu substituto legal a proceder à outorga do aludido Protocolo, devidamente reformulado; -----

c) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do executivo municipal, deverá tal decisão ser comunicada à Cooperativa Norte Transmontano, C.R.L a fim de, os seus representantes legais procederem à assinatura do Protocolo reformulado; -----

d) A presente proposta tem cobertura orçamental através da seguinte acção do PPI: 36 I 2004 -----

Chaves, 14 de Abril de 2009 -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

(Dr. João Batista) -----

Minuta de Protocolo -----

Entre: -----
Município de Chaves, pessoa colectiva n.º 501205551, com sede no Largo de Camões, na cidade de Chaves, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, João Gonçalves Martins Batista, 1.º outorgante do presente Protocolo, e adiante designado por C.M.C; -----

E -----
Cooperativa Agrícola Norte Transmontano, C.R.L, pessoa colectiva n.º _____, com sede social _____, em Chaves, neste acto legalmente representada pelo _____, com poderes para o acto, 2.º outorgante deste Protocolo, e adiante designada por "Cooperativa"; -----

É celebrado e redigido a escrito o seguinte Protocolo: -----

CLÁUSULA 1.º -----
(Objecto) -----

O Presente Protocolo tem por objecto a aquisição de uma parcela de terreno para a construção do Mercado de Gado de Chaves. -----

CLÁUSULA 2.º -----
(Das Obrigações das partes signatárias) -----

1. No âmbito da execução do presente Protocolo, a **C.M.C** obriga-se a: -----

a) Proceder à materialização da operação urbanística de edificação, consubstanciada na construção do Mercado de Gado de Chaves; -----

b) Promover a instrução do processo administrativo tendente à aprovação da operação urbanística de edificação do Mercado de Gado de Chaves, nos termos do art. 7.º, do DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro e ulteriores alterações; -----

c) Assumir todos os encargos associados à construção do Mercado de Gado de Chaves, conforme o regime de comparticipação financeira estatuído na Cláusula 3.ª do presente Protocolo; -----

d) Elaborar Regulamento de Funcionamento do Mercado de Gado de Chaves; -----

e) Aprovar as tarifas a cobrar no âmbito da gestão do Mercado de Gado de Chaves; -----

f) Proceder ao pagamento, no âmbito do contrato de promessa de compra e venda, do preço de aquisição de uma parcela de terreno destinada à construção do Mercado do Gado de Chaves e prevista na alínea a), do n.º 2, da presente cláusula, pelas quantias abaixo discriminadas: -----

- A título de sinal e antecipação de pagamento, a quantia de € 100.000 (cem mil euros), já paga; -----

- No dia da assinatura do presente Protocolo, a quantia de € 50.000,00 (cinquenta mil euros); -----

- Seis meses após a assinatura do presente Protocolo, a quantia de € 44.713,00 (quarenta e quatro mil, setecentos e treze euros); -----

g) - O restante preço no valor correspondente a € 97.357,00 (noventa e sete mil trezentos e cinquenta e sete euros), na data de celebração da escritura pública. -----

2. No âmbito da execução do presente Protocolo, a "Cooperativa" obriga-se a: -----

a) Celebrar um contrato promessa de compra e venda com o Município de Chaves, tendo como objecto parte do prédio rústico, com a área total de 64541 m2, descrito a seu favor na conservatória do Registo Predial de Chaves sob o n.º 02789/080802, e inscrito na respectiva matriz sob o artigo 2796, conforme planta em anexo, com a área de 29

207 m2 e pelo valor global de € 292.070,00 (duzentos e noventa e dois mil e setenta euros); -----

b) Facultar toda a documentação indispensável à formalização, junto do Notário Privativo do Município de Chaves, da escritura pública de constituição de tal direito; -----

c) Proceder ao destaque da parcela ocupada pelo Mercado de Gado com a área de 29 207 m2 (planta em anexo), após a revisão do PDM e proceder à alienação da mesma a favor do Município (celebração da escritura de compra e venda) pelo valor de 292.070,00 (duzentos e noventa e dois mil e setenta euros); -----

d) Ceder gratuitamente ao domínio municipal a área de 6.264 m2, conforme planta em anexo, para construção de um arruamento público.-

CLÁUSULA 3º -----

(Regime de Comparticipação Financeira) -----

1. Os encargos emergentes da execução da obra pública denominada "Mercado de Gado de Chaves, integralmente suportados pelo Município, será objecto de financiamento público, no âmbito do Programa INTERREG III - A, sob o número SP1.P156/03. -----

2. A respectiva candidatura oportunamente apresentada ao aludido Programa, pelo Município, encontra-se, na presente data, devidamente aprovada, mediante despacho/decisão tomada em 15 de Dezembro de 2005, dela constando as seguintes condições: -----

a) Custo total do projecto: € 1.850.520,82 (um milhão oitocentos e cinquenta mil, quinhentos e vinte euro e oitenta e dois cêntimos); -

b) Custo total elegível: € 1.284.275,59 (um milhão duzentos e oitenta e quatro mil, duzentos e setenta e cinco euros e cinquenta e nove cêntimos); -----

c) Co-financiamento FEDER: € 963.206,69 (novecentos e sessenta e três mil duzentos e seis euros e sessenta e nove cêntimos); -----

3. Os encargos emergentes da celebração do contrato de Empreitada de Obras Públicas tendo como objecto a construção do Mercado de Gado de Chaves, têm cobertura orçamental nos instrumentos de gestão financeira da Autarquia em vigor, mediante a seguinte rubrica: PPI acção n.º36/I/2004. -----

CLÁUSULA 4º -----

(Calendarização) -----

1. O Projecto relativo à construção da 1ª fase do Mercado de gado de Chaves (investimento elegível no programa INTERREG III A) deverá estar concluído até ao próximo dia 31/12/2007; -----

2. Compete ao Município assegurar todos os procedimentos administrativos indispensáveis e tendentes à adjudicação da Empreitada em causa, designadamente: -----

a) Proceder à elaboração e aprovação das respectivas peças do procedimento adjudicatório (Caderno de Encargos e Programa de procedimento); -----

b) Aprovar o respectivo Projecto; -----

c) Garantir o adequado acompanhamento e fiscalização da Obra Pública em causa; -----

d) Praticar o acto adjudicatório e formalizar o respectivo Contrato de Empreitada de Obras Públicas, dando de tal facto conhecimento às partes signatárias do presente Protocolo. -----

3. A celebração do contrato de empreitada de Obra Publica em causa deverá obedecer escrupulosamente ao Regime de Contratação Pública em vigor. -----

CLÁUSULA 5º -----

(Prazo de vigência) -----

O presente Protocolo durará por tempo indeterminado, mas nunca inferior aos prazos convencionados para o cumprimento das obrigações assumidas pelas partes signatárias. -----

CLÁUSULA 6º -----

(Efeitos) -----

O presente Protocolo produz todos os seus efeitos após a sua assinatura. -----

CLÁUSULA 7º -----

(Integração de Lacunas) -----

A resolução de conflitos e ou dúvidas decorrentes do presente Protocolo, serão dirimidas por decisão conjunta das partes intervenientes no mesmo. -----

Chaves, -----

Pelo Município de Chaves -----

Pela Cooperativa Agrícola Norte Transmontano, C.R.L -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

3. FREGUESIAS

3.1. REFORMULAÇÃO DO PROTOCOLO DE INVESTIMENTO ASSINADO COM A FREGUESIA DE SANTA CRUZ / TRINDADE, DESTE CONCELHO DE CHAVES, RELATIVO AO ANO DE 2008. PROPOSTA Nº. 10/GATF/09. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais; ----

Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, veio a ser celebrado em 08/09/08 um Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de Santa Cruz/Trindade, destinada à execução de várias obras na Freguesia, nomeadamente Saneamento, Remodelação da conduta de Abastecimento de Água, Reposição de Pavimentos, Arranjos Urbanísticos e a Remodelação do sistema de Aquecimento da Escola Primária, no valor total de 93.200,00€; -----

Considerando que, no que respeita à reposição de pavimentos, nos trabalhos previamente previstos não foi contemplada a execução de passeios, a regularização e compactação de alguns troços de pavimento em macadame ou "tout-Venant", a limpeza de bermas, incluindo transporte e espalhamento de produtos sobranes a vazadouro, nas Ruas: Sérgio Lopo, Beco do Rio, Rua da Carreira de Tiro e na Avenida da Trindade; -----

Considerando a necessidade da execução dessas obras para proporcionar uma melhor qualidade de vida aos cidadãos da Freguesia de Santa Cruz/Trindade; -----

Considerando que a Proposta apresentada pela Firma Estêvão Vinhais Chaves, Unipessoal Lda, para execução desses trabalhos, é

economicamente favorável, se os mesmos forem mandados executar por administração directa da Junta de Freguesia; -----
 Considerando que o valor total do trabalhos antes mencionados importa em 42.500,00€ (quarenta e dois mil e quinhentos euros). ----

II - DA PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta:

a) Que seja autorizada a reformulação do Protocolo de Execução estabelecido com a Junta de Freguesia de Santa Cruz/Trindade, para 2008, introduzindo-lhe o valor adicional de 42.500,00€, (quarenta e dois mil e quinhentos euros) no seu art. 1º para execução das mencionadas obras. -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar no documento. -----

À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 13 de Abril de 2009 -----

A Funcionária, -----

(Maria das Graças) -----

Anexo: -----

- Minuta do Protocolo reformulado.-----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada

uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de Santa Cruz/Trindade, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor José Joaquim Alves de Lima.-----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de Santa Cruz/Trindade, a execução das seguintes obras:

a) Remodelação do sistema de Aquecimento da Escola Primária, pelo valor de 3.000,00€; -----

b) Pavimentação de Arruamentos, pelo valor de 59.000,00€; -----

c) Conclusão das obras de saneamento/remodelação da rede de águas residuais em várias ruas, pelo valor de 12.600,00€; -----

d) Arranjo Urbanístico e execução de rotunda, pelo valor 18.600,00€; -----

e) Execução e complementação de vários arruamentos, pelo valor de 42.500,00€ -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de Santa Cruz/Trindade no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de Santa Cruz/Trindade, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - Do valor global de 135.700,00€ (cento e trinta e cinco mil e setecentos euros) indicado na cláusula 1ª, já foram transferidos para a conta de respectiva Junta 3.000,00€ e o restante será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissa no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----
 Chaves, de de 2008 -----
 O Presidente da Câmara Municipal -----
 (Dr. João Batista) -----
 O Presidente da Junta de Freguesia -----
 (José Joaquim Alves de Lima) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2009.04.14. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

3.2. REFORMULAÇÃO DO PROTOCOLO DE INVESTIMENTO ASSINADO COM A FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, DESTA CONCELHO DE CHAVES, RELATIVO AO ANO DE 2008. PROPOSTA Nº. 11/GATF/09. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais;

Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, veio a ser celebrado em 10/09/08 um Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, destinada à execução de várias obras de Arruamentos na Freguesia, nomeadamente a pavimentação das seguintes Ruas: De Trás (Casas dos Montes); de S. Neutel; Dr. Artur Almeida Carvalho; Rua e Largo do Bairro da Previdência; Beco do Rivelas e Pontão do Rivelas; Caminho da Galinheira; Largo das Casas dos Montes; Rua do Rio; Beco da Rua Tenente Porfírio da Silva; Largo Senhor do Calvário; Largo do Pessegueiro e Canelha da Estação e ainda a construção do Polidesportivo da Trindade, no valor total de 148.550,00€; -----

Considerando que, oportunamente a Junta de Freguesia veio solicitar a alteração do mencionado Protocolo, transferindo a verba de 50.000,00€, inicialmente destinada à execução do "Polidesportivo da Trindade", para a obra de construção do "Pontão do Rivelas"; -----

Considerando que, para além das obras executadas ao abrigo do Protocolo acima mencionado, a freguesia de Santa Maria Maior teve necessidade de complementar essas obras com outras novas, com a finalidade de proporcionar uma melhor qualidade de vida aos cidadãos da freguesia, nomeadamente; Continuação da pavimentação do Largo de Casas dos Montes; Arranjo do Bairro dos Fortes; pavimentação da Rua dos Gafos; Jardim do Cino-Chaves; Largo do Cino-Chaves; Pontão do Rivelas e Rua do Rivelas; -----

Considerando que a Proposta apresentada pelo calceteiro Avelino José Santos Miranda, para execução de todos esses trabalhos, é

economicamente favorável, se os mesmos forem mandados executar por administração directa da Junta de Freguesia; -----
Considerando que o valor total do trabalhos antes mencionados importa em 68.880,00€ (sessenta e oito mil oitocentos e oitenta euros).-----

II - DA PROPOSTA-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizada a reformulação do Protocolo de Execução estabelecido com a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, para 2008, introduzindo-lhe o valor adicional de 68.880,00€, (sessenta e oito mil oitocentos e oitenta euros) no seu art. 1º para execução das mencionadas obras. -----

b) Que seja autorizada a transferência do valor de 50.000,00€, previamente destinado à execução do "Polidesportivo da Trindade", para a obra de construção do "Pontão do Rivelas". -----

c) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar no documento. -----

À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 14 de Abril de 2009 -----

A Funcionária, -----

(Maria das Graças) -----

Anexo: -----

Minuta do Protocolo reformulado. -----

I - JUSTIFICAÇÃO-----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS-----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 27 de Fevereiro de 2002, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho.-----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes.-----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas.-----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade.-----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e-----

2. Outorgante: Freguesia de Santa Maria Maior neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor João Carlos Alves Neves. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de Santa Maria Maior, a execução da obra de: -----

a) Arruamentos em várias ruas e Largos da Freguesia, pelo valor de 27.100,00€; -----

b) Pavimentação do Caminho da Galinheira, do Beco do Rivelas e construção do Pontão do Rivelas, pelo valor de 48.700,00€; -----

c) Polidesportivo da Urbanização da Trindade" pelo valor de 25.000,00€; -----

d) Complementação da pavimentação de várias ruas e execução de novas, pelo valor de 68.880,00€.-----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

2ª. - A freguesia de Santa Maria Maior no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das referidas obras. -----

3a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de Santa Maria Maior, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de Santa Maria Maior, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - Do valor global de 217.430,00€ (duzentos e dezassete mil quatrocentos e trinta e euros) indicado na cláusula 1ª, já foram transferidos para a conta de respectiva Junta 22.550,00€ e o restante será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos

com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos.--

7a. - Em tudo o que for omissa no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----

Chaves, de de 2009 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----

(João Carlos Alves Neves) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2009.04.14. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

3.3. REFORMULAÇÃO DO PROTOCOLO DE INVESTIMENTO ASSINADO COM A FREGUESIA DE VALDANTA, DESTE CONCELHO DE CHAVES, RELATIVO AO ANO DE 2008. PROPOSTA N.º. 12/GATF/09. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais; ----

Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, veio a ser celebrado em 04/03/08 um Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de Valdanta, destinada à execução de várias obras na Freguesia, nomeadamente Saneamento em Valdanta e na Abobeleira; Reposição e pavimentação de Arruamentos, Construção do Polidesportivo da povoação de Abobeleira; Remodelação do sistema de Aquecimento da Escola Primária, e a aquisição e colocação das Placas de Toponímia da Freguesia, no valor total de 87.500,00€; -----

Considerando que, para além das obras executadas ao abrigo do Protocolo acima mencionado, a freguesia de Valdanta teve necessidade de executar outras obras, com a finalidade de proporcionar uma melhor qualidade de vida aos cidadãos da freguesia, nomeadamente; adaptação da antiga Escola Primária da povoação da Abobeleira a Centro de Convívio e construção de uma cantina no rés-do-chão da sede da Junta em Valdanta para servir com dignidade as refeições a todas as crianças do ensino pré-escolar e básico da freguesia; ----

Considerando que a Proposta apresentada pelo Empreiteiro Raul Alberto Teixeira, para execução desses trabalhos, é economicamente favorável, se os mesmos forem mandados executar por administração directa da Junta de Freguesia; -----

Considerando que o valor total dos trabalhos antes mencionados importa em 61.500,00€ (sessenta e um mil e quinhentos euros). -----

II - DA PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizada a reformulação do Protocolo de Execução estabelecido com a Junta de Freguesia de Valdanta, para 2008, introduzindo-lhe o valor adicional de 61.500,00€, (sessenta e um mil e quinhentos euros) no seu art. 1º para execução das mencionadas obras. -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar no documento. -----

À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 14 de Abril de 2009 -----

A Funcionária, -----

(Maria das Graças) -----

Anexo: -----

Minuta do Protocolo reformulado. -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e-----

2. Outorgante: Freguesia de Vale de Anta, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Júlio Abambres Carneiro. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de Vale de Anta, a execução das seguintes obras: -----

a) Saneamento em várias ruas da Freguesia, pelo valor de 10.000,00€;

b) Colocação do novo sistema de aquecimento na Escola Primária, pelo valor de 6.000,00€; -----

c) Alargamento de Rua na Abobeleira/Demolição de parede particular, pelo valor de 1.500,00€; -----

d) Construção do Polidesportivo na povoação da Abobeleira, pelo valor de 50.000,00€; -----

e) Arruamentos na Freguesia, pelo valor de 10.000,00€; -----

f) Aquisição, colocação e manutenção de sinalização de ruas e praças na freguesia, excluindo a sinalização luminosa (Toponímia), pelo valor de 10.000,00€; -----

g) Adaptação da Escola Primária da Abobeleira a Centro de Convívio e aquisição do respectivo mobiliário, pelo valor de 36.674,00€; -----

h) Construção de uma cantina na sede da Junta de Freguesia em Valdanta e respectivo equipamento, pelo valor de 25.000,00€.-----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de Vale de Anta no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de Vale de Anta, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - Do valor global de 149.000,00€ (cento e quarenta e nove mil euros) indicado na cláusula 1ª, já foram transferidos para a conta de respectiva Junta 37.500,00€ e o restante será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

.7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissa no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----

Chaves de de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----

(Júlio Manuel Abambres Carneiro) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2009.04.14. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

3.4. REFORMULAÇÃO DO PROTOCOLO DE INVESTIMENTO ASSINADO COM A FREGUESIA DE ARCOSSÓ, DESTA CONCELHO DE CHAVES, RELATIVO AO ANO DE 2008. PROPOSTA N.º. 13/GATF/09. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais; ----

Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, vieram a ser celebrados em 20/08/08 e 19/11/08, respectivamente, Protocolos de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de Arcossó, destinada à execução obras na Freguesia, nomeadamente: execução de Muro de Suporte e Pavimentação de Arruamentos; -----

Considerando que, para além das obras executadas ao abrigo do Protocolo acima mencionado, a freguesia de Arcossó tem necessidade de executar outras obras, com a finalidade de proporcionar uma melhor qualidade de vida aos cidadãos da freguesia, nomeadamente; Alargamento da Rua Central em Arcossó, com lugar para estacionamento e passeios; -----

Considerando que os valores apresentados pelo Senhor Presidente da Junta são favoráveis desde que os trabalhos sejam mandados executar por administração directa da Junta de Freguesia; -----

Considerando que o valor total dos trabalhos antes mencionados importa em 10.000,00€ (dez mil euros). -----

II - DA PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizada a reformulação do Protocolo de Execução estabelecido com a Junta de Freguesia de Arcossó, para 2008,

introduzindo-lhe o valor adicional de 10.000,00€, (dez mil euros) no seu art. 1º para execução das mencionadas obras. -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar no documento. -----

À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 14 de Abril de 2009 -----

A Funcionária, -----

(Maria das Graças) -----

Anexo: -----

Minuta do Protocolo reformulado. -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra-estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de Arcossó, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor José Elias Ferreira. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando

execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de Arcossó, a execução das seguintes obras: -----

a) Construção de um Muro de Suporte, no valor de 5.000,00€; -----

b) Pavimentação de Arruamentos, no valor de 5.000,00€; -----

c) Alargamento da Rua Central, no valor de 10.000,00€ -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de Arcossó no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras; -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de Arcossó, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico; -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo; -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado na cláusula 1ª, no valor global de 20.000,00 € (vinte mil euros), será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos; -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização; -----

8a. - Em tudo o que for omissa no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----

Chaves, de _____ de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----

(José Elias Ferreira) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2009.04.14. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

3.5. REFORMULAÇÃO DO PROTOCOLO DE INVESTIMENTO ASSINADO COM A FREGUESIA DE SANTA LEOCÁDIA, DESTA CONCELHO DE CHAVES, RELATIVO AO ANO DE 2008. PROPOSTA N.º. 14/GATF/09. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais; ----
Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, vieram a ser celebrados em 20/08/08 e 19/11/08, respectivamente, Protocolos de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de Santa Leocádia, destinada à execução de obras na Freguesia, nomeadamente: Alargamento do Cemitério de Matosinhos; execução de um Furo para Abastecimento de Água na povoação de Matosinhos, com aquisição da respectiva bomba e a aquisição e colocação das Placas de Toponímia da Freguesia, no valor total de 16.200,00€; -----

Considerando que, para além das obras executadas ao abrigo do Protocolo acima mencionado, a freguesia de Santa Leocádia teve necessidade de executar outras obras, com a finalidade de proporcionar uma melhor qualidade de vida aos cidadãos da freguesia, nomeadamente; construção de vários muros de suporte de terras e transporte de energia eléctrica, com a colocação de vários postes para ligação à bomba do furo de Matosinhos; -----

Considerando que os valores apresentados pelo Senhor Presidente da Junta são favoráveis desde que os trabalhos sejam mandados executar por administração directa da Junta de Freguesia; -----

Considerando que o valor total do trabalhos antes mencionados importa em 11.500,00€ (onze mil e quinhentos euros). -----

II - DA PROPOSTA -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: ---

a) Que seja autorizada a reformulação do Protocolo de Execução estabelecido com a Junta de Freguesia de Santa Leocádia, para 2008, introduzindo-lhe o valor adicional de 11.500,00€, (onze mil e quinhentos euros) no seu art. 1º para execução das mencionadas obras. -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar no documento. -----

À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 14 de Abril de 2009 -----

A Funcionária, -----

(Maria das Graças) -----

Anexo: -----

Minuta do Protocolo reformulado. -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----**EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----**

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11

de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de Santa Leocádia, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Manuel João Santos Ramos. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de Santa Leocádia, a execução das seguintes obras: -----

a) Furo de Água na aldeia de Matosinhos e Aquisição de Bomba, pelo valor de 7.500,00€; -----

b) Alargamento do Cemitério de Matosinhos, pelo valor de 5.000,00€; -----

c) Aquisição, colocação e manutenção de Placas de Toponímia, pelo valor de 3.700,00€; -----

d) Construção de vários muros de suporte, pelo valor de 6.500,00€;

e) Ligação de energia eléctrica - colocação de postes - à Bomba do Furo de Matosinhos, pelo valor de 5.000,00€ -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de Santa Leocádia no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de Santa Leocádia, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado na cláusula 1ª, no valor global de 27.700,00 €, (vinte e sete mil e setecentos euros) será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissso no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----

Chaves, _____ de _____ de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----

(Manuel João Santos Ramos) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2009.04.14. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

3.6. PROTOCOLO DE INVESTIMENTO COM A FREGUESIA DE S. PEDRO DE AGOSTÉM, DESTE CONCELHO DE CHAVES, RELATIVO AO ANO DE 2009. ABASTECIMENTO DE ÁGUA. PROPOSTA N.º. 15/GATF/09. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal de Chaves, em sua sessão Ordinária do dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho; -----

Considerando que a Junta de Freguesia de S. Pedro de Agostém, apresentou um relatório de despesas efectuadas com o abastecimento

de água nas aldeias de Escariz, Lagarelhos, Peto e Vila Nova de Veiga, cuja gestão passou, no ano de 2007, para a responsabilidade da Câmara Municipal, a pedido da respectiva Junta de Freguesia;-----

Considerando que o valor apresentado importa em 50.000,00€ (cinquenta mil euros); -----

Considerando que a Junta de Freguesia de S. Pedro de Agostém pretende utilizar esse valor na execução de arruamentos nessas aldeias da Freguesia. -----

II DA PROPOSTA -----

Neste contexto, de forma concreta e individualizada, Propõe-se a execução de um protocolo de transferência de capital com a Freguesia de S. Pedro de Agostém, para as obras especificadas (Aruamentos na Freguesia), no valor de 50.000,00€, com cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01. -----

À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 14 de Abril de 2009 -----

A Funcionária, -----

(Maria das Graças Alves) -----

Anexo: -----

Minuta do Protocolo. -----

I - JUSTIFICAÇÃO -----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS-----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO -----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

2. Outorgante: Freguesia de S. Pedro de Agostém, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor José Fernando Carvalho Montanha. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de S. Pedro de Agostém, a execução das seguintes obras: -----

a) Arruamentos na Freguesia, pelo valor de 50.000,00 € -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3a. - A freguesia de S. Pedro de Agostém no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de S. Pedro de Agostém, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado na cláusula 1ª, no valor global de - 50.000,00 €, (cinquenta mil euros) será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissa no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----

Chaves, de de 2008 -----

O Presidente da Câmara Municipal-----
(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia -----
(José Fernando Carvalho Montanha) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2009.04.14. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

II

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS JURÍDICOS:

III

EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS. INFORMAÇÃO DA DSC/DED. PARA CONHECIMENTO.-

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º1. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A ASSOCIAÇÃO NORTE CULTURAL - ORQUESTRA DO NORTE. INFORMAÇÃO N.º 124/DC/09.03.27. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Justificação -----

É intenção da Autarquia continuar a implementar políticas culturais diversificadas, de modo a promover e divulgar a cultura musical a todos os cidadãos, incluindo as escolas. -----

Considerando que a Associação Norte Cultural, através da Orquestra do Norte está em condições de continuar com esse trabalho didáctico, pedagógico e recreativo, com a realização de três concertos gerais e três concertos pedagógicos, a serem efectuados no concelho de Chaves. -----

II - Proposta -----

Considerando que o objecto da celebração do protocolo proposto em minuta pela Associação Norte Cultural - Orquestra do Norte, assenta na aquisição por parte da Autarquia de três concertos gerais e de três concertos pedagógicos, pelo valor global de 15 750,00 € (Quinze mil setecentos e cinquenta Euros), conforme a seguir se discrimina:-

a) 6 300,00 € (seis mil e trezentos Euros), a serem liquidados no acto da celebração do protocolo; -----

b) O remanescente do valor, será pago em 9 prestações mensais e sucessivas de 1 050,00€ (Mil e cinquenta Euros) cada uma, vencendo-se a primeira 15 de Abril de 2009 e as restantes em igual dia de cada um dos meses subsequentes. -----

c) A produção dos concertos, nomeadamente a organização, promoção e divulgação dos mesmos ficará a cargo da Câmara Municipal de Chaves.-

d) As datas dos concertos deverão ser determinadas por consenso entre a Associação Norte Cultural e a Câmara Municipal de Chaves. --

e) A Câmara Municipal de Chaves colaborará com a Associação Norte Cultural na obtenção de patrocínios destinados a co-financiar os custos dos referidos concertos destinados à Autarquia. -----

Nestes termos, considerando o interesse da realização deste tipo de actividades e de acordo com o disposto na alínea b), do n.º4,

Art.º64º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, compete à Autarquia apoiar ou compartilhar no apoio a actividades de interesse municipal, cultural, recreativa ou outra. - Assim propõe-se: -----

1.- Que seja autorizada a celebração do protocolo, cuja minuta se anexa a esta proposta, entre o Município de Chaves e a Associação Norte Cultural - Orquestra do Norte, para a aquisição dos referidos concertos, bem como a assunção do referido encargo financeiro; -----

2.- Que seja, desde já, legitimado o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura em representação do Município. -----

3.- Caso esta proposta mereça concordância superior, propõe-se o seu agendamento para a próxima reunião de Câmara. -----

4.- O encargo económico com a presente aquisição tem cabimento através da seguinte rubrica económica 02.02.20.01 -----
À consideração superior. -----

A Coordenadora Técnica -----
(Clarisse Aires) -----

ANEXO: Minuta do protocolo -----

ASSOCIAÇÃO NORTE CULTURAL -----

ORQUESTRA DO NORTE -----

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO -----

Associação Norte Cultural, Instituição sem fins lucrativos, equiparada a pessoa colectiva nº 502 885 955, aqui representada pelo seu Presidente da Direcção Executiva, Dr. Armindo José da Cunha Abreu, e a Câmara Municipal de Chaves, entidade equiparada a pessoa colectiva nº 501 205 551, aqui representada pelo seu Presidente Dr. João Gonçalves Martins Batista, com o objectivo de promover e divulgar a cultura musical, acordam entre si para o ano de 2009: ---

Primeira: A Associação Norte Cultural, detentora de uma Orquestra e de Grupos de Câmara, assegurará a realização de 3 concertos gerais e 3 concertos pedagógicos a serem efectuados no Concelho de Chaves. --

Segunda: A Câmara Municipal de Chaves participará no custo de funcionamento da Orquestra, no período atrás referido e para a realização da programação mencionada na cláusula primeira, com o valor global de 15.750€ (quinze mil setecentos e cinquenta euros), conforme a seguir se descrimina: -----

a) 6.300€ (seis mil e trezentos euros) no acto da celebração do presente protocolo; -----

b) O remanescente do preço, será pago em nove prestações mensais e sucessivas de 1.050,00€ (mil e cinquenta euros) cada uma, vencendo-se a primeira 15 de Abril de 2009 e as restantes em igual dia de cada um dos meses subsequentes. -----

Terceira: A produção dos concertos, nomeadamente a organização, promoção e divulgação dos mesmos ficará a cargo da Câmara Municipal de Chaves. -----

a) As datas dos concertos deverão ser determinadas por consenso entre a Associação Norte Cultural e a Câmara Municipal de Chaves. --

b) Os locais para a realização dos concertos, porque importa salvaguardar a existência de condições técnicas, acústicas e outras necessárias à realização dos mesmos, deverão colher o parecer favorável da Associação Norte Cultural. -----

Quarta: A Câmara Municipal de Chaves colaborará com a Associação Norte Cultural na obtenção de patrocínios destinados a co-financiar os custos dos referidos concertos destinados à Autarquia. -----

Amarante, 18 de Março de 2009 -----

Pela Associação Norte Cultural-----
 Dr. Armindo José da Cunha Abreu -----
 Pela Câmara Municipal de Chaves -----
 Dr. João Gonçalves Martins Batista -----

DESPACHO DO SR. DIRECTOR DE DEPARTAMENTO SÓCIO - CULTURAL DR. ANTÓNIO RAMOS DE 2009.03.27. -----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Presidente da Câmara. -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2009.03.30.-----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. PROTOCOLO COM A UNIVERSIDADE DO PORTO - UNIVERSIDADE JÚNIOR 2009. INFORMAÇÃO N.º126/DED/2009-04-01. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

A Universidade do Porto, face ao sucesso das iniciativas anteriores, vai promover a 5ª edição do projecto "Universidade Júnior 2009". --- Este programa, que irá decorrer nos meses de Julho e Setembro, tem como objectivo sensibilizar os jovens para a Ciência e Tecnologia, Artes, Ciências Sociais e Humanas, com a duração de uma semana, estando os alunos na Universidade do Porto de Segunda-feira a Sexta-feira, das 9h00 às 17h30, sendo acompanhados por monitores em diversas actividades. -----

Neste sentido e atendendo a que o Município de Chaves é parceiro neste projecto desde a 1ª edição, através do apoio especial aos jovens participantes do concelho, a Universidade do Porto solicitou a renovação do protocolo estabelecido com o Município de Chaves. ---

O aludido protocolo prevê o apoio ao nível de transporte, Chaves-Porto-Chaves, até 50 jovens/semana das Escolas EB 2, 3 e Secundárias do Concelho (número este que poderá ser inferior atendendo ao número de inscrições), durante o mês de Julho. -----

Assim, face ao exposto e porque reportamos de interesse a participação do Município nesta actividade, propõe-se a V. Exª que:

-- Seja renovado o Protocolo entre a Universidade do Porto e a Câmara Municipal e Chaves, com vista à participação de jovens flavienses na "Universidade Júnior 2009"; -----

Seja autorizado o transporte dos alunos (Chaves-Porto-Chaves), nos autocarros municipais durante o mês de Julho; -----

Caso a proposta mereça concordância que fique desde já, legitimado o Presidente da Câmara, Dr. João Batista, a assinar o aludido Protocolo. -----

À consideração de V. Exª, -----

A Técnica Superior -----
 (Dr.ª Tânia Oliveira) -----

MINUTA DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO -----

PRIMEIRA OUTORGANTE: Universidade do Porto - Uporto, em funcionamento na Praça Gomes Teixeira, no Porto, pessoa colectiva nº 501413197, representada pelo seu Reitor, Professor Doutor José Carlos D. Marques dos Santos, -----

SEGUNDO OUTORGANTE: Câmara Municipal de Chaves, pessoa colectiva nº 501205551, representada pelo seu Presidente Dr. João Gonçalves Martins Batista, adiante designada por Câmara Municipal; -----

PREÂMBULO -----

Considerando que: -----

A Universidade do Porto está: -----

☐ consciente da sua responsabilidade social como a maior universidade portuguesa, com uma posição de liderança na produção científica de origem portuguesa; -----

☐ interessada em encontrar espaços de cooperação com as escolas básicas e secundárias e com os seus responsáveis ao nível do governo e ao nível das autarquias, para motivar os nossos jovens para a Ciência e as Humanidades; -----

☐ preocupada com a escolha vocacional dos jovens que transitam do ensino básico para o ensino secundário em número crescente e tendencialmente quase universal. -----

E que a Câmara Municipal está: -----

☐ consciente do importante papel que poderá desempenhar no que respeita à formação qualificada dos jovens do seu município; -----

☐ interessada em apostar em estratégias que reduzam o alto índice de abandono escolar; -----

☐ preocupada com a construção individual dos percursos educativos dos nossos jovens. -----

Assim, acordam as partes outorgantes na celebração de um protocolo, que se regerá pelo disposto nas seguintes cláusulas: -----

CLÁUSULA PRIMEIRA -----

Objecto -----

O presente protocolo estabelece as condições gerais para a participação de jovens estudantes em Cursos de Verão, na Universidade Júnior. -----

CLÁUSULA SEGUNDA -----

Da Universidade do Porto -----

A Universidade do Porto obriga-se a: -----

1.Organizar uma série de Cursos de Verão, a Universidade Júnior, onde serão aceites estudantes do ensino básico e secundário. -----

2.Informar a Câmara Municipal, anualmente do valor da propina e alojamento semanal. -----

3.Aceitar os estudantes, na medida da capacidade disponível, que sejam seleccionados e apoiados pela Câmara Municipal. -----

4.Divulgar no sítio <http://universidadejunior.up.pt> os apoios garantidos nos termos deste protocolo -----

CLÁUSULA TERCEIRA -----

Da Câmara Municipal -----

1. A Câmara Municipal obriga-se a apoiar alguns dos seus jovens no que diz respeito: -----

a) À divulgação do programa pelos estabelecimentos de ensino; -----

b) Ao transporte para e do Porto. -----

2. A Câmara Municipal nomeará um elemento, como ponto de contacto com a Universidade do Porto e com os jovens interessados em candidatar-se aos apoios aqui garantidos, a quem competirá fazer as inscrições e confirmá-las quando tal seja solicitado. -----

CLÁUSULA QUARTA -----

Vigência -----

1. O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura, sendo válido pelo prazo de um ano, automaticamente renovável, salvo denúncia expressa de qualquer das partes, enviada à outra, com uma

antecedência não inferior a cento e vinte dias, relativamente à data do seu termo ou das suas renovações. -----

2. A denúncia será enviada através de carta registada com aviso de recepção. -----

O Presidente da Câmara,-----

Dr. João Gonçalves Martins Batista-----

O Reitor da Universidade do Porto, -----

Prof. Doutor José Carlos D. Marques dos Santos -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO DRA. LÍDIA PINTO DE 2009.04.01 -----

Visto. À consideração do Director de Departamento. -----

DESPACHO DO SR. DIRECTOR DE DEPARTAMENTO SÓCIO - CULTURAL DR. ANTÓNIO RAMOS DE 2009.04.01. -----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Presidente da Câmara. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2009.04.01. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. PROTOCOLO COM O PLANO NACIONAL DE LEITURA. INFORMAÇÃO N.º127/DED/2009-04-01. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

O Plano Nacional de Leitura (PNL) tem como objectivo central elevar os níveis de literacia dos portugueses e colocar o país a par dos nossos parceiros europeus, criando condições para que se possam alcançar elevados níveis de leitura, permitindo aos cidadãos sentirem-se aptos para lidar com a escrita em várias circunstâncias do seu dia-a-dia. -----

Nesse plano são elaborados programas de promoção da leitura, e integrado nesses programas são realizadas várias iniciativas de âmbito local, regional e nacional. -----

Considerando que o Plano Nacional de Leitura, pretende reforçar a colaboração com o Município de Chaves, através de uma parceria, incidindo prioritariamente nas seguintes áreas: -----

- Lançamento, articulação e divulgação de iniciativas de promoção da leitura nas escolas, bibliotecas e outras instituições da autarquia;

- Disponibilização de apoio financeiro no valor de 10.850,00 € (conforme minuta do protocolo, assegurado em 50% por cada uma das partes, até 2011), para equipar progressivamente as bibliotecas escolares e municipais com conjuntos de obras adequadas à leitura orientada nas salas de aula, desde a Educação Pré-escolar ao 3º Ciclo do Ensino Básico, permitindo que as obras adquiridas circulem entre as salas de aula de todos os estabelecimentos educativos do concelho. -----

Assim face ao exposto, propõe-se a V. Ex^a: -----

- Que seja autorizada a celebração da parceria entre o Município de Chaves e o Plano Nacional de Leitura, através da assinatura do protocolo, cuja minuta se anexa para apreciação e aprovação; -----

- Caso a proposta mereça concordância, que fique desde já, legitimado o Presidente da Câmara, Dr. João Batista, a assinar o aludido Protocolo; -----
 À consideração de V. Ex^a, -----
 A Técnica Superior -----
 (Dr.^a Tânia Oliveira) -----

Minuta de Protocolo -----

Considerando que o Governo entendeu lançar o Plano Nacional de Leitura, com o objectivo de elevar os níveis de literacia dos portugueses, através da promoção da leitura, assumida como factor de desenvolvimento individual e de progresso colectivo; -----

Considerando o interesse nacional desta iniciativa e a elevada conveniência do envolvimento e da participação das Autarquias na prossecução deste objectivo, é celebrado o seguinte protocolo entre: O Plano Nacional de Leitura, representado no presente acto por Sua Excelência a Comissária, Mestre Maria Isabel Girão de Melo Veiga Vilar, que também usa o nome literário Isabel Alçada, doravante designado por PNL. -----

A Câmara Municipal de Chaves, com sede na Praça de Camões, no presente acto representada pelo Presidente da Câmara Dr. João Gonçalves Martins Batista doravante designada por CM. -----

Cláusulas -----

1.^a -----

O presente Protocolo visa estabelecer e determinar as modalidades de cooperação entre as Partes no âmbito do Plano Nacional de Leitura. -

2.^a -----

Nos termos e para os efeitos do presente Protocolo, à CM é atribuído o estatuto de Parceiro do PNL, tendo em vista contribuir para a divulgação do mesmo e assegurar a participação da Autarquia na sua execução. -----

3.^a -----

Cabe à Comissão do Plano Nacional de Leitura designadamente: -----

a)Assegurar a execução dos diferentes programas de promoção da leitura constantes no Plano; -----

b)Proporcionar apoio técnico, às instituições educativas envolvidas no PNL, designadamente jardins-de-infância, Escolas de 1º e de 2º ciclos do Ensino Básico, visando a promoção da leitura na sala de aula e nas demais actividades curriculares; -----

c) Organizar campanhas de divulgação dos objectivos do PNL, visando o envolvimento das famílias e de organizações da comunidade na promoção da leitura; -----

d)Proporcionar apoio financeiro às instituições educativas envolvidas no PNL, designadamente aos agrupamentos e respectivos Jardins-de-infância e escolas de Ensino Básico no montante global de 10850 euros, visando a aquisição para as respectivas bibliotecas escolares, de conjuntos de livros destinados a leitura nas salas de aula e nas demais actividades curriculares, a atribuir de forma faseada até 2011; -----

e)Assegurar a divulgação da parceria da CM no PNL, nomeadamente através da inclusão do seu logótipo, no sítio do Ministério da Educação respeitante ao Plano, bem como em campanhas na televisão ou na rádio, em folhetos, cartazes e demais meios que se entendam utilizar para a respectiva difusão; -----

f)Divulgar iniciativas próprias da CM que contribuam para a consecução do Plano; -----

- g) Angariar mecenas e patrocinadores que se disponham a contribuir para os objectivos do Plano; -----
h) Assegurar a articulação entre a Comissão do PNL e a CM visando o bom cumprimento do presente protocolo; -----
i) Proceder a uma análise anual da participação de cada uma das partes e propor eventuais ajustamentos às condições do presente protocolo. -----

4.^a -----

Cabe à CM, designadamente: -----

- a) Contribuir para os objectivos do PNL, concedendo apoio técnico aos programas do Plano, através dos competentes serviços de Educação e Cultura e das Bibliotecas Públicas enquanto agentes privilegiados na promoção da leitura; -----
b) Contribuir para a promoção da leitura na sala de aula e em outras actividades das escolas, financiando a aquisição de conjuntos de livros recomendados pelo PNL, no montante global de 10850 euros, por parte das bibliotecas escolares que servem os agrupamentos, os Jardins-de-infância e as escolas de Ensino Básico do respectivo Concelho, a atribuir de forma faseada até 2011; -----
c) Apoiar o desenvolvimento da Rede de Bibliotecas Escolares; -----
d) Promover o financiamento de iniciativas previstas no Plano a realizar pelas Bibliotecas Públicas ou por outras organizações culturais ou educativas; -----
e) Promover e financiar a realização de eventos destinados à promoção da leitura, e/ou disponibilizar apoios logísticos e equipamentos para o mesmo fim; -----
f) Divulgar as iniciativas e os programas do PNL junto de potenciais mecenas, parceiros e patrocinadores, incluindo empresas municipais ou privadas, IPSSs, Misericórdias, Centros de 3^a idade, e outras instituições que possam associar-se às iniciativas do Plano; -----
g) Divulgar as iniciativas e os programas do PNL através de publicações periódicas, materiais informativos, incluindo sítios da Internet e em materiais especificamente produzidos para o efeito, outdoors, rádio, placas de editais e outros materiais e equipamentos propriedade do município; -----
h) - Facultar elementos acerca dos projectos e iniciativas de promoção da leitura, realizados a nível autárquico, para possibilitar a respectiva divulgação no sítio do PNL; -----
i) Apresentar, no prazo de 30 dias úteis a contar da assinatura do presente protocolo, o plano de desenvolvimento da sua colaboração, com a calendarização das actividades a seu cargo; -----
j) Proceder a uma análise anual da participação de cada uma das partes e propor eventuais ajustamentos às condições do presente protocolo. -----

5.^a -----

No decurso do seu prazo de vigência, a execução do Plano Nacional de Leitura será objecto de avaliação anual. -----

6.^a -----

As alterações ao presente protocolo, nomeadamente as que decorram da avaliação prevista na cláusula anterior, serão objecto de acordo escrito estabelecido entre as partes signatárias, através de Adenda a este Protocolo. -----

O Presidente da Câmara, -----

Dr. João Gonçalves Martins Batista -----

A Comissária, -----

Mestre Maria Isabel Girão de Melo Veiga Vilar -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO DRA. LÍDIA PINTO DE 2009.04.01 -----

Visto. À consideração do Director de Departamento. -----

DESPACHO DO SR. DIRECTOR DE DEPARTAMENTO SÓCIO - CULTURAL DOUTOR ANTÓNIO RAMOS DE 2009.04.01-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Presidente da Câmara. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2009.04.02. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. APOIO ÀS ACTIVIDADES EXTRACURRICULARES DAS ESCOLAS DO CONCELHO DE CHAVES ANO LECTIVO 2008/2009. INFORMAÇÃO Nº139/DED/09/04/14. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

No sentido do Município dar continuidade ao apoio financeiro para a concretização das actividades extracurriculares dos Estabelecimentos de Ensino do Concelho de Chaves e para que haja uniformidade na atribuição dos apoios solicitados à Câmara, propõe-se para o ano lectivo 2008/2009, o seguinte: -----

1 Que seja atribuído a cada um dos três Agrupamentos Verticais do Concelho (Dr. Francisco Gonçalves Carneiro, Nadir Afonso e Vidago), o montante de 2.500.00€ (dois mil e quinhentos euros), para as actividades extracurriculares e o montante de 6.00€ (seis euros) por aluno, para as actividades extracurriculares da Educação Pré - Escolar e do 1º Ciclo; -----

2 Que seja atribuído à Escola Profissional de Chaves e a cada uma das Escolas Secundárias (Dr. Júlio Martins, Dr. António Granjo e Fernão de Magalhães), o montante de 1.500.00€; -----

3 Para o efeito, devem os Conselhos Executivos dos respectivos estabelecimentos de ensino apresentar o respectivo Plano Anual de Actividades, bem como o número de alunos que frequentam a Educação Pré - Escolar e o 1º Ciclo. -----

4 O valor previsto com este encargo é de 25.000.00€ (vinte e cinco mil euros) e tem dotação na rubrica económica 04.07.01.01. -----

5 Caso esta proposta mereça concordância favorável, tomo a liberdade de sugerir a seguinte metodologia: -----

a) O seu encaminhamento à próxima reunião de Câmara para deliberação;

b) Posteriormente, dar-se o devido conhecimento aos estabelecimentos de ensino do concelho, objecto desta proposta. -----

À consideração superior, -----

A Chefe de Divisão de Educação e Desporto -----

Dra. Lídia Pinto -----

DESPACHO DO SR. DIRECTOR DE DEPARTAMENTO SÓCIO - CULTURAL DR. ANTÓNIO RAMOS DE 2009.04.14. -----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Presidente da Câmara. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2009.04.14. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

O Vereador, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, não participou na análise, discussão e votação deste assunto, ausentando-se da sala. -----

1. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FLAVIFOMENTO - ASSOCIAÇÃO PARA O FOMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 24/GAPV/09. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Da Exposição de Motivos -----

1 - Considerando que a FLAVIFOMENTO - Associação para o Fomento e Desenvolvimento Sustentável do Município de Chaves veio, através do ofício registado nos serviços administrativos deste Município sob o n.º 5778, do dia 13/04/2009, requerer a atribuição de um subsídio; -

2 - Considerando que foi aprovada pelo órgão executivo municipal, em sua reunião realizada em 4 de Dezembro de 2008, uma proposta atinente à alienação a favor da FLAVIFOMENTO, da participação de capital que o Município de Chaves detinha na sociedade MARC - Mercado Abastecedor da Região de Chaves, S.A., ficando esta detentora de 91% do capital social da referida Sociedade; -----

3 - Considerando que decorrente da transferência supra-mencionada, a FLAVIFOMENTO, adquiriu a qualidade de accionista maioritária da Sociedade MARC, incorrendo desta forma, em acrescidas responsabilidades; -----

4 - Considerando que para construção do MARC foi necessário recorrer à Banca, de que resultam os inerente encargos; -----

5 - Considerando ainda, que a FLAVIFOMENTO assumiu recentemente, em conjunto com o Município, uma parceria para a concretização do Programa de Acção para a Regeneração Urbana do Centro Histórico de Chaves, tendo a seu cargo o co-financiamento de duas acções do referido programa; -----

6 - Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea b), do número 4, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro de 2002 pode, legalmente, o executivo municipal, no âmbito de apoio a acções de interesse municipal, deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: ---

a) Apoiar financeiramente a FLAVIFOMENTO com um subsídio no valor de € 485.968,08 (quatrocentos e oitenta e cinco mil novecentos e sessenta e oito euros e oito cêntimos) a fim de dota-la de

capacidade financeira para fazer face aos encargos decorrentes dos compromissos atrás mencionados. -----

b) Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada à entidade peticionária; -----

c) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do Executivo Municipal, dever-se-á: -----

- promover a devida publicitação de tal liberalidade e para o fim em vista em Jornal Local ou em Boletim Municipal; -----

- remeter a presente proposta ao Departamento de Administração Geral para ulterior operacionalização; -----

d) A presente proposta tem cobertura orçamental através da seguinte rubrica: 08.07.01.08. -----

Chaves, 14 de Abril de 2009 -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----
(Dr. João Batista) -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, Dra. Maria Aline da Silva Ferreira Caetano, Dr. Luís Manuel Areias Fontes e Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, aprovar a referida proposta, tendo o Senhor Presidente da Câmara usado o Voto de Qualidade. -----

Regista-se a entrada na sala do Vereador Arq. António Cândido Monteiro Cabelreira retomando a sua participação na Reunião. -----

2. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS POR RANCHOS FOLCLÓRICOS E GRUPOS MÚSICAIS E BANDAS DE MÚSICAIS SEDEADAS NO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA Nº 26/GAPV/09. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Da Exposição de Motivos -----

I.1 - Considerando que existem, sedeadas no nosso concelho, diversas entidades que desenvolvem actividades no âmbito da promoção e divulgação da música em especial da música tradicional portuguesa; -

I.2 - Considerando que tais actividades constituem um contributo e uma mais valia para o enriquecimento cultural dos munícipes; -----

I.3 - Considerando que é objectivo principal destas entidades a promoção etnográfica, recreativa e cultural de tradições seculares neste concelho; -----

I.4 - Considerando que é parte integrante de um desenvolvimento que se quer sustentado o reforço da animação social e cultural da população concelhia; -----

I.5 - Considerando que as acções propostas pelas diversas entidades musicais existentes no nosso concelho são potenciadoras de uma dinâmica social mobilizadora e, em simultâneo, geradoras de fortes laços de ligação entre as diversas freguesias do concelho; -----

I.6 - Considerando que, pelo carácter filantrópico de que se revestem as entidades em causa, não têm por si só, meios capazes de concretizar as actividades que se propõem desenvolver, de uma forma eficaz e catalisadora do esforço humano nelas despendido; -----

I.7 - Considerando que os apoios a conceder às entidades incluídas no quadro sinóptico em anexo à presente proposta e que dela faz

parte integrante, para os devidos efeitos legais, servirão para atingir os seguintes objectivos: -----

i) Apoiar entidades representantes do nosso concelho em festivais regionais, nacionais ou internacionais; -----

ii) Divulgar a tradição musical do nosso Concelho; -----

iii) Desenvolver as artes musicais junto dos munícipes. -----

I.8 - Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea b) do número 4, do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro de 2002 pode, legalmente, o executivo municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente àqueles que prossigam fins de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportivo e recreativo. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: ---

a) Apoiar financeiramente as entidades constantes do quadro sinóptico em anexo, com os montantes também aí consignados, com vista a permitir que as mesmas possam desenvolver, em prol da comunidade, as acções e iniciativas constantes do seu plano de actividades; -----

b) Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada às referidas entidades peticionárias; -----

c) Se essa decisão for favorável, remeter a presente proposta ao Departamento de Administração Geral para ulterior operacionalização.-----

d) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do executivo Camarário, dever-se-á promover a devida publicação em Jornal Local e em Boletim Municipal; -----

e) A presente proposta tem cobertura orçamental através da seguinte classificação económica: 04.07.01.01. -----

Chaves, 13 de Abril de 2009 -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----
(Dr. João Batista) -----

Quadro Sinóptico Anexo à proposta nº 26/GAPV/09 Ranchos Folclóricos, Grupos Musicais, Bandas Musicais

Entidades	Apoio Financeiro	Classificação Económica
Grupo de Folclore Vila Medieval de Sto. Estêvão	2.000,00 €	04.07.01.01
Grupo Recreativo e Cultural da Freguesia da Cela	2.000,00 €	04.07.01.01

Banda Musical de Loivos	12.500,00 €	04.07.01.01
Associação Desportiva e Cultural dos Amigos de Vilas Boas	2.000,00 €	04.07.01.01
Associação E.R.C. Rancho Folclórico de Selhariz	2.000,00€	04.07.01.01
Grupo de Danças e Cantares Regionais Santo Estêvão	2.000,00€	04.07.01.01

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

3. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A COMISSÕES FABRIQUEIRAS DO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA Nº 27/GAPV/09. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Da Exposição de Motivos -----

1.1 - Considerando a existência de diversas Comissões Fabriqueiras nas várias freguesias do concelho que desenvolvem, em prol da comunidade, um labor de inigualável valor, nomeadamente no que concerne à preservação do património histórico e religioso; -----

1.2 - Considerando o superior interesse das actividades que desenvolvem em prol de instituições de solidariedade e apoio ao próximo; -----

1.3 - Considerando que o Município detém responsabilidades no domínio da preservação do património histórico espalhado pelas diversas aldeias do concelho; -----

1.4 - Considerando que é dever destas instituições a protecção, conservação e modernização do equipamento religioso do concelho; ---

1.5 - Considerando que as intervenções propostas pelas diversas Comissões Fabriqueiras não poderão ser realizadas sem o apoio financeiro a conceder pelo Executivo, uma vez que os mesmos não dispõem de meios eficazes para a sua prossecução; -----

1.6 - Considerando que esta é também uma forma de descentralizar competências atribuindo maior protagonismo e envolvendo de forma mais vincada a comunidade civil; -----

1.7 - Considerando que os apoios a conceder às entidades incluídas no quadro sinóptico em anexo à presente proposta e que dela faz parte integrante para os devidos efeitos legais, servirão para efectivar a remodelação das respectivas igrejas paroquiais. -----

1.8 - Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea m), do número 2, do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro de 2002 pode, legalmente, o executivo municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e

organismos legalmente existentes, nomeadamente àqueles que prossigam fins de recuperação do património municipal. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: ---

a) Apoiar financeiramente as entidades constantes no quadro sinóptico em anexo, nos montantes aí consignados com vista a permitir que os mesmos possam desenvolver, em prol da comunidade, as acções a que se comprometeram; -----

b) Efectuar o pagamento dos mencionados apoios atendendo à calendarização proposta pelo mesmo; -----

c) Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada às entidades peticionárias; -----

d) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do executivo Camarário, dever-se-á promover a devida publicitação de tal liberalidade e para o fim em vista em Jornal Local e em Boletim Municipal; -----

e) Se essa decisão for favorável, remeter a presente proposta ao Departamento de Administração Geral para ulterior operacionalização;-----

f) A presente proposta tem cobertura orçamental através da seguinte classificação económica: 08.07.01.01. -----

Chaves, 13 de Abril de 2009 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(João Martins Gonçalves Batista) -----

Quadro Sinóptico
Anexo à proposta n.º 27/GAPV/09
Comissões Fabriqueiras

Entidades	Apoio Financeiro	Actividades / Objectivos a apoiar	Classificação Económica
Comissão Fábrica da Igreja de Fernandinho	1.000,00€	Plano Actividades/Investimentos	08.07.01.01
Comissão Fabriqueira da Paróquia de Arcossó	1.000,00€	Plano Actividades/Investimentos	08.07.01.01
Comissão Fabriqueira de Nogueira da Montanha	1.000,00€	Plano Actividades/Investimentos	08.07.01.01

Comissão Fabriqueira de S.Pedro de Agostém	1.000,00€	Plano Actividades/Investimentos	08.07.01.01
Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Selhariz	1.000,00€	Plano Actividades/Investimentos	08.07.01.01
Fábrica da Paróquia de Santa Maria Maior	2.459,00€	Plano Actividades/Investimentos	08.07.01.01
Fábrica da Paróquia de Santa Maria Maior	2.541,00€	Apoio Famílias Carenciadas	04.07.01.04
Fábrica da Igreja Paroquial de Cimo de Vila da Castanheira	1.000,00€	Plano Actividades/Investimentos	08.07.01.01

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

4. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS DO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA Nº 28/GAPV/09. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Da Exposição de Motivos -----

I.1 - Considerando que quer a Associação Flaviense de Bombeiros Voluntários, pessoa colectiva de direito privado com a natureza jurídica de associação sob o nº de contribuinte 501506764, quer a Associação de Bombeiros Voluntários de Salvação Publica, pessoa colectiva de direito privado com a natureza jurídica de associação sob o nº de contribuinte 501186298, quer a Associação de Bombeiros Voluntários de Vidago pessoa colectiva de direito privado com a natureza jurídica de associação sob o nº de contribuinte 501103074 solicitaram, apoio financeiro por parte da Câmara Municipal com a finalidade de assegurar: -----

- o Conservação e reparação das suas instalações; -----
- o Conservação e reparação dos seus veículos: -----

o Aquisição de equipamentos para aumento de eficiência dos serviços prestados -----

1.2 - Considerando que qualquer das associações mencionadas desenvolvem actividades fundamentais para a segurança e bem-estar da população do concelho; -----

1.3 - Considerando que as corporações supra citadas viram já reconhecido o mérito do seu trabalho por esta Autarquia, uma vez que foram já apoiadas financeiramente nas suas actividades, em anos anteriores; -----

1.4 - Considerando que é vontade da autarquia dotar as corporações de bombeiros concelhias da necessária estabilidade financeira para a prossecução das suas actividades, devendo ser da sua exclusiva responsabilidade a boa gestão dos dinheiros públicos nelas investidos; -----

1.5 - Considerando que a atribuição do presente apoio é fundamental para que as associações em causa se apetrechem de meios estruturais adequados às necessidades logísticas por elas sentidas; -----

1.6 - Considerando que, no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea a), do número 4, do artigo 64º, da Lei 168/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5 A/2002, de 11 de Janeiro pode, legalmente, o Executivo Municipal, no âmbito do apoio a actividades de interesse municipal, deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente aqueles que prossigam fins de interesse público. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: ---

a) Apoiar financeiramente a Associação Flaviense de Bombeiros Voluntários, através da atribuição de um subsídio no valor de: -----

- 40 000,00 € (Quarenta Mil Euros) - Despesas Capital - 08 07 01 05

- 5 000,00 (Cinco Mil Euros) - Despesas Funcionamento/Corrente - 04 07 01 01 -----

- 13 486,25 € (Treze Mil, Quatrocentos e Oitenta e Seis Euros e Vinte e Cinco Cêntimos) - Despesas Capital - 08 07 01 01: -----

b) Apoiar financeiramente a Associação de Bombeiros Voluntários de Salvação Publica através da atribuição de um subsídio no valor de: -

- 40 000,00 (Quarenta Mil Euros) - Despesas Capital - 08 07 01 05 --

- 5 000,00 (Cinco Mil Euros) - Despesas Funcionamento/Correntes - 04 07 01 01 -----

- 9 375,00 (Nove Mil, Trezentos e Setenta e Cinco Euros) - Despesas Capital - 08 07 01 01 -----

c) Apoiar financeiramente a Associação de Bombeiros Voluntários de Vidago através da atribuição de um subsídio no valor de: -----

- 40.000,00 (Quarenta Mil Euros) - Despesas Capital -08 07 01 05; --

- 5 000,00 (Cinco Mil Euros) - Despesas Funcionamento/Correntes - 04 07 01 01 -----

- 9 375,00 (Nove Mil, Trezentos e setenta e Cinco Euros) - Despesas Capital - 08 07 01 01; -----

d) Fasear o pagamento deste apoio financeiro atribuindo-o em duodécimos; -----

e) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do executivo camarário dever-se-á promover a devida publicação de tal liberalidade e para o fim em vista em jornal local e em boletim municipal; -----

f) Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada às associações peticionárias; -----

g) Se essa decisão for favorável, remeter a presente proposta ao Departamento de Administração Geral para ulterior operacionalização;-----

Chaves, 13 de Abril de 2009. -----

O Presidente da Câmara -----
(João Batista) -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2009.04.14. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

5. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS POR ASSOCIAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL. PROPOSTA Nº 29/GAPV/09. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Da Exposição de Motivos -----

I.1 - Considerando a existência de diversas entidades que promovem actividades de carácter social de superior interesse municipal; ----

I.2 - Considerando que as entidades mencionadas são geradoras de dinâmicas de solidariedade dentro da comunidade em que se inserem promovendo o respeito e a atenção às classes mais desfavorecidas; --

I.3 - Considerando que são estas instituições que zelam pela defesa dos direitos dos cidadãos, pelo seu desenvolvimento cultural, pela sua inserção social e pelo seu desenvolvimento intelectual; -----

I.4 - Considerando que, pelo carácter filantrópico de que se revestem as entidades em causa, não têm, por si só, capacidade de concretizarem as actividades que se propõem desenvolver de forma eficaz e catalizadora do esforço humano nelas dispendido; -----

I.5 - Considerando que esta é também uma forma de descentralizar competências atribuindo maior protagonismo e envolvendo de forma mais vincada a comunidade civil; -----

I.6 - Considerando que os apoios a conceder a entidades inseridas no quadro sinóptico em anexo à presente proposta e que dele faz parte integrante para os devidos efeitos legais, servirão para atingir os seguintes objectivos: -----

i) Desenvolver projectos de inter ajuda com vista a solucionar carências reais da população; -----

ii) Apoiar a estratos sociais desfavorecidos; -----

iii) Desenvolver actividades de solidariedade social; -----

iv) Dotar o concelho de equipamentos sociais melhores e mais modernos; -----

I.7 - Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea a) e b) do número 4, do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro de 2002 pode, legalmente, o executivo municipal deliberar sobre formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente às que prossigam fins de interesse municipal, de natureza social e a defesa dos direitos dos cidadãos. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: ---

a) Apoiar financeiramente as entidades constantes do aludido quadro sinóptico, nos montantes também aí consignados com vista a permitir

que as mesmas possam desenvolver, em prol da comunidade, as acções e iniciativas constantes do seu plano de actividades; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do executivo camarário dever-se-á promover a devida publicação em jornal local e em boletim municipal. -----

c) Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada às referidas entidades peticionárias; -----

d) Se essa decisão for favorável, remeter a presente proposta ao Departamento de Administração Geral para ulterior operacionalização;

e) A presente proposta tem cobertura orçamental através das seguintes classificações económicas: 04.07.01.01, 08.07.01.99, 08.07.01.05. -----

Chaves, 13 de Abril de 2009 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----

Quadro Sinóptico
Anexo à proposta n.º 29/GAPV/09
Associações Interesse social

Entidades	Apoio Financeiro	Actividades / Objectivos a apoiar	Classificação Económica
AAAC-ASSOCIAÇÃO AMIGOS ANIMAIS DE CHAVES	4.500,00€	Plano de Actividades	04.07.01.01
ANDDEM-ASS.NAC.DESP.DEFIC.MENTAL	500,00€	Plano de Actividades	04.07.01.01
APD - ASSOC.PORTUGUESA DE DEFICIENTES	2.000,00€	Plano de Actividades	08.07.01.99
ASSOC. CHAVES SOCIAL	100.000,00€	Plano de Actividades	04.07.01.01
CENTRO SOCIAL DE MAIROS	30.000,00€	Plano de Actividades	08.07.01.05
CENTRO SOCIAL DE S. VICENTE DA RAIA	50.000,00€	Plano de Actividades	08.07.01.05
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CHAVES	1.000,00€	Plano de Actividades	04.07.01.01

CONFRARIA DE CHAVES	40.000,00€	Plano de Actividades	04.07.01.01
ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE CHAVES	600,00€	Plano de Actividades	04.07.01.01
LIGA DOS AMIGOS DO HOSPITAL DE CHAVES	600,00€ 6.097,41€	Plano de Actividades	04.07.01.01
PATRONATO DE S. JOSÉ	50.000,00€	Plano de Actividades	08.07.01.05
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CHAVES (CATL)	1.000,00€	Plano de Actividades	04.07.01.01
ARAT - ASS. RADIOAMADORES ALTO TÂMEGA	500,00€	Plano de Actividades	04.07.01.01
ASSOC.PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE TRONCO	50.000,00€	Plano de Actividades	08.07.01.05
ASSOC.LAR NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO FAIÕES	50.000,00€	Plano de Actividades	08.07.01.05
ASSOC. PROMOTORA ENSINO PROFISS.ALTO TÂMEGA	30.000,00€	Plano de Actividades	04.07.01.01

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2009.04.14. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

6. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS POR ASSOCIAÇÕES RECREATIVAS E CULTURAIS. PROPOSTA Nº 30/GAPV/09. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Da Exposição de Motivos -----

1.1 - Considerando que existem, sediadas no nosso concelho, diversas entidades que, desenvolvem actividades no âmbito da promoção e divulgação da cultura, nomeadamente com intuito desportivo ou recreativo; -----

1.2 - Considerando que é necessário fomentar a acção dos agentes sociais organizados, principalmente daqueles que intervêm com maior proximidade junto das comunidades onde estão inseridos; -----

1.3 - Considerando que a sua finalidade última (contributo de inestimável valor para a melhoria do bem-estar e qualidade de vida dos munícipes) é a concretização de actividades que visam a ocupação de tempos livres, convívio e desenvolvimento dos laços fraternais entre a comunidade; -----

1.4 - Considerando que é parte integrante de um desenvolvimento que se quer sustentado, o reforço da animação social e cultural da população concelhia; -----

1.5 - Considerando que, pelo carácter filantrópico que se revestem as entidades em causa, não têm, por si só, capacidade de concretizarem as actividades que se propõem desenvolver de forma eficaz catalizadora do espaço humano nelas dispendido; -----

1.6 - Considerando que o apoio quer logístico, quer financeiro a conceder pelo Executivo deve ser definido num quadro global de apreciação dos planos de actividades e do interesse diferenciado de que os mesmos se revestem; -----

1.7 - Considerando que os apoios a conceder às entidades inseridas no quadro sinóptico em anexo à presente proposta e que dela faz parte integrante para os devidos efeitos legais, servirão para atingir para garantir a concretização das actividades a que se propõe nos respectivos planos de actividades; -----

1.8 - Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea b) do número 4, do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro de 2002 pode, legalmente, o executivo municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente àqueles que prossigam fins de interesse municipal, de natureza cultural, recreativa e desportiva. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: ---

a) Apoiar financeiramente as entidades constantes do aludido quadro sinóptico em anexo, nos montantes também aí consignados com vista a permitir que as mesmas possam desenvolver, em prol de comunidade as acções e iniciativas constantes do seu plano de actividades; -----

b) Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada às referidas entidades peticionárias; -----

c) Se essa decisão for favorável, remeter a presente proposta ao Departamento de Administração Geral para ulterior operacionalização;-----

d) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do executivo Camarário, dever-se-á promover a devida publicitação em Jornal Local e em Boletim Municipal; -----

e) A presente proposta tem cobertura orçamental através da seguinte classificação económica: 04.07.01.01 -----

Chaves, 13 de Abril de 2009 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----
(Dr. João Batista) -----

Quadro Sinóptico
Anexo à Proposta n.º 30/GAPV/09
Associações Recreativas Culturais

Entidades	Apoio Financeiro	Actividades / Objectivos a apoiar	Classificação Económica
Casa da Cultura de Vidago	6.500,00€	Plano de Actividades	04.07.01.01
Casa da Cultura de Outeiro Seco	5.000,00€	Plano de Actividades	04.07.01.01
Casa do Povo de Vidago	1.500,00 €	Plano de Actividades	04.07.01.01
Centro Desportivo e Cultural de Faiões	2.000,00€	Plano de Actividades	04.07.01.01
Centro Soc. Cult. Desportivo de Vilarelho da Raia	1.000,00€	Plano de Actividades	04.07.01.01
Associação Académica da UTAD	3.000,00€	Plano de Actividades	04.07.01.01
Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia	4.500,00€	Plano de Actividades	04.07.01.01
Coral de Chaves	4.000,00€	Plano de Actividades	04.07.01.01
Associação Recreativa e Cultural Curalha	1.000,00€	Plano de Actividades	04.07.01.01

Sociedade Columbófila	500,00€	Plano de Actividades	04.07.01.01
APAT- Assoc. Pára-quedistas do Alto Tâmega	2.500,00€	Plano de Actividades	04.07.01.01
Grupo Desportivo Recreativo Cult. ASES da Madalena	2.500,00€	Plano de Actividades	04.07.01.01

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

7. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ENTIDADES DESPORTIVAS. PROPOSTA Nº 31/GAPV/09. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Da Exposição de Motivos -----

I.1 - Considerando que existem, sedeadas no nosso concelho, ou que nele desenvolvem as suas actividades, várias entidades promotoras de desportos amadores; -----

I.2 - Considerando que estas instituições promovem a ocupação de tempos livres, nomeadamente, dos mais jovens e desenvolvem acções promotoras de saúde e bem-estar dos munícipes, -----

I.3 - Considerando que é de superior interesse municipal o desenvolvimento de acções que estreitam os laços fraternais entre os elementos da comunidade onde estão inseridos, bem como, o desenvolvimento do espírito de equipa e de salutar competição; -----

I.4 - Considerando que é parte integrante de um desenvolvimento que se quer sustentado, o reforço da animação social e cultural da população concelhia; -----

I.5 - Considerando que, pelo carácter filantrópico de que se revestem as entidades em causa, não têm, só por si, meios capazes de concretizar as actividades que se propõem desenvolver, de forma eficaz e catalisadora dos esforços humanos despendidos; -----

I.6 - Considerando que o apoio quer logístico quer financeiro, a conceder pelo executivo, deve ser definido num quadro global de apreciação dos planos de actividades e do interesse diferenciado de que os mesmos se revestem; -----

I.7 - Considerando que os apoios a conceder às entidades incluídas no quadro sinóptico em anexo à presente proposta e que dela faz parte integrante, para os devidos efeitos legais, servirão para atingir os seguintes objectivos: -----

i) Melhoramento e beneficiação de equipamentos desportivos concelhios; -----

ii) Realização de provas e eventos desportivos, inseridas nos respectivos planos de actividades; -----

I.8 - Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea b), do número 4, do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro de 2002 pode, legalmente, o executivo municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa, ou outra. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: ---

a) Apoiar financeiramente as entidades constantes do aludido quadro sinóptico em anexo, nos montantes aí também consignados, com vista a permitir que as mesmas possam desenvolver, em prol da comunidade, as acções e iniciativas constantes do seu plano de actividades; -----

b) Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada às entidades peticionárias; -----

Se essa decisão for favorável, remeter a presente proposta ao Departamento de Administração Geral para ulterior operacionalização.

A presente proposta tem cobertura orçamental através da seguinte rubrica: 04.07.01.01. -----

Chaves, 13 de Abril de 2009 -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

(Dr. João Batista) -----

Quadro Sinóptico
Anexo à proposta nº 31/GAPV/09

Entidades	Apoio Financeiro	Classificação Económica
Associação Desportiva Flaviense	40.000,00 €	04.07.01.01
Associação Flaviense de Caminheiros	500,00 €	04.07.01.01
Automóvel Clube de Vilarandelo	750,00 €	04.07.01.01
BTT Clube de Chaves	7.000,00 €	04.07.01.01
Chaves Futsal Clube	3.000,00 €	04.07.01.01

Clube Flaviense de Caça e Pesca Desportiva	1.000,00 €	04.07.01.01
Clube Motard de Chaves	7.500,00 €	04.07.01.01
Clube Ténis de Mesa de Chaves	15.000,00 €	04.07.01.01
Ervededo Futsal Clube	2.000,00 €	04.07.01.01
Grupo Desportivo Ribeira de Oura Veteranos	1.500,00 €	04.07.01.01
Hóquei Clube Flaviense	20.000,00 €	04.07.01.01
Karaté Clube do Alto Tâmega	1.000,00 €	04.07.01.01
Natação Clube de Chaves	8.000,00 €	04.07.01.01
Núcleo de Atletismo de Chaves	2.500,00 €	04.07.01.01
Ténis Clube de Chaves	1.000,00 €	04.07.01.01
Vidago Futebol Clube	60.000,00 €	04.07.01.01

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

8. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO COM OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA PORTUGUESA "ENCONTRO". PROPOSTA Nº 32/GAPV/09. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Justificação -----

A Associação para a Cooperação com os Países Africanos de Língua Portuguesa "Encontro", Organização Não Governamental, reconhecida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, através do ofício registado nos serviços de Expediente Geral desta Câmara Municipal sob o nº 17580, veio solicitar apoio financeiro para a recuperação de uma habitação, situada na cidade Guineense de Bafatá. -----

Considerando a geminação existente entre a Cidade de Chaves e a Cidade de Bafatá, aprovada em reunião do executivo Municipal de 10 de Abril de 2001; -----

Considerando que, nos termos do Protocolo de Geminação celebrado entre as partes, as acções de cooperação a empreender passa pela ajuda no domínio da Administração/Gestão Municipal (Gestão Urbana, Saneamento Básico, Gestão Ambiental e Acção Social), entre outras; - Considerando que o valor da reconstrução da habitação orça no montante de 47.841,42 €, disponibilizando esta autarquia, neste momento o montante que respeita apenas à execução do furo de captação de água, num total de 17.841,42 €. -----

Considerando, ainda, que nos termos do disposto na alínea f), nº 4, do artigo 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre a participação do Município em projectos e acções de cooperação descentralizada, designadamente no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. (alínea f, nº 4, artigo 64) -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões acima expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: -----

- Que seja concedido uma comparticipação financeira, à Associação para a Cooperação com os Países Africanos de Língua Portuguesa "Encontro", no valor de 17.841,42 €, com vista à ajuda na recuperação da habitação em Bafatá (execução de um furo de água); --

- Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do executivo Camarário, dever-se-á promover a devida publicitação de tal liberalidade e para o fim em vista em Jornal Local e em Boletim Municipal; -----

- Se essa decisão for favorável, remeter a presente proposta ao Departamento de Administração Geral para ulterior operacionalização;-----

- A presente proposta tem cobertura orçamental através da seguinte classificação económica: 04.07.01.01. -----

Chaves, 13 de Abril de 2009 -----

O Presidente da Câmara -----

(Dr. João Batista) -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

V

ACÇÃO SOCIAL:

VI

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO**2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO**

2.1. PEDIDO DE APROVAÇÃO DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO INERENTES A LOTEAMENTO URBANO - FLAVITUR - SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS DA REGIÃO DE CHAVES, SA - SITO NO LUGAR DA COCANHA - FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA SRA. ENGENHEIRA CIVIL CONCEIÇÃO FERNANDES REI DATADA DE 2009/04/14. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1-ANTECEDENTES -----

1.1-Em reunião de câmara de 06-07-2006, sob proposta da informação técnica de 03-07-2006 o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar os projectos de execução inerentes às obras de urbanização e deferir o licenciamento daquelas, nos termos no disposto no artigo 22º do Decreto-Lei nº 448/91, de 29 de Novembro, na sua versão final, sob determinadas condições, entre as quais se destaca a seguinte: -----

-Celebração de Contrato de urbanização entre a Câmara Municipal, a interessada e eventuais proprietários de prédios rústicos e urbanos necessários à execução das obras de urbanização, a fim de ser mencionado no respectivo alvará de loteamento. -----

1.2 - As obrigações previstas para as partes no Contrato de Urbanização eram as seguintes: -----

A) Trabalhos de execução a cargo da Câmara Municipal -----

A.1-Implementação da placa giratória -----

A.2-Aquisição das parcelas de terreno e imóveis necessárias (os) para execução da rotunda. -----

B) Trabalhos de execução a cargo da promotora -----

B.1-Pavimentação dos dois acessos ao loteamento. -----

B.2-Execução da conduta de abastecimento de água em PEAD com o diâmetro de 200 mm, desde o Reservatório de Água, situado na Zona Industrial, até à presente operação de loteamento, a cargo da promotora e da Câmara, na proporção de 75% e 25%, respectivamente. -

B.3-Autorização dos proprietários dos terrenos particulares, para execução da conduta de abastecimento de água. -----

B.4-As obras inerentes ao reperfilamento transversal do actual acesso à Superfície Comercial Modelo, para o perfil da Alameda. ----

1.2-Em 27-01-2009, sob o requerimento registado nesta Autarquia com o nº 197/09, a promotora apresenta entre outros elementos necessários à emissão do alvará de loteamento, nova rede de distribuição de água. -----

2-PARECER -----

2.1-O novo traçado da rede de abastecimento de água, trazido a processo pela interessada sob o requerimento nº 197/09 já se encontra acompanhado com o parecer da Divisão de Abastecimento Público de 17-03-2009, sendo o mesmo passível de merecer parecer favorável. -----

Face às características dos dois perfis transversais da Alameda e à necessidade de colocação de marcos de água ao longo daquela via, a

rede de distribuição projectada nos passeios da mesma deverá ter continuidade naqueles e possuir o diâmetro mínimo de 110 mm, pelo exposto no nº 2 do artigo 56º do Decreto-Regulamentar nº 23/95, de 23/08, que aprovou o Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais (quinta condição de licenciamento). -----

2.2-Os trabalhos das diversas especialidades devem ser coordenados de forma a serem respeitadas as normas consagradas no Decreto-Lei nº 163/2006, de 8/8, para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada (sexta condição de licenciamento). -----

2.3-As condições de licenciamento mencionadas nos itens 2.2.2.1, 2.2.2.2, 2.2.3, 2.2.4.2 da informação técnica de 03-07-2006, presente em reunião de Câmara de 06-07-2006, mantêm válidas e actuais na presente data. -----

2.4-Com a aprovação da nova rede de Distribuição de Água, a promotora encontra-se dispensada da apresentação do contrato de urbanização referido na informação técnica datada de 03-07-2006, ficando a Autarquia vinculada à realização das obras de urbanização, mencionadas nas alínea A.1 e A.2 desta informação, as quais deverão ser executadas em tempo oportuno. -----

3-PROPOSTA -----

Considerando o que se disse anteriormente e o que se encontra legalmente estabelecido pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 177/2001, de 4/6, sou a recomendar que a Câmara Municipal adopte a seguinte resolução: -----

3.1-Aprovação do novo projecto da rede de Abastecimento de Água com a salvaguarda de, no decurso da sua realização, ser dado cabal cumprimento às condições mencionadas nos itens 2.2.2.1, 2.2.2.2, 2.2.3, 2.2.4.2 da informação técnica de 03-07-2006, presente em reunião de Câmara de 06-07-2006 e nos pontos 2.1 e 2.2. acima referidos. -----

3.2-Por fim, em anexo à notificação deve ser enviado à requerente, para o devido conhecimento, o parecer da D.A.P. datado de 17-03-2009. -----

3.3-Logo que seja conhecida a deliberação do Executivo, que incidirá sobre a presente informação técnica, será produzido parecer, que apreciará em definitivo, o pedido de emissão de alvará de loteamento que titulará o licenciamento desta operação urbanística. -----

À Consideração Superior -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/04/14. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/04/14. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.2. PEDIDO DE ALTERAÇÕES ÀS CONDIÇÕES DE LICENÇA DA OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO TITULADA PELO ALVARÁ 23/87 - FERREIRA & FILHOS - SITO NO LUGAR DA OLA - FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE - CONCELHO DE CHAVES

- INFORMAÇÃO DO ARQUITECTO LUÍS MIGUEL FERREIRA SANTOS, DATADA DE 2009/04/14. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

INTRODUÇÃO -----

A empresa Ferreira & Filhos, através de requerimento n.º 2774/08, inerente ao processo n.º 9/08, solicita de acordo com o disposto no n.º1 do artigo n.º 27 do Decreto-Lei 555/99 de 16/12 alterado e republicado pela Lei n.º 60/07 de 4/09, pedido de alterações às condições de licença da operação de loteamento titulado pelo alvará 23/87 de 16/09/1987, sita no lugar da Ola, freguesia de Santa Cruz Trindade no concelho de chaves. -----

No seguimento do saneamento e instrução do processo, a promotora, completa agora o seu pedido, através do requerimento n.º 84/09, com os elementos finais, no sentido se definitivamente lhe serem concedidas, as alterações às condições de licença da operação de loteamento titulada pelo alvará n.º 23/87. -----

INSTRUÇÃO DO PEDIDO -----

O pedido encontra-se instruído com os elementos mencionados na Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março e com o Regulamento Municipal de Chaves nomeadamente: -----

Peças escritas: -----

- Requerimento inicial; -----
- Original da Certidão da Conservatória do Registo Predial de Chaves do lote n.º 4, do qual é proprietário o requerente; -----
- Cópias das Certidões da Conservatória do Registo Predial de Chaves dos restantes lotes; -----
- Termo de responsabilidade do técnico autor do projecto de arquitectura; -----
- Termo de responsabilidade do técnico coordenador de projectos; ---
- Cópia da Declaração de inscrição na Ordem dos Arquitectos do coordenador do projecto de arquitectura; -----
- Original da Declaração de inscrição na ANET - Associação nacional dos Engenheiros Técnicos do autor do projecto de arquitectura; -----
- Memória descritiva e justificativa explicando as alterações; -----
- Nota descritiva do plano de acessibilidades, presente na memória descritiva; -----
- Estudo de dados acústicos -----
- Ficha de dados estatísticos -----

Peças gráficas: -----

- Peças desenhadas à escala 1/500: -----
- Planta de Localização -----
- Levantamento topográfico; -----
- Planta Síntese; -----
- Planta de áreas de cedência ao domínio público; -----
- Plano de acessibilidades; -----
- Planta de alterações; -----
- Fichas dos lotes dos lotes; -----
- Peças desenhadas e escritas em suporte informático -----

ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----

No regime jurídico -----

Nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei 555/99, alterado e republicado pela Lei n.º 60/07 de 4/09, o pedido do interessado enquadra-se numa alteração à licença da operação de loteamento, titulada pelo alvará 23/87 emitido em 16/09/1987, em nome de João Rodrigues e Outros. -----

Nas disposições do Plano Director Municipal -----
 Segundo a Planta de Ordenamento n.º 34ªA do Plano Director Municipal
 de Chaves, o prédio insere-se na categoria de espaço pertencente à
 classe 1 (Espaços urbanos e urbanizáveis), na Categoria 1.1 (Cidade
 de Chaves): -----

Segundo a Planta de Condicionantes n.º 47B do Plano Director
 Municipal de Chaves, sobre o prédio não impende nenhuma servidão ou
 restrição de utilidade pública. -----

Verifica-se o cumprimento do Plano Director Municipal e o estudo do
 Plano de Urbanização de Chaves, usado para o efeito na limitação das
 zonas previstas no n.º1 do artigo 73.º do Regulamento do P.D.M. ----

ANÁLISE DA PRETENSÃO -----

Com o presente pedido, o requerente pretende alterar as
 especificações tituladas pelo alvará n.º 23/87, no lote n.º 4
 incluindo as alterações levadas a efeito pelos restantes
 proprietários, das quais possuem licença de construção. -----

Alterações resultantes do presente pedido de alteração à licença ---
 Lote n.º 1 -----

- Aumento da área total de implantação, passando de 162,00m2 para
 224,00m2; -----

- Aumento da área total de construção, passando de 486,00m2 para
 582,00m2; -----

Lote n.º 3 -----

- Diminuição da área total de implantação, passando de 145,00m2 para
 138,00m2; -----

- Diminuição da área total de construção, passando de 435,00m2 para
 414,00m2; -----

Lote n.º 4 -----

- Aumento da área total de implantação, passando de 143,00m2 para
 233,00m2; -----

- Aumento da área total de construção, passando de 429,00m2 para
 679,00m2; -----

- Aumento de um piso, passando de R/C, 1.º e 2.º andares para R/C,
 1.º, 2.º e 3.º andares. -----

Lote n.º 6 -----

- Aumento da área total de implantação, passando de 151,00m2 para
 232,00m2; -----

- Aumento da área total de construção, passando de 453,00m2 para
 692,00m2; -----

Quadro sinóptico resultante do presente pedido de alteração à
 licença -----

Lote n.º 1 -----
 - Aumento da área total de construção, passando de 486,00m² para 582,00m², o que resulta um aumento de 96,00m²; -----
 Lote n.º 4 -----
 - Aumento da área total de construção, passando de 429,00m² para 679,00m², que resulta um aumento de 250,00m²; -----
 Lote n.º 6 -----
 - Aumento da área total de construção, passando de 453,00m² para 692,00m², que resulta um aumento de 239,00m²; -----
 Quadro I -----

Áreas de Cedência	Lote n.º 1	Lote n.º 4	Lote n.º 6
Para espaços verdes e/ou de utilização colectiva - 28m ² /120m ² a. c. hab.	22,40m ²	58,30m ²	55,80m ²
Para equipamentos de utilização colectiva - 35m ² /120m ² a. c. hab.	28,00m ²	72,90m ²	69,70m ²
Total	50,40m²	131,20m²	125,50m²

Uma vez que não há previsão de áreas de cedência destinadas a equipamentos de utilização colectiva¹ ao domínio público municipal, deverão os proprietários dos lotes com aumento de área de construção, compensar o município pelas áreas não cedidas para esses fins, sendo este valor calculado a partir da aplicação do artigo 67º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e Tabela de Taxas e Licenças Devidas pela Realização de Operações Urbanísticas e da Tabela XIX anexa a este e o valor do preço de construção da habitação por metro quadrado para vigorar no ano de 2009 da Portaria n.º 1240/2008, retratado nos quadros II a IV que se seguem: -----

Quadro II -----
 Lote n.º 1 -----

L	K	A	V	LKxA (m ²) xV	C= 2.940,00 €
0,90	0,20	50,40	648,15	C= 2	

O valor da compensação ao Município será de 2.940,00 € (Dois mil novecentos e quarenta euros). -----

Quadro III -----
 Lote n.º 4 -----

L	K	A	V	C= LKxA (m ²) xV	C= 7.653,35 €
---	---	---	---	------------------------------	---------------

¹ ¹ E não existir previsão de localização, a nível de plano, de equipamentos e/ou espaços deste tipo neste local. -----

0,90	0,20	131,2 0	648,15	2	
------	------	------------	--------	---	--

O valor da compensação ao Município será de 7.653,35 € (Sete mil seiscentos e cinquenta e três euros e trinta e cinco cêntimos). ----

Quadro IV -----

Lote n.º 1 -----

L	K	A	V	$LK \times A \text{ (m}^2\text{)} \times V$	
0,90	0,20	125,5 0	648,15	C= 2	C= 7.320,85 €

O valor da compensação ao Município será de 7.320,85 € (Sete mil trezentos e vinte euros e setenta cêntimos). -----

O presente pedido de alterações à licença, da operação de loteamento titulada pelo alvará de loteamento n.º 23/87, respeita os parâmetros de dimensionamento definidos no ponto 3 do artigo 12.º do Plano Director municipal de Chaves, no que respeita ao estacionamento a exigir (lugares privados situados no interior do lote), uma vez que todos os lotes possuem área de logradouro superior à necessária para albergar os referidos lugares de estacionamento exigidos. -----

No que respeita aos lugares de estacionamento públicos a exigir, resultantes do aumento da área de construção nos lotes n.º 1, n.º 4 e n.º 6, uma vez que o Plano Director Municipal de Chaves sobre esta matéria nada refere, estes serviços consideram o estipulado na Portaria 216-B/2008 de 3 de Março "O número total de lugares resultante da aplicação dos critérios anteriores é acrescido de 20 % para estacionamento público". -----

Considera-se, que do ponto de vista urbanístico poderá ser dispensado o cumprimento das regras estabelecidas em matéria de estacionamento previsto no art.º 12 do Regulamento do P.D.M., enquadrando-se na excepção prevista no n.º 5² do mesmo artigo, pelo facto do alvará de loteamento inicial (alvará nº 23/87) não ter previsto lugares de estacionamento públicos, estando materializado no local os passeios e arruamentos, pelo que se trata de uma pré-existência e ao mesmo tempo por razões de consolidação dos arruamentos presentes no local não é possível criar os referidos lugares de estacionamento públicos. -----

² Artigo 12º - Áreas para estacionamento de veículos -----

5 - O município poderá estabelecer para situações de excepção devidamente tipificadas, nomeadamente edifícios situados em centros históricos ou núcleos antigos das povoações, a dispensa do cumprimento das disposições constantes dos números anteriores. -----

De acordo com o preceituado no n.º 3 do artigo 27^{3.º} do Dec-Lei 555/99 de 16 de Dezembro alterado e republicado pela Lei n.º 60/07 de 4/09, foram notificados os proprietários dos lotes n.º 1 a n.º 5 e o legal representante da administração do condomínio do lote n.º 6, para virem a processo no prazo de 10 dias dizer o que lhe oferecer no prazo de 10 dias, informando-se que o pedido de alterações às condições de licença da operação de loteamento, titulado pelo alvará n.º 23/87, se encontra disponível para consulta nestes serviços (Divisão de Gestão Territorial), conforme a informação técnica datada de 13/02/09. -----

Ultrapassados os 10 dias concedidos, não ocorreu oposição escrita de nenhum dos proprietários dos restantes lotes, pelo que, as alterações às condições de licença da operação de loteamento, pode ser aprovada. -----

CONSIDERAÇÕES DO PARECER -----

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 com a redacção dada pela Lei n.º 60/2007 de 4/09, não ocorreu oposição escrita por parte de nenhum proprietário no prazo de 10 dias, após o gestor de procedimento ter procedido à sua notificação. -----

Considerando que deverá ser liquidado o valor de 2.940,00 € (Dois mil novecentos e quarenta euros) pelo proprietário do lote n.º 1, o valor de 7.653,35 € (Sete mil seiscentos e cinquenta e três euros e trinta e cinco cêntimos) pelo proprietário do lote n.º 4 e o valor de 7.320,85 € (Sete mil trezentos e vinte euros e setenta cêntimos) pelos proprietários do lote n.º 6, correspondentes à compensação ao município pelas áreas não cedidas para os fins devidos, resultantes do pedido de alteração à licença; -----

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 com a redacção dada pela Lei n.º 60/2007 de 4/09, o pedido de alterações à licença em análise, fica dispensada de Consulta Pública, uma vez que não excede nenhum dos três limites definidos naqueles artigos, designadamente: -----

- 4 há; -----
- 100 Fogos; -----
- 10% da população do aglomerado urbano em que se insere a pretensão; -----

Considerando que são respeitados os parâmetros urbanísticos no que se refere ao índice de construção; -----

Considerando que, no pedido objecto de análise, não se verificam violações às normas legais e regulamentares; -----

PROPOSTA DE DECISÃO -----

³ Artigo 27.º -----

Alterações à licença -----

1 – A requerimento do interessado, podem ser alterados os termos e condições da licença. -----

2 – A alteração da licença de operação de loteamento é precedida de consulta pública quando a mesma esteja prevista em regulamento municipal ou quando sejam ultrapassados alguns dos limites previstos no n.º 2 do artigo 22.º -----

3 – Sem prejuízo do disposto no artigo 48.º, a alteração da licença de operação de loteamento não pode ser aprovada se ocorrer oposição escrita da maioria dos proprietários dos lotes constantes do alvará, devendo, para o efeito, o gestor de procedimento proceder à sua notificação para pronúncia no prazo de 10 dias. -----

Face ao exposto, sou a propor que seja adoptada deliberação no sentido de deferir o pedido de alterações às especificações do alvará de loteamento n.º 23/87; -----

Neste contexto, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1, do artigo 76.º, do DL n.º 555/99 de 16/12, alterado e republicado pela Lei n.º 60/2007 de 4/09, deve ser comunicado à requerente que dispõe do prazo de um ano para requerer formalmente a emissão do 3.º Aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 23/87 (sob pena de caducidade desta deliberação, conforme previsto no n.º 2 do artigo 71.º do mesmo diploma legal), devendo para o efeito instruir o seu pedido com os elementos mencionados no n.º 1, do artigo 2.º, da Portaria n.º 216-E/2008 de 03/03, designadamente: -----

- Planta de síntese da operação de loteamento em base transparente (5 exemplares). -----

- Descrição pormenorizada dos lotes com indicação dos artigos matriciais de proveniência; -----

- Actualização das certidões da conservatória do registo predial anteriormente entregue, no caso de estas não se encontrarem válidas.

Mais se informa que pela emissão do aditamento ao alvará deverão ser liquidadas as correspondentes taxas previstas pelo artigo 117.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pela Lei n.º 60/2007 de 4/09, as quais se encontram estabelecidas no n.º 2, do artigo 45.º, do "Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação e tabela de taxas e licenças Devidas pela Realização de Operações Urbanísticas"; -----

Após a emissão do referido título de aditamento ao alvará deverão ser cumpridas as formalidades de publicidade previstas no artigo 78.º do diploma legal retro citado, bem como proceder à comunicação oficiosa à Conservatória do Registo Predial, para efeitos de averbamento, conforme previsto no n.º 7, do artigo 27.º, do diploma legal mencionado. -----

À consideração Superior -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/04/14. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/04/14. -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR, EM REGIME DE TEMPO INTEIRO, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ARQT. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º2. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, ENG. CONCEIÇÃO MARTINS, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º3. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. HABITAÇÃO COLECTIVA E COMERCIO - ANTÓNIO DOS REIS TEIXEIRA - SITO NO BAIRRO DE S. JOÃO - FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DO ARQUITECTO LUÍS MIGUEL FERREIRA SANTOS, DATADA DE 2009/03/31. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

INTRODUÇÃO -----

O requerente através do requerimento n.º 3195/08, referente ao processo n.º 420/08, solicita pedido de informação prévia de uma operação urbanística de edificação, relativa à construção de três edifícios, sendo um deles destinado a habitação colectiva, o outro a comércio e o último a universidade, a levar a efeito no Bairro de S. João, na freguesia de Santa Maria Maior em Chaves, formulado pelo Sr. António dos Reis Teixeira e Fernando dos Reis Teixeira. -----

LOCALIZAÇÃO -----

A operação de urbanística que o requerente pretende levar a efeito, no prédio rústico inscrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o n.º 00657/171286, com a área registada de 4825,00m2 (distinto da área do prédio constante no levantamento topográfico apresentado com 3840,00m2, pelo facto de ter sido já cedida a área de 331,00m2 ao domínio publico, para infra-estruturas e pavimentação do alargamento do arruamento, conforme consta na memória descritiva). -----

ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----

No regime jurídico -----

Uma vez que no presente pedido é intuito levar a efeito a construção de três edifícios autónomos com usos distintos, sou do entendimento que o referido pedido, se enquadra nos termos Decreto-Lei 555/99, de 16/12 alterado e republicado pela Lei n.º 60/01 de 4/09, no disposto na alínea i) do artigo 2.º (operações de loteamento), sendo a forma de procedimento nos termos do artigo 14.º (pedido de informação prévia). -----

Nas disposições do Plano Director Municipal -----

Segundo a Planta de Ordenamento n.º 34ªA do Plano Director Municipal de Chaves, o prédio insere-se na categoria de espaço da classe 1 (Espaços urbanos e urbanizáveis), na Categoria 1.1 (Cidade de Chaves): -----

Segundo a Planta de Condicionantes n.º 47B do Plano Director Municipal de Chaves, sobre o prédio não impende nenhuma servidão ou restrição de utilidade pública. -----

ANÁLISE DO PEDIDO -----

Com o presente pedido o requerente pretende levar a efeito uma operação urbanística, referente à construção de um edifício destinado a habitação colectiva, outro destinado a comércio e um

terceiro destinado a uma universidade, sita no Bairro de S. João, na freguesia de Santa Maria Maior em Chaves. -----

Do estudo dos elementos constantes no presente pedido, a operação urbanística em análise, localiza-se na área de intervenção do programa Polis em Chaves, nomeadamente na zona objecto do estudo do Plano de Pormenor da Zona Urbana Poente. -----

Pareceres recolhidos sobre o pedido -----

Face à referida localização do pedido na zona alvo do estudo do Plano de Pormenor da Zona Urbana Poente., foi solicitado o competente parecer à ChavesPolis Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Chaves, S.A., a qual emite parecer desfavorável (que se anexa a esta informação). -----

PROPOSTA -----

Face ao exposto, e de acordo com parecer anteriormente supracitado, de acordo com o disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 24.º do DL 555/99, de 16 de Dezembro alterado e republicado pela Lei n.º60/07 de 4/09, propõe-se que seja adoptado o sentido de indeferimento do pedido formulado pela requerente. -----

Deverá ser ainda praticado a audiência aos interessados nos termos do artigo 100 e seguintes do Código do Procedimento Administrativo concedendo-se o prazo de 10 dias para o requerente vir a processo dizer o que lhe oferecer quanto ao presente projecto de decisão. ---

Neste contexto, cabe informar o requerente, para que seja alterada a decisão sobre a sua pretensão, deverá o mesmo reformular o seu pedido, acolhendo as considerações expressas e que constituíram as razões de indeferimento, presentes no parecer emitido pela ChavesPolis, S.A. -----

É tudo o que me cumpre informar. -----

À consideração Superior -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/04/09. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/04/13. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.4. CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO A LAR DE IDOSOS - PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO DE ARQUITECTURA - ASSOCIAÇÃO LAR NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE FAIÕES - SITO NO LUGAR DA CORTINHA - FREGUESIA DE FAIÕES - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/04/07. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Antecedentes -----

Através do requerimento n.º 3145/08, a Associação Lar Nossa Senhora da Conceição de Faiões, apresenta projecto de arquitectura para realização de uma operação urbanística - construção de um edifício destinado a lar de idosos, centro de dia e apoio domiciliário - , a

levar a efeito num terreno com área de 4.617,00 m² tendo sido enviado às entidades intervenientes no licenciamento. -----

Em 27/11/08, através do requerimento n.º 4089/08 é emitido pela Autoridade Nacional de Protecção Civil- ANPC (Ref.^a n.º 027781/08) no qual emite parecer favorável, devendo dar-se conhecimento do teor do mesmo. -----

Em 06/01/09, através do requerimento n.º 26/09 é Administração Regional de Saúde do Norte -DS (Of.º n.º 684) emite parecer desfavorável. -----

Em 09/02/09, através do requerimento n.º 354/09 é emitido pela Autoridade Nacional de Protecção Civil- ANPC (Ref.^a n.º 027781/09) no qual emite parecer favorável, devendo dar-se conhecimento do teor do mesmo. -----

Através do requerimento n.º 405/09, a Associação Lar Nossa Senhora da Conceição de Faiões, vem apresentar novo estudo afim de dar cumprimento às exigências da Delegação de Saúde e Autoridade Nacional de Protecção Civil, bem como Segurança Social. -----

Localização -----

O terreno objecto de intervenção localiza-se no lugar da Fonte do Monte, Freguesia de Faiões, concelho de Chaves. -----

Enquadramento da Pretensão -----

-Com as disposições do PDM -----

De acordo com as plantas de ordenamento do Plano Director Municipal o terreno objecto de parecer insere-se na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis, e na Categoria 1.3- Outros Aglomerados. -----

Segundo as plantas de condicionantes do Plano Director Municipal, não impede nenhuma servidão ou restrição de utilidade pública sobre o terreno em causa. -----

Análise do Processo -----

Através do requerimento n.º 405/09, a Associação Lar Nossa Senhora da Conceição de Faiões, vem apresentar novo estudo afim de dar cumprimento às exigências da Delegação de Saúde e Autoridade Nacional de Protecção Civil, bem como Segurança Social. -----

A operação urbanística - construção de um edifício destinado a lar de idosos, centro de dia e apoio domiciliário - pretende-se, com esta construção dar uma resposta à população envelhecida da freguesia, criando uma rede social inexistente. -----

A proposta apresentada pela requerente - construção de um edifício destinado a lar de idosos, centro de dia e apoio domiciliário - é composto por três pisos (cave - 308,6 m², r/c- 793,7m² e andar - 875,45m²) e com área bruta de construção de 1.977,30 m². -----

No processo consta parecer favorável da: -----

- Autoridade Nacional de Protecção Civil- ANPC (Ref.^a n.º 027781/09) no qual deve-se dar-se copia ao requerente afim de dar cumprimento do teor do mesmo em obra; -----

- Administração Regional de Saúde do Norte -DS (Of.º n.º 079); -----

- Instituto da Segurança Social (Of.º n.º 079); -----

O processo em causa possui registo da conservatória (com n.º785/19990621), no qual refere prédio rústico com área de 4.617,00 m², sendo o titular do prédio a Junta de Freguesia de Faiões. ---

A edificação respeita o índice proposto para o local Ic=0,5 m²/m² de acordo com o disposto na alínea a) do n.º2 do art.º19⁴ do Reg. do

⁴ Artigo 19º - Regras de edificabilidade -----

PDM. (4.617, 00 *0,5 = 2.308,5 m²), dado que a área bruta máxima de construção é superior à proposta, ou seja, 2.308,5 m² >1.977,30 m². -----

Proposta de Decisão -----

O projecto de arquitectura está instruído de acordo com o disposto no n.º1 e 2 do art.º 20⁵ do Dec-Lei 555/99 e ulteriores alterações com a redacção dada pela Lei 60/07, pelo que se propõe a sua aprovação. -----

Em conformidade com o disposto no n.º4⁶ do art.º.20 do diploma legal acima referido, o requerente dispõe do prazo de seis meses para apresentação dos projectos de especialidades, conforme o preceituado no n.º5⁷ do ponto 11,da Portaria 232/08: -----

2 - A edificabilidade em parcelas não submetidas à disciplina dos instrumentos urbanísticos referidos no número anterior fica sujeita às seguintes regras: -----

a) A área bruta de construção máxima a autorizar é a que resulta da aplicação dos seguintes índices: -----

Os estabelecidos para a zona onde se localiza a parcela, quando se tratar de área disciplinada por plano de urbanização; -----
0,5 m²/m², nos restantes casos; -----

⁵ Artigo 20.º Apreciação dos projectos de obras de edificação -----

1 - A apreciação do projecto de arquitectura, no caso de pedido de licenciamento relativo a obras previstas nas alíneas c), d), e), f) e g) do n.º 2 do artigo 4.º, incide sobre a sua conformidade com planos municipais de ordenamento no território, planos especiais de ordenamento do território, medidas preventivas, área de desenvolvimento urbano prioritário, área de construção prioritária, servidões administrativas, restrições de utilidade pública e quaisquer outras normas legais e regulamentares relativas ao aspecto exterior e a inserção urbana e paisagística das edificações, bem como sobre o uso proposto. -----

2 - Para os efeitos do número anterior, a apreciação da inserção urbana das edificações é efectuada na perspectiva formal e funcional, tendo em atenção o edificado existente, bem como o espaço público envolvente e as infra -estruturas existentes e previstas. --

⁶ 4 - O interessado deve apresentar os projectos de engenharia das especialidades necessários à execução da obra no prazo de seis meses a contar da notificação do acto que aprovou o projecto de arquitectura caso não tenha apresentado tais projectos com o requerimento inicial -----

⁷ 11.º Licenciamento de obras de edificação -----

5 - Os projectos da engenharia de especialidades a que se refere a alínea m) do n.º 1, a apresentar em função do tipo de obra a executar, são nomeadamente os seguintes: -----

a) Projecto de estabilidade que inclua o projecto de escavação e contenção periférica; -----

b) Projecto de alimentação e distribuição de energia eléctrica e projecto de instalação de gás, quando exigível, nos termos da lei; -

c) Projecto de redes prediais de água e esgotos; -----

d) Projecto de águas pluviais; -----

e) Projecto de arranjos exteriores; -----

f) Projecto de instalações telefónicas e de telecomunicações; -----

g) Estudo de comportamento térmico; -----

h) Projecto de instalações electromecânicas, incluindo as de transporte de pessoas e ou mercadorias; -----

- a) Projecto de estabilidade que inclua o projecto de escavação e contenção periférica; -----
- b) Projecto de alimentação e distribuição de energia eléctrica e projecto de instalação de gás, devidamente aprovado pela entidade competente, ou sua isenção; -----
- c) Projecto de redes prediais de água e esgotos; -----
- d) Projecto de águas pluviais; -----
- e) Projecto de arranjos exteriores, com os lugares de estacionamento etc; -----
- f) Projecto de instalações telefónicas e de telecomunicações; -----
- g) Estudo de comportamento térmico; -----
- j) Projecto acústico devidamente aprovado por empresa credenciada para o efeito -----

Deverá ainda, o técnico apresentar termo de responsabilidade do coordenador do projecto, de acordo com o disposto no n.º 5 do art.10 do Dec-Lei 555/99 e ulteriores alterações com a redacção dada pela Lei 60/07, aquando da apresentação das especialidades. -----

Aquando do início dos trabalhos, no prazo de 60 dias, fica o requerente sujeito à apresentação de projecto de execução de arquitectura e especialidades, conforme o preceituado no n.º4 do art.º 80º do Dec-Lei 555/99 e ulteriores alterações com a redacção dada pela Lei 60/07, dado que se trata de uma construção sujeita a licenciamento em área não abrangida por operação de loteamento. ----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/04/13. -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.5. CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA - APRESENTAÇÃO DE ELEMENTOS - COLÉGIO KRIA E BRINCA, LDA - SITO NA RUA ALFERES JOÃO BATISTA - FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENG.BRANCA MANUELA GIL FERREIRA DATADA DE 2009/04/06. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1.- INTRODUÇÃO -----

1.1.- O Colégio Kria e Brinca, Lda, apresenta sob requerimento n.º 337/09, pedido de aprovação de projecto de alterações de uma operação urbanística de edificação - construção/instalação de uma

i) Projecto de segurança contra incêndios em edifícios; -----

j) Projecto acústico. -----

⁸ CAPÍTULO III Execução e fiscalização -----

SECÇÃO I Início dos trabalhos -----

Artigo 80.º Início dos trabalhos -----

4 - No prazo de 60 dias a contar do início dos trabalhos relativos às operações urbanísticas referidas nas alíneas c) a e) do n.º 2 do artigo 4.º deve o promotor da obra apresentar na câmara municipal cópia do projecto de execução de arquitectura e de engenharia das especialidades. -----

creche e jardim de infância (lic.^a inicial n.º 227/08) - situada na rua Alferes João Batista, freguesia de Santa Maria Maior no concelho de Chaves. -----

2.- ANTECEDENTES -----

2.1.- O requerente tem licença n.º 227/08, para construção/instalação de Creche e Jardim de Infância de cave, r/chão e andar, com a área de 569.85 m² (cave+r/chão+andar). Há a referir que para efeitos de cálculo do índice de construção a área da cave não se contabiliza, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 3 do art.º 9º do Plano Director Municipal. -----

3.- LOCALIZAÇÃO -----

3.1.- O prédio urbano tem a área total de 560 m², está inscrito na matriz com o n.º 1300 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1111, da freguesia de Santa Maria Maior; -----

4.- ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----

4.1.- No regime jurídico -----

4.1.1.- As alterações apresentadas têm enquadramento legal no disposto no n.º1 art.º83¹⁰ do DL555/99 de 16 de Dezembro alterado e republicado pela Lei 60/2007 de 4 de Setembro. -----

4.2.- Nas disposições do Plano Director Municipal -----

4.2.1.- O terreno tem a área de 560 m² (segundo prova documental - Certidão da Conservatória do Registo Predial) e está inserida em espaço urbano e urbanizável, categoria 1.1 - Cidade de Chaves, em

⁹Artigo 9º - Índice de construção -----

A edificabilidade máxima em lotes ou quaisquer parcelas de terreno é determinada pelo índice de construção atribuído à classe ou categoria de espaços em que se localizem, nos termos dos números seguintes: -----

1) O índice de construção, abreviadamente designado por Ic, é o quociente, expresso em metros quadrados por metro quadrado, entre a área bruta total dos pavimentos das construções existentes e edificáveis numa porção de terreno e a área desse mesmo terreno; ---

2) A edificabilidade máxima admissível para um lote ou parcela de terreno calcula-se multiplicando a sua área pelo índice de construção especificamente atribuído à classe ou categoria de espaços em que o referido lote ou parcela se localizarem; -----

3) A edificabilidade que, nos termos dos números anteriores, vier a ser autorizada para um lote ou parcela engloba a totalidade das respectivas áreas edificadas e a edificar, incluindo eventuais anexos dos edifícios principais, com as seguintes excepções: -----

a) As áreas destinadas a estacionamento, mesmo quando inseridas no perímetro edificado, salvo quando forem adstritas a edifícios de habitação unifamiliar ou destinadas predominantemente à recolha ou estacionamento de veículos, oficina de reparação ou estação de serviço, casos em que tais áreas se mantêm englobadas no cálculo da edificabilidade máxima admissível; -----

¹⁰ Artigo 83.º - Alterações durante a execução da obra -----

[...] -----

1 - Podem ser realizadas em obra alterações ao projecto, mediante comunicação prévia nos termos previstos no artigo 35.º, desde que essa comunicação seja efectuada com a antecedência necessária para que as obras estejam concluídas antes da apresentação do requerimento a que se refere o n.º 1 do artigo 63. -----

zona de densidade média, designada por R2 nas plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal; -----

4.2.2.- Segundo a planta de condicionantes n.º 34 A, sobre o terreno não impede nenhuma servidão e/ou restrição de utilidade pública. ---

5.- CONSULTA A ENTIDADES EXTERNAS AO MUNICÍPIO -----

5.1.- No âmbito do presente projecto de alterações à instalação foram consultadas novamente as seguintes entidades: -----

5.1.1.- Autoridade Nacional de Protecção Civil, a qual emite parecer favorável, nos termos da informação datada de 2009-03-10, que se deve dar conhecimento ao requerente; -----

5.1.2.- Delegação de Saúde, a qual emite parecer favorável datado de 2009-03-05, que se deve dar conhecimento ao requerente, para cumprimento em obra; -----

5.1.3.- Instituto da Segurança Social, I.P. - Serviços Centrais, emitiu parecer favorável datado de 2009-04-02, que se deve dar conhecimento ao requerente; -----

5.1.4.- Direcção Regional de Educação do Norte, emitiu parecer favorável datado de 2009- 03-10, nos termos da informação, que se deve dar conhecimento ao requerente; -----

6.- ANÁLISE DA PRETENSÃO -----

Da análise do projecto de alterações apresentado constata-se que: --

6.1.- Ao nível da cave há alteração da rampa de acesso e na compartimentação interior, o que implicou um aumento de área; -----

6.2.- Ao nível do r/chão as modificações prendem-se com a, ampliação da zona da cozinha e da sala polivalente, há por este facto aumento de área; -----

6.3.- No andar as alterações são ao nível da compartimentação interior, bem como uma pequena diminuição da área bruta de construção; -----

6.4.- As alterações preconizam um aumento de área bruta de construção de 14.55 m², relativamente ao licenciado ao abrigo da licença inicial, o que é perfeitamente aceitável tendo em atenção a área do terreno e o Ic (índice de construção) permitido para o local, que é de 0.80 m²/m² aplicado á área da parcela, ou seja, área do terreno x índice de construção = 560.00 m² x 0.80 m²/m² = 448.00 m² (máxima área bruta de construção permitida) > 447.60 m² = 433.05 m² +14.55 m² = (área bruta da construção inicial+ área ampliada); ---

6.5.- São apresentadas plantas, cortes e alçados e novos projectos de especialidades rectificadas, de acordo com as alterações propostas. -----

7.- PROPOSTA DE DECISÃO -----

7.1.- Assim, as alterações levadas a efeito cumprem as normas legais e regulamentares vigentes. -----

7.2.- Pelo exposto, não se vê inconveniente no deferimento do pedido apresentado pelo requerente - alterações durante a execução da obra. À Consideração Superior. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/04/13. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/04/13. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.6. REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CAMPO DE GOLFE - PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTOS - VMPS - ÁGUAS E TURISMO S.A. - SITO NO PARQUE DE VIDAGO - FREGUESIA DE VIDAGO - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/04/14. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Antecedentes -----

Referente a este empreendimento possui o requerente alvará de licença de obras n.º 414/07 referente à reconstrução e ampliação do Hotel Palace de Vidago. -----

Referente a este empreendimento possui o requerente alvará de licença de obras n.º 101/08, referente ao CLUBHOUSE DE GOLFE, no qual faz parte um estabelecimento de restauração e bebidas. -----

Localização do Terreno -----

A pretensão objecto de parecer situa-se no Parque de Vidago até à Ribeira do Reigás, Freguesia de Vidago, Concelho de Chaves. -----

Enquadramento da Pretensão -----

-Com as disposições do PDM -----

O terreno objecto de parecer insere-se de acordo com as plantas de ordenamento do P.D.M. nas seguintes classes: -----

- Classe 5 - Espaços Culturais e Naturais, na Categoria 5.2 - Espaços de Uso Diversificado; -----
- Classe 4 - Espaços Agrícolas e Florestais, na Categoria 4.2 - Espaços Agrícolas e na Sub-Categoria 4.2. B - Espaços Agrícolas Condicionados (RAN + REN); -----

Segundo as plantas de condicionantes do Plano Director Municipal, possui a servidão ou restrição de utilidade pública a Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, existe a servidão de Concessões Hidrominerais. -----

Análise do Processo -----

O requerente através do requerimento n.º 452/09, solicita aprovação do projecto de arquitectura paisagística e especialidades referentes à remodelação e ampliação da área destinada a Campo de Golfe e aumento do número de buracos para 18. -----

O campo de Golfe existente possuía 9 buracos. Com esta remodelação e ampliação visa essencialmente dotá-lo de 18 buracos, tornando-o competitivo, satisfazer as expectativas dos jogadores mais exigentes, permitir e acolher torneios de golfe internacionais, bem como melhorar o estilo de golfe existente incorporando novas características clássicas de design. É ainda prioridade deste projecto respeitar o património construído e arbóreo existente. ----
De acordo com a memória descritiva e justificativa do projecto o terreno objecto de parecer possui uma área de 406.505,0 m2. -----

No processo não consta documento comprovativo da titularidade do prédio, certidão de registo predial. No entanto o requerente através do requerimento n.º 454/09 solicita: -----

A VMPS – Águas e Turismo, SA, contribuinte nº 501 887 644, com sede no Parque de Pedras Salgadas, 5450-140, Rômes de Aguiar, na qualidade de Proprietário e promotor vem, por este meio requerer, no âmbito do processo de licenciamento do projecto de Construção da Academia de Golfe de Vidago, parte integrante da remodelação geral do Parque de Vidago, projecto designado por Aquanattur, a prova de titularidade da propriedade seja realizada paralela e autonomamente, pelas razões que expressamos:

1. Os prédios em causa são propriedade das sociedades VMPS – Águas e Turismo, SA. e VMPS – Imobiliária, SA., empresas integralmente detidas pela Unicer SGPS, SA;
2. Foi requerido à Câmara Municipal de Chaves isenção do IMT sobre as transacções imobiliárias entre estas duas sociedades para efeitos de regularização da titularidade das propriedades, de que se aguarda competente deliberação;
3. Pela urgência e importância em procedermos à execução das obras de remodelação do campo de golfe por forma a que sua conclusão e exploração comercial seja simultânea com a do Hotel Vidago Palace e restante Parque de Vidago.

A VMPS – Águas e Turismo, SA assume o compromisso a proceder à anexação dos referidos imóveis numa única parcela durante a tramitação do processo de licenciamento das obras de Construção da Academia de Golfe de Vidago, no limite, até ao pedido de emissão da licença de construção deste equipamento, entregando os respectivos documentos comprovativos.

Informa-se ainda, que se trata de um empreendimento turístico, enquadrando-se no conjunto turístico, em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º2 do art.º15¹¹ do Dec-Lei 39/09. -----
Consta do processo os seguintes pareceres das entidades intervenientes no licenciamento: -----

- Comissão de Reserva Agrícola Nacional, emitiu parecer favorável no qual refere que faz parte integrante do empreendimento turístico, (Ref.ª RN401/CF); -----
 - Direcção Geral de Energia e Geologia, emitiu parecer favorável no qual refere que faz parte integrante do empreendimento turístico, (Ref.ª DSRHGPHM-29); -----
 - O Instituto Nacional do Desporto emitiu parecer favorável no qual refere que faz parte integrante do empreendimento turístico, (Ref.ª n.º DGID-17.03.42). -----
 - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte emitiu parecer favorável no qual refere que faz parte integrante do empreendimento turístico, (Ref.ª n.º 316/DOGET/09). -----
- De acordo com o disposto no n.º1 do art.º15¹² do Dec-Lei 39/08, pode nos conjuntos turísticos, ter um ou vários estabelecimentos

¹¹ Artigo 15.º Noção de conjunto turístico (resort) -----
2 – Para efeitos do disposto no presente artigo, consideram -se equipamentos de animação autónomos, nomeadamente: -----
a) Campos de golfe; -----

¹² ¹² Artigo 15.º Noção de conjunto turístico (resort) -----
1 – São conjuntos turísticos (resorts) os empreendimentos turísticos constituídos por núcleos de instalações funcionalmente interdependentes, situados em espaços com continuidade territorial, ainda que atravessados por estradas e caminhos municipais, linhas ferroviárias secundárias, linhas de água e faixas de terreno afectas

hoteleiros funcionalmente interdependentes, submetidos a uma mesma administração. -----

Dado que de acordo com o disposto no n.º 1 do art.º21¹³ do Dec-Lei 39/08, compete ao Turismo de Portugal, I.P. emitir parecer, face ao enquadramento na alínea d) do n.º1 do art.º4 do referido diploma legal. -----

•A Direcção Geral de Turismo (DGT) emitiu parecer no qual refere que não faz parte integrante do empreendimento turístico, pelo que não é necessário o parecer deles (Ref.^a DSEAP/DPEE/2007/1076 Prc.º - 18.1.3/437) constante do processo da ACADEMIA de GOLF, pelo que se julga salvo melhor opinião, que o Turismo de Portugal I.P. não emite parecer sobre campos de golfe (conforme conversa telefónica com o Turismo de Portugal I.P.), mas sim no âmbito do conjunto turístico, parecer esse emitido aquando da reconstrução e ampliação do Hotel Palace. -----

O pedido de licenciamento de trabalhos de remodelação de terrenos - projecto de arquitectura paisagística e especialidades referentes à remodelação e ampliação da área destinada Campo de Golfe e aumento do numero de buracos para 18, - encontra-se instruído com os elementos constantes do n.º16¹⁴ da Portaria 232/08, com excepção das

a funções de protecção e conservação de recursos naturais, destinados a proporcionar alojamento e serviços complementares de apoio a turistas, sujeitos a uma administração comum de serviços partilhados e de equipamentos de utilização comum, que integrem pelo menos dois empreendimentos turísticos, sendo obrigatoriamente um deles um estabelecimento hoteleiro de cinco ou quatro estrelas, um equipamento de animação autónomo e um estabelecimento de restauração. -----

¹³ Artigo 21.º Competências do Turismo de Portugal, I. P. -----
1 - Compete ao Turismo de Portugal, I. P., exercer as competências especialmente previstas no presente decreto -lei relativamente aos empreendimentos turísticos referidos nas alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 4.º e na alínea c) do n.º 3 do artigo 18.º -----

¹⁴ 16.ºLicenciamento de trabalhos de remodelação de terrenos -----
1 - O pedido de licenciamento referente à realização dos trabalhos de remodelação de terrenos deve ser instruído com os seguintes elementos: -----

a) Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação; -----

b) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos; -----

c) Extractos das plantas de ordenamento, de zonamento e de implantação e das respectivas plantas de condicionantes, quando exista plano municipal de ordenamento do território, e respectivas plantas de condicionantes e planta à escala de 1:2500 ou superior, com a indicação precisa do local onde se pretende executar os trabalhos; -----

d) Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano director municipal ou à escala de 1:25 000, quando este não existir, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação; -----

e) Extractos das plantas do plano especial de ordenamento do território vigente; -----

f) Projecto de execução dos trabalhos; -----

alíneas a) e b) do n.º1, respectivamente, Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação; Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos; -----

Face ao acima exposto pelo requerente (requerimento n.º 454/09), no qual se compromete a apresentar os tais documentos antes da emissão do alvará de licença de construção, em virtude de estar a proceder à anexação dos vários artigos num só, julga-se salvo melhor opinião, que poderá ser atendida e aprovado o processo com essa condicionante. -----

Considerando que é um campo de golfe com condições únicas na região de Trás-os-Montes; -----

Considerando que, é um investimento "turístico" de grande relevo para o concelho, quer económico, quer de impacte ambiental, bem como foi classificado com um Projecto de Investimento Prioritário (PIP);

Considerado que, do ponto de vista de recursos humanos, é também uma mais valia para o concelho, dado que irá criar um número razoável de postos de trabalho; -----

Considerando ainda, que se trata de uma mais valia para a revitalização da Vila de Vidago, a nível turístico e de restauração.

Proposta de Decisão -----

Face ao exposto, julga-se salvo melhor opinião, propor-se a aprovação do projecto de arquitectura paisagística e especialidades referentes à remodelação e ampliação da área destinada a Campo de Golfe e aumento do número de buracos para 18. -----

O requerente poderá levantar a respectiva licença, dando cumprimento ao exposto no nr.1 do artigo 76 do Dec-Lei 555/99, com as alterações introduzidas pelo Dec-Lei 177/01, alterado e republicado pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, o requerente tem um ano para apresentar nestes serviços e se possa emitir a respectiva licença de construção, os elementos previstos no ponto 1 do nr.3 da Portaria nr. 216-E/2008, nomeadamente: -----

1 - O pedido de emissão de alvará de licenciamento ou de autorização de obras de edificação deve ser instruído com os seguintes elementos: -----

- a) Apólice de seguro de construção, quando for legalmente exigível;
- b) Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei N.º 100/1997, de 13 de Setembro; -----
- c) Termo de responsabilidade assinado pelo técnico responsável pela direcção técnica da obra; -----
- d) Declaração de titularidade de certificado de classificação de industrial de construção civil ou título de registo na actividade, a

g) Memória descritiva e justificativa esclarecendo devidamente a pretensão; -----

h) Estimativa do custo total dos trabalhos; -----

i) Calendarização da execução dos trabalhos; -----

l) Projectos da engenharia de especialidades necessários à execução dos trabalhos; -----

m) Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projectos e coordenador do projecto quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----

n) Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar. -----

verificar no acto de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo; -----

e) Livro de obra, com menção do termo de abertura; -----

f) Plano de segurança e saúde. -----

Deverá ainda apresentar os Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação; Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos; -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/04/14. -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. ACADEMIA DE GOLFE - PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO DE ESPECIALIDADES - VMPS - ÁGUAS E TURISMO S.A. - SITO NO PARQUE DE VIDAGO - FREGUESIA DE VIDAGO - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/04/14. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Antecedentes -----

O requerente através do requerimento n.º 1521/07, solicita aprovação da ACADEMIA de GOLF, composto por um edifício, um recinto designado por Driving Range, um parque de estacionamento e um armazém de manutenção do campo, e sobre o qual recaiu a informação técnica de 27/11/07, em que propunha a aprovação do projecto de arquitectura, estando a mesma, presente em reunião do executivo camarário de 06/12/07 e com a qual deliberaram concordar. -----

O edifício destinado a Academia de Golf é composto por um piso e por dois corpos independentes, e possui uma área bruta de construção de 869,97 m2. -----

Localização do Terreno -----

A intervenção situa-se em frente ao Parque de Vidago, a Nascente da Alameda Conde Caria, Freguesia de Vidago, Concelho de Chaves. -----

Enquadramento da Pretensão -----

-Com as disposições do PDM -----

O terreno objecto de parecer insere-se de acordo com as plantas de ordenamento do P.D.M. nas seguintes categorias da Classe 4 - Espaços Agrícolas e Florestais: -----

•Categoria 4.2 - Espaços Agrícolas e na Sub-Categoria 4.2. A - Espaços Agrícolas Defendidos(RAN); -----

•Categoria 4.3 - Espaços Agro-Florestais e Sub-categoria 4.3.A - Espaços Agro-Florestais Comuns, -----

Segundo as plantas de condicionantes do P.D.M., existe a servidão de Concessões Hidrominerais e uma pequena parte em Reserva Agrícola Nacional, sobre o terreno em causa. -----

Análise do Processo -----

O requerente através do requerimento n.º 450/09, solicita aprovação do projecto de arquitectura paisagística e especialidades referentes

à remodelação e ampliação da área destinada às áreas de treino e prática do golf, do qual faz parte o Driving Range, Chipping Green, Bunker Green e Putting Green, que complementa o projecto anteriormente aprovado - ACADEMIA de GOLF (que é composta por um edifício (inclui um estúdio de ensino, áreas sociais), um Driving Range, um edifício destinado a estacionamento e armazenamento de equipamentos de manutenção do campo, um Chipping Green, um Bunker Green, um Putting Green e estacionamento para clientes). -----
 Este projecto vem no seguimento do anterior -----
 De acordo com a memória descritiva e justificativa do projecto o terreno objecto de parecer possui uma área de 53.945,0 m2. -----
 No processo não consta documento comprovativo da titularidade do prédio, certidão de registo predial. No entanto o requerente através do requerimento n.º 451/09 solicita: -----

A VMPS - Águas e Turismo, SA, contribuinte nº 501 887 644, com sede no Parque de Pedras Salgadas, 5450-140, Romes de Aguiar, na qualidade de Proprietário e promotor vem, por este meio requerer, no âmbito do processo de licenciamento do projecto de Construção da Academia de Golfe de Vidago, parte integrante da remodelação geral do Parque de Vidago, projecto designado por Aquanattur, a prova de titularidade da propriedade seja realizada paralela e autonomamente, pelas razões que expressamos:

1. Os prédios em causa são propriedade das sociedades VMPS - Águas e Turismo, SA. e VMPS - Imobiliária, SA., empresas integralmente detidas pela Unicer SGPS, SA;
2. Foi requerido à Câmara Municipal de Chaves isenção do IMT sobre as transacções imobiliárias entre estas duas sociedades para efeitos de regularização da titularidade das propriedades, de que se aguarda competente deliberação;
3. Pela urgência e importância em procedermos à execução das obras de remodelação do campo de golfe por forma a que sua conclusão e exploração comercial seja simultânea com a do Hotel Vidago Palace e restante Parque de Vidago.

A VMPS - Águas e Turismo, SA assume o compromisso a proceder à anexação dos referidos imóveis numa única parcela durante a tramitação do processo de licenciamento das obras de Construção da Academia de Golfe de Vidago, no limite, até ao pedido de emissão da licença de construção deste equipamento, entregando os respectivos documentos comprovativos.

parcela durante a tramitação do processo de licenciamento das obras de Construção da Academia de Golfe de Vidago, no limite, até ao pedido de emissão da licença de construção deste equipamento, entregando os respectivos documentos comprovativos.

Vidago, no limite, até ao pedido de emissão da licença de construção deste equipamento, entregando os respectivos documentos comprovativos.

Informa-se ainda, que se trata de um empreendimento turístico, enquadrando-se no conjunto turístico, em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º2 do art.º15¹⁵ do Dec-Lei 39/09. -----
 Consta do processo os seguintes pareceres das entidades intervenientes no licenciamento: -----

• Comissão de Reserva Agrícola Nacional, emitiu parecer favorável no qual refere que faz parte integrante do empreendimento turístico, (Ref.ª RN401/CF); -----

¹⁵ Artigo 15.º Noção de conjunto turístico (resort) -----
 2 - Para efeitos do disposto no presente artigo, consideram -se equipamentos de animação autónomos, nomeadamente: -----
 a) Campos de golfe; -----

• Direcção Geral de Energia e Geologia, emitiu parecer favorável no qual refere que faz parte integrante do empreendimento turístico, (Ref.^a DSRHGPHM-29); -----

• O Instituto Nacional do Desporto emitiu parecer favorável no qual refere que faz parte integrante do empreendimento turístico, (Ref.^a n.º DGID-17.03.42). -----

De acordo com o disposto no n.º1 do art.º15¹⁶ do Dec-Lei 39/08, pode nos conjuntos turísticos, ter um ou vários estabelecimentos hoteleiros funcionalmente interdependentes, submetidos a uma mesma administração. -----

Dado que de acordo com o disposto no n.º 1 do art.º21¹⁷ do Dec-Lei 39/08, compete ao Turismo de Portugal, I.P. emitir parecer, face ao enquadramento na alínea d) do n.º1 do art.º4 do referido diploma legal. -----

• A Direcção Geral de Turismo (DGT) emitiu parecer no qual refere que não faz parte integrante do empreendimento turístico, pelo que não é necessário o parecer deles (Ref.^a DSEAP/DPEE/2007/1076 Prc.º - 18.1.3/437) constante do processo da ACADEMIA de GOLF; -----

O pedido de licenciamento de trabalhos de remodelação de terrenos - projecto de arquitectura paisagística e especialidades referentes à remodelação e ampliação da área destinada às áreas de treino e prática do golf, - encontra-se instruído com os elementos constantes do n.º16¹⁸ da Portaria 232/08, com excepção das alíneas a) e b) do

¹⁶ ¹⁶ Artigo 15.º Noção de conjunto turístico (resort) -----
1 - São conjuntos turísticos (resorts) os empreendimentos turísticos constituídos por núcleos de instalações funcionalmente interdependentes, situados em espaços com continuidade territorial, ainda que atravessados por estradas e caminhos municipais, linhas ferroviárias secundárias, linhas de água e faixas de terreno afectas a funções de protecção e conservação de recursos naturais, destinados a proporcionar alojamento e serviços complementares de apoio a turistas, sujeitos a uma administração comum de serviços partilhados e de equipamentos de utilização comum, que integrem pelo menos dois empreendimentos turísticos, sendo obrigatoriamente um deles um estabelecimento hoteleiro de cinco ou quatro estrelas, um equipamento de animação autónomo e um estabelecimento de restauração. -----

¹⁷ Artigo 21.º Competências do Turismo de Portugal, I. P. -----
1 - Compete ao Turismo de Portugal, I. P., exercer as competências especialmente previstas no presente decreto-lei relativamente aos empreendimentos turísticos referidos nas alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 4.º e na alínea c) do n.º 3 do artigo 18.º -----

¹⁸ 16.º Licenciamento de trabalhos de remodelação de terrenos -----
1 - O pedido de licenciamento referente à realização dos trabalhos de remodelação de terrenos deve ser instruído com os seguintes elementos: -----

a) Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação; -----

b) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos; -----

c) Extractos das plantas de ordenamento, de zonamento e de implantação e das respectivas plantas de condicionantes, quando exista plano municipal de ordenamento do território, e respectivas plantas de condicionantes e planta à escala de 1:2500 ou superior,

n.º1, respectivamente, Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação; Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos; -----

Face ao acima exposto pelo requerente (requerimento n.º 451/09), no qual se compromete a apresentar os tais documentos antes da emissão do alvará de licença de construção, em virtude de estar a proceder à anexação dos vários artigos num só, julga-se salvo melhor opinião, que poderá ser atendida e aprovado o processo com essa condicionante. -----

Considerando que, é um investimento "turístico" de grande relevo para o concelho, quer económico, quer de impacte ambiental, bem como foi classificado com um Projecto de Investimento Prioritário (PIP);

Considerado que, do ponto de vista de recursos humanos, é também uma mais valia para o concelho, dado que irá criar um número razoável de postos de trabalho; -----

Considerando ainda, que se trata de uma mais valia para a revitalização da Vila de Vidago, a nível turístico e de restauração.

Proposta de Decisão -----

Face ao exposto, julga-se salvo melhor opinião, propor-se a aprovação do projecto de arquitectura paisagística e especialidades referentes à remodelação e ampliação da área destinada às áreas de treino e prática do golf. -----

O requerente poderá levantar a respectiva licença, dando cumprimento ao exposto no nr.1 do artigo 76 do Dec-Lei 555/99, com as alterações introduzidas pelo Dec-Lei 177/01, alterado e republicado pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, o requerente tem um ano para apresentar nestes serviços e se possa emitir a respectiva licença de construção, os elementos previstos no ponto 1 do nr.3 da Portaria nr. 216-E/2008, nomeadamente: -----

1 - O pedido de emissão de alvará de licenciamento ou de autorização de obras de edificação deve ser instruído com os seguintes elementos: -----

a) Apólice de seguro de construção, quando for legalmente exigível;

com a indicação precisa do local onde se pretende executar os trabalhos; -----

d) Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano director municipal ou à escala de 1:25 000, quando este não existir, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação; -----

e) Extractos das plantas do plano especial de ordenamento do território vigente; -----

f) Projecto de execução dos trabalhos; -----

g) Memória descritiva e justificativa esclarecendo devidamente a pretensão; -----

h) Estimativa do custo total dos trabalhos; -----

i) Calendarização da execução dos trabalhos; -----

l) Projectos da engenharia de especialidades necessários à execução dos trabalhos; -----

m) Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projectos e coordenador do projecto quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----

n) Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar. -----

b) Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei N.º 100/1997, de 13 de Setembro; -----

c) Termo de responsabilidade assinado pelo técnico responsável pela direcção técnica da obra; -----

d) Declaração de titularidade de certificado de classificação de industrial de construção civil ou título de registo na actividade, a verificar no acto de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo; -----

e) Livro de obra, com menção do termo de abertura; -----

f) Plano de segurança e saúde. -----

Deverá ainda apresentar os Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação; Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos; -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/04/14. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.8. CENTRO DE CONVÍVIO DE SOUTELINHO - PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO - MUNICÍPIO DE CHAVES - SITO EM SOUTELINHO DA RAIA - FREGUESIA DE SOUTELINHO DA RAIA - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/04/14. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Antecedentes -----

A DOTPU através da informação técnica de 15/12/07 solicita pareceres as Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), Administração Regional de Saúde; Direcção Geral de Segurança Social, referentes à remodelação de um edifício existente para adaptação e instalação de um Centro de Convívio, a levar a efeito no Lugar de Soutelinho da Raia Freguesia de Soutelinho da Raia, município de Chaves. -----

A DOTPU através da informação técnica de 30/01/09 emite parecer no qual solicita o reconhecimento do interesse público, tendo estado presente em reunião do executivo camarário de 05/02/09, na qual foi deliberado reconhecer o interesse público. -----

Localização -----

O terreno objecto de intervenção localiza-se no lugar de Soutelinho da Raia Freguesia de Soutelinho da Raia, concelho de Chaves. -----

Enquadramento da Pretensão -----

-Com as disposições do PDM -----

De acordo com as plantas de ordenamento do Plano Director Municipal o terreno objecto de parecer insere-se parte na Classe 4 - Espaços Agrícolas e Florestais, na Categoria 4.2 -Espaços Agrícolas e na Sub-Categoria 4.2.A - Espaços Agrícolas (RAN). -----

Segundo as plantas de condicionantes do Plano Director Municipal, possui a servidão ou restrição de utilidade pública a Reserva Agrícola Nacional (RAN). -----

Análise do Processo -----

Através do requerimento n.º 378/09, o Município de Chaves, apresenta projecto de arquitectura, referente a uma operação urbanística - remodelação e ampliação do edifício da Antiga Escola Primária - pretende-se, com esta adaptação destina-lo a Centro de Convívio, dando resposta à população de Soutelinho da Raia, podendo ainda, implementar parcerias com as Juntas de Freguesia, de modo minimizar a desertificação das aldeias mais afastadas do município. -----

No processo não consta documento comprovativo da titularidade do prédio, certidão de registo predial. No entanto consta certidão de teor matricial, a favor do Município de Chaves, com art.º 279, composto por S.C. = 216,0 m2 e logradouro de 1200,0 m2 inscrita na matriz no ano de 1961. -----

Foi solicitado parecer às entidades - Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), Administração Regional de Saúde; Direcção Geral de Segurança Social (enviando para o efeito cópias do processo afim de as mesmas se pronunciar) em 12/02/09. -----

A memória descritiva e justificativa refere terreno com área de 1.261,0 m2, bem como uma edificação existente com 174,5 m2 de área.

O edifício a construir é composto por r/c com área bruta de construção de 245,3 m2, sendo a área a ampliar de apenas 52,6 m2. No entanto existe uma discrepância nas áreas que constam na memória descritiva e as da certidão de teor matricial. -----

A edificação é uma pré-existencia face ao preceituado na alínea a) do n.º1¹⁹ do art.º5 do Reg. do PDM. -----

Na recuperação ou reconversão dos edifícios pré-existentes, poderá haver uma ampliação da área edificada até ao máximo de 20% da área edificada e pré-existente, em conformidade com o disposto no n.º4 do art.º 37 do Reg. do PDM. -----

O terreno objecto de intervenção insere-se na Reserva Agrícola Nacional, e dado que se trata de um equipamento publico de carácter social, julga-se, salvo melhor opinião, que a pretensão se enquadra no disposto no n.º4²⁰ do art.º 34 do Reg. do PDM. -----

Neste enfoque, a autorização da edificação fica condicionada ao parecer favorável da RAN, em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 2²¹ do art.º 35 do Reg. do PDM. -----

¹⁹ Artigo 5º - Preexistências -----

1 - Para efeitos do presente Regulamento consideram-se preexistências as actividades, explorações, instalações, edificações, equipamentos ou quaisquer actos que, executados ou em curso à data de entrada em vigor do Plano Director Municipal, cumpram nesse momento qualquer das seguintes condições: -----

a) Não carecerem de qualquer licença, aprovação ou autorização, nos termos da lei; -----

²⁰ Artigo 34º - Usos dominantes e seus condicionamentos -----

4 - Exceptua-se dos condicionamentos constantes dos números anteriores a construção de equipamentos, instalações ou infra-estruturas de interesse público reconhecido formalmente pelo município e por todas as entidades com jurisdição sobre a área em que se localizem, e desde que de acordo com as exigências da legislação aplicável a cada situação. -----

²¹ Artigo 35º - Usos supletivos -----

Informa-se que o projecto de arquitectura está instruído de acordo com o disposto no n.º1 do art.º 20²² do Dec-Lei 555/99 e ulteriores alterações com a redacção dada pela Lei 60/07. -----

No entanto, não consta do processo os pareceres favoráveis emitidos pelas entidades intervenientes no processo de licenciamento, nomeadamente ANPC, Instituto da Segurança Social, I.P. e Delegação de Saúde. -----

Chama-se ainda a atenção que o requerente terá de garantir as infra-estruturas necessárias e exigíveis neste tipo de empreendimento, em conformidade com o disposto no art.º10²³ e 11²⁴ do Reg. do PDM. -----

2 - As autorizações a que se refere o número anterior ficam ainda condicionadas aos seguintes requisitos: -----

c) Terão de ser cumpridos os condicionamentos e a tramitação legal aplicáveis a cada caso, quando o local destinado à edificação ou instalação se situar em área subordinada aos regimes da Reserva Agrícola Nacional, do aproveitamento hidroagrícola da veiga de Chaves ou da Reserva Ecológica Nacional, ou sujeita a qualquer outra servidão administrativa ou restrição de utilidade pública. -----

²² Artigo 20.º Apreciação dos projectos de obras de edificação -----

1 - A apreciação do projecto de arquitectura, no caso de pedido de licenciamento relativo a obras previstas nas alíneas c), d), e), f) e g) do n.º 2 do artigo 4.º, incide sobre a sua conformidade com planos municipais de ordenamento no território, planos especiais de ordenamento do território, medidas preventivas, área de desenvolvimento urbano prioritário, área de construção prioritária, servidões administrativas, restrições de utilidade pública e quaisquer outras normas legais e regulamentares relativas ao aspecto exterior e a inserção urbana e paisagística das edificações, bem como sobre o uso proposto. -----

²³ Artigo 10º - Infra-estruturas -----

1 - O licenciamento de qualquer construção ficará sempre condicionado à existência ou criação das infra-estruturas urbanísticas básicas, nomeadamente acesso viário, abastecimento de água potável, drenagem de esgotos, abastecimento de energia eléctrica e outras exigíveis por lei. -----

2 - Sempre que não existam, no todo ou em parte, redes públicas das infra-estruturas acima referidas, serão exigidas soluções individuais para as infra-estruturas em falta, sem prejuízo do disposto no Nº 3 do artigo seguinte. -----

3 - Quando não houver possibilidade de ligação imediata às redes públicas, as soluções individuais referidas no número anterior implantar-se-ão de modo a viabilizar a sua futura ligação àquelas redes. -----

²⁴ Artigo 11º - Edificação fora dos perímetros urbanos e dos espaços industriais -----

1 - O licenciamento ou autorização para construir novos edifícios ou para reverter os usos de outros preexistentes que se localizem fora dos perímetros urbanos ou dos espaços industriais, quando possíveis, não acarretarão para o município qualquer obrigação, imediata ou futura, de vir a dotá-los com infra-estruturas urbanísticas ou outros serviços que possa prestar, nomeadamente construção ou pavimentação de acessos, abastecimento de água, fornecimento de energia eléctrica, iluminação pública, redes de telecomunicações, redes de saneamento e de drenagem de águas

O Município de Chaves pretende levar a efeito o empreendimento, remodelação e ampliação do edifício destinado a Centro de Convívio, necessitando da aprovação do projecto de arquitectura para candidatura a fundos comunitários, através do programa "PARES". ----

Proposta de Decisão -----

Assim, face ao exposto propõe-se a aprovação do projecto de arquitectura condicionado nos seguintes pontos: -----

1- Apresentação de certidão de registo predial com as áreas correctas; -----

2- Pareceres favoráveis das entidades intervenientes no licenciamento (ANPC; D.S; Instituto da Segurança Social, I.P. Comissão de Reserva Agrícola Nacional; -----

Caso sejam supridos os condicionamentos acima referidos, deverá o requerente em conformidade com o disposto no n.º⁴²⁵ do art.º20 do diploma legal acima referido, apresentar no prazo de seis meses os projectos de especialidades, conforme o preceituado no n.º⁵²⁶ do ponto 11, da Portaria 232/08. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/04/14. -----

pluviais, recolha de lixos e outros resíduos sólidos, transportes escolares ou sociais e distribuição domiciliária de correio. -----

2 - Os licenciamentos ou autorizações referidos no número anterior só serão concedidos desde que os proprietários dos edifícios em questão apresentem declaração expressa de que tomaram conhecimento do disposto no número anterior. -----

3 - A impossibilidade ou inconveniência de execução de soluções individuais para as infra-estruturas referidas nos números anteriores pode constituir motivo suficiente de inviabilização destas edificações por parte do município. -----

²⁵ 4 - O interessado deve apresentar os projectos de engenharia das especialidades necessários à execução da obra no prazo de seis meses a contar da notificação do acto que aprovou o projecto de arquitectura caso não tenha apresentado tais projectos com o requerimento inicial -----

²⁶ 11.º Licenciamento de obras de edificação -----

5 - Os projectos da engenharia de especialidades a que se refere a alínea m) do n.º 1, a apresentar em função do tipo de obra a executar, são nomeadamente os seguintes: -----

a) Projecto de estabilidade que inclua o projecto de escavação e contenção periférica; -----

b) Projecto de alimentação e distribuição de energia eléctrica e projecto de instalação de gás, quando exigível, nos termos da lei; -

c) Projecto de redes prediais de água e esgotos; -----

d) Projecto de águas pluviais; -----

e) Projecto de arranjos exteriores; -----

f) Projecto de instalações telefónicas e de telecomunicações; -----

g) Estudo de comportamento térmico; -----

h) Projecto de instalações electromecânicas, incluindo as de transporte de pessoas e ou mercadorias; -----

i) Projecto de segurança contra incêndios em edifícios; -----

j) Projecto acústico. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.9. CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO A SAD - PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO - ASSOCIAÇÃO LAR SR. DOS MILAGRES DE VILA VERDE DA RAIA - SITO EM VILA VERDE DA RAIA - FREGUESIA DE VILA VERDE DA RAIA - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/04/14.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Localização -----

O terreno objecto de intervenção localiza-se no Lugar de Atalaia, Freguesia de Vila Verde da Raia, Concelho de Chaves. -----
 Enquadramento da Pretensão -Com as disposições do PDM -----
 De acordo com as plantas de ordenamento do Plano Director Municipal o terreno objecto de parecer insere-se parte na Classe 4 - Espaços Agrícolas e Florestais, na Categoria 4.2 -Espaços Agrícolas e na Sub-Categoria 4.2.A - Espaços Agrícolas (RAN). -----

Segundo as plantas de condicionantes do Plano Director Municipal, possui a servidão ou restrição de utilidade pública a EP- Estradas de Portugal, e a Reserva Agrícola Nacional. -----

Análise do Processo -----

Através do requerimento n.º 919/09, a Associação Lar Senhor dos Milagres de Vila Verde da Raia apresenta projecto de arquitectura, no qual refere, que foi solicitado parecer às entidades - ANPC e Instituto da Segurança Social, I.P. (enviando para o efeito cópias do processo afim de as mesmas se pronunciarem). -----

No processo não consta documento comprovativo da titularidade do prédio, certidão de registo predial, pelo que não é possível aferir a área do mesmo. -----

A memória descritiva e justificativa refere terreno com área de 5.100,0 m2. -----

O edifício a construir é composto por dois pisos, r/c e andar, com área bruta de construção de 2.183,63 m2. -----

O terreno objecto de intervenção insere-se na Reserva Agrícola Nacional, e dado que se trata de um equipamento publico de carácter social, julga-se, salvo melhor opinião, que a pretensão se enquadra no disposto no n.º 4²⁷ do art.º 34 do Reg. do PDM. -----

Neste enfoque, a autorização da edificação fica condicionada ao parecer favorável da RAN, em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 2²⁸ do art.º 35 do Reg. do PDM. -----

²⁷ Artigo 34º - Usos dominantes e seus condicionamentos -----

4 - Exceptua-se dos condicionamentos constantes dos números anteriores a construção de equipamentos, instalações ou infra-estruturas de interesse público reconhecido formalmente pelo município e por todas as entidades com jurisdição sobre a área em que se localizem, e desde que de acordo com as exigências da legislação aplicável a cada situação. -----

²⁸ Artigo 35º - Usos supletivos -----

2 - As autorizações a que se refere o número anterior ficam ainda condicionadas aos seguintes requisitos: -----

F.2

O pedido em apreço, enquadra-se no disposto no art.º 39²⁹ do Reg. do PDM, o qual remete para o n.º2³⁰ do art.º 38 do referido diploma legal. Neste contexto, terão de ser cumpridas tais condicionantes, com excepção do disposto na alínea a) do n.º2³¹ do art.º 38 do Reg. do PDM, face ao preceituado no n.º 3³² do art.º 37 referido diploma. A edificação em causa - Lar de Idosos, Centro de Dia e SAD, é promovida por uma instituição de solidariedade Social, que se integra na classe e espaço existente, salvaguardando os recursos existentes no local, mantendo o equilíbrio da paisagem, pelo que se julga salvo melhor opinião, a pretensão poderá enquadrar-se na excepção referida no n.º3 do art.º 37 do Reg. do PDM. -----
A área bruta de construção proposta no empreendimento é de 2.183,63 m2, sendo certo que o índice de construção a aplicar é $I_c = 0,15$ m2/m2. -----
No entanto, não é possível a verificação dos parâmetros urbanísticos em consonância com o Plano Director Municipal. -----

c) Terão de ser cumpridos os condicionamentos e a tramitação legal aplicáveis a cada caso, quando o local destinado à edificação ou instalação se situar em área subordinada aos regimes da Reserva Agrícola Nacional, do aproveitamento hidroagrícola da veiga de Chaves ou da Reserva Ecológica Nacional, ou sujeita a qualquer outra servidão administrativa ou restrição de utilidade pública. -----

²⁹ Artigo 39º - Equipamentos e infra-estruturas de interesse público
Aos equipamentos e infra-estruturas de interesse público, quando integrarem instalações destinadas ao alojamento ou à permanência continuada de pessoas, aplica-se o disposto no N° 2 do artigo anterior. -----

³⁰ Artigo 38º - Empreendimentos de turismo no espaço rural -----
2 - Estes empreendimentos, com excepção dos parques de campismo rurais, terão de cumprir as seguintes exigências, cumulativamente com os requisitos gerais estipulados no N° 2 do artigo 35º: -----

a) O disposto no N° 1 do artigo anterior; -----
b) O disposto nas alíneas b) a f) do N° 2 do artigo anterior, com as ressalvas de que o valor do I_c mencionado na alínea b) será nestes casos de $0,15 \text{ m}^2/\text{m}^2$ e de que a percentagem referida na alínea f) será de 15%; -----

c) O disposto no N° 4 do artigo anterior, quando se tratar das situações de recuperação ou reconversão de usos aí referidas. -----

³¹ Artigo 38º - Empreendimentos de turismo no espaço rural -----
a) O disposto no N° 1 do artigo anterior; (Artigo 37º - Edifícios destinados a habitação -----

1 - Só poderão ser autorizadas novas edificações destinadas a habitação que se localizem em parcelas para as quais seja apresentada prova documental de que a área da parcela é de pelo menos $40\,000 \text{ m}^2$ ou $20\,000 \text{ m}^2$, conforme se localize, respectivamente, dentro da área de protecção à zona urbana de Chaves delimitada na planta de ordenamento ou fora daquele área.) -----

³² Artigo 37º - Edifícios destinados a habitação -----
3 - As condições estipuladas no N° 1 não são exigíveis quando se trate de edificações para habitação promovidas por entidades públicas e que se destinem a responder às próprias necessidades de exploração ou salvaguarda dos recursos agro-florestais. -----

Informa-se que o projecto de arquitectura está instruído de acordo com o disposto no n.º1 do art.º 20³³ do Dec-Lei 555/99 e ulteriores alterações com a redacção dada pela Lei 60/07. -----
 No entanto, não consta do processo os pareceres favoráveis emitidos pelas entidades intervenientes no processo de licenciamento, nomeadamente ANPC e Instituto da Segurança Social, I.P., Delegação de Saúde e Estradas de Portugal. -----
 Chama-se ainda a atenção que o requerente terá de garantir as infra-estruturas necessárias e exigíveis neste tipo de empreendimento, em conformidade com o disposto no art.º10³⁴ e 11³⁵ do Reg. do PDM. -----

³³ Artigo 20.º Apreciação dos projectos de obras de edificação -----
 1 - A apreciação do projecto de arquitectura, no caso de pedido de licenciamento relativo a obras previstas nas alíneas c), d), e), f) e g) do n.º 2 do artigo 4.º, incide sobre a sua conformidade com planos municipais de ordenamento no território, planos especiais de ordenamento do território, medidas preventivas, área de desenvolvimento urbano prioritário, área de construção prioritária, servidões administrativas, restrições de utilidade pública e quaisquer outras normas legais e regulamentares relativas ao aspecto exterior e a inserção urbana e paisagística das edificações, bem como sobre o uso proposto. -----

³⁴ Artigo 10º - Infra-estruturas -----
 1 - O licenciamento de qualquer construção ficará sempre condicionado à existência ou criação das infra-estruturas urbanísticas básicas, nomeadamente acesso viário, abastecimento de água potável, drenagem de esgotos, abastecimento de energia eléctrica e outras exigíveis por lei. -----
 2 - Sempre que não existam, no todo ou em parte, redes públicas das infra-estruturas acima referidas, serão exigidas soluções individuais para as infra-estruturas em falta, sem prejuízo do disposto no N.º 3 do artigo seguinte. -----
 3 - Quando não houver possibilidade de ligação imediata às redes públicas, as soluções individuais referidas no número anterior implantar-se-ão de modo a viabilizar a sua futura ligação àquelas redes. -----

³⁵ Artigo 11º - Edificação fora dos perímetros urbanos e dos espaços industriais -----
 1 - O licenciamento ou autorização para construir novos edifícios ou para reverter os usos de outros preexistentes que se localizem fora dos perímetros urbanos ou dos espaços industriais, quando possíveis, não acarretarão para o município qualquer obrigação, imediata ou futura, de vir a dotá-los com infra-estruturas urbanísticas ou outros serviços que possa prestar, nomeadamente construção ou pavimentação de acessos, abastecimento de água, fornecimento de energia eléctrica, iluminação pública, redes de telecomunicações, redes de saneamento e de drenagem de águas pluviais, recolha de lixo e outros resíduos sólidos, transportes escolares ou sociais e distribuição domiciliária de correio. -----
 2 - Os licenciamentos ou autorizações referidos no número anterior só serão concedidos desde que os proprietários dos edifícios em questão apresentem declaração expressa de que tomaram conhecimento do disposto no número anterior. -----
 3 - A impossibilidade ou inconveniência de execução de soluções individuais para as infra-estruturas referidas nos números

Deverá remeter-se cópia do processo a Estradas de Portugal, afim de emitir parecer face à confrontação com a Estrada Nacional E.N. 103.

Deverá ainda o requerente solicitar parecer à Comissão de Reserva Agrícola sobre a área a desafectar. -----

O requerente pretende levar a efeito o empreendimento, construção de um Lar de Idosos, Centro de Dia e SAD, necessitando da aprovação do projecto de arquitectura para candidatura a fundos comunitários, através do programa "PARES". -----

Proposta de Decisão -----

Assim, face ao exposto propõe-se a aprovação do projecto de arquitectura condicionado nos seguintes pontos: -----

1- Apresentação de certidão de registo predial; -----

2- Pareceres favoráveis das entidades intervenientes no licenciamento (ANPC; D.S; Instituto da Segurança Social, I.P.; Estradas de Portugal e Comissão de Reserva Agrícola) -----

Caso sejam supridos os condicionamentos acima referidos, deverá o requerente em conformidade com o disposto no n.º³⁶ do art.º20 do diploma legal acima referido, apresentar no prazo de seis meses os projectos de especialidades, conforme o preceituado no n.º³⁷ do ponto 11, da Portaria 232/08. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/04/14. -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

anteriores pode constituir motivo suficiente de inviabilização destas edificações por parte do município. -----

³⁶ 4 – O interessado deve apresentar os projectos de engenharia das especialidades necessários à execução da obra no prazo de seis meses a contar da notificação do acto que aprovou o projecto de arquitectura caso não tenha apresentado tais projectos com o requerimento inicial -----

³⁷ 11.º Licenciamento de obras de edificação -----

5 – Os projectos da engenharia de especialidades a que se refere a alínea m) do n.º 1, a apresentar em função do tipo de obra a executar, são nomeadamente os seguintes: -----

a) Projecto de estabilidade que inclua o projecto de escavação e contenção periférica; -----

b) Projecto de alimentação e distribuição de energia eléctrica e projecto de instalação de gás, quando exigível, nos termos da lei; -

c) Projecto de redes prediais de água e esgotos; -----

d) Projecto de águas pluviais; -----

e) Projecto de arranjos exteriores; -----

f) Projecto de instalações telefónicas e de telecomunicações; -----

g) Estudo de comportamento térmico; -----

h) Projecto de instalações electromecânicas, incluindo as de transporte de pessoas e ou mercadorias; -----

i) Projecto de segurança contra incêndios em edifícios; -----

j) Projecto acústico. -----

3.10. LAR DE 3.ª IDADE E CENTRO DE DIA - PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO - ASSOCIAÇÃO MÃOS AMIGAS - SITO EM OUTEIRO SECO - FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/04/14. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Antecedentes -----

Através do requerimento n.º 1346/08 (proc.º n.º 177/08) é remetido a estes serviços cópia do projecto de arquitectura pelo ANPC, referente à construção de um edifício destinado a Lar de 3.ª Idade e Centro de Dia, no lugar de Outeiro Seco, Freguesia de Outeiro Seco, município de Chaves. -----

O requerente apresenta sob requerimento n.º 1397/08 (proc.º n.º 187/08), pedido de licenciamento, com vista a construção/instalação de um lar de 3.ª idade e centro de dia, situado em Outeiro Seco, e sobre a qual recaiu a informação técnica de 29/04/08. -----

O requerente apresenta sob requerimento n.º 2562/08, elementos de forma a prestar esclarecimentos ao processo, não dando cabal cumprimento ao solicitado na informação técnica de 29/04/08 e 12/08/08. -----

Localização -----

O terreno objecto de intervenção localiza-se em Outeiro Seco, Freguesia de Outeiro Seco, município de Chaves. -----

Enquadramento da Pretensão -----

-Com as disposições do PDM -----

De acordo com as plantas de ordenamento do Plano Director Municipal o terreno objecto de parecer insere-se na Classe 4 - Espaços Agrícolas e Florestais, e na Categoria 4.3 - Espaços Agro-Florestais e Sub-categoria 4.3.A - Espaços Agro-Florestais Comuns. -----

Segundo as plantas de condicionantes do Plano Director Municipal, não impede nenhuma servidão ou restrição de utilidade pública sobre o terreno em causa. -----

Análise do Processo -----

A edificação em causa - Lar de 3.ª Idade e Centro de Dia, é promovida por uma instituição de solidariedade Social - Associação Mãos Amigas. -----

No processo não consta documento comprovativo da titularidade do prédio, certidão de registo predial, pelo que não é possível aferir a área do mesmo. -----

A memória descritiva e justificativa refere terreno com área de 4.484,0 m2. -----

O edifício a construir é composto por dois pisos, cave e r/c, com área bruta de construção de 2.292,4m2. -----

Foi solicitado parecer à DOTPU, a qual emitiu parecer em 07/08/08: -

Relativamente ao pedido formulado pela Associação Mãos Amigas, considera-se informar o seguinte:

1 – A Câmara Municipal de Chaves, na sua reunião ordinária de 21 de Maio de 2008, deliberou a elaboração do Plano de Pormenor do Centro Universitário e Parque Tecnológico de Chaves, a ser efectivado nos terrenos que constituem a "Quinta dos Montalvões", nos quais já se encontra implantada a Escola Superior de Saúde do Alto Tâmega.

2 – A elaboração do Plano de Pormenor do Centro Universitário e Parque Tecnológico de Chaves, de acordo com informações que me foram superiormente transmitidas, será desenvolvida por uma equipa externa ao Município, sendo ainda, na medida do possível, acompanhada pela Escola Superior de Saúde do Alto Tâmega. Em bom rigor, apenas após a apresentação das primeiras propostas de plano é que se poderá aferir a viabilidade ou não da pretensão ora em causa, sendo que, até lá, qualquer tomada de decisão sobre o assunto é manifestamente extemporânea.

3 – Por outro lado, sendo um dos objectivos enunciados nos termos de referência do Plano de Pormenor do Centro Universitário e Parque Tecnológico de Chaves, a implantação no local de um lar de 3.ª idade, entende-se que a pretensão da requerente, em princípio, poderá vir a ser conciliada com as soluções técnico/urbanísticas a serem propostas no âmbito do aludido plano, sem prejuízo de a equipa técnica responsável pela sua concepção reflectir sobre o assunto.

4 – Pelo exposto no ponto anterior, considera-se aceitável que seja dada continuidade à tramitação do pedido da requerente, ficando, no entanto, a formal aprovação do mesmo condicionada aos seguintes requisitos:

- conformidade com as soluções técnico/urbanísticas a serem configuradas no âmbito do referido plano de pormenor;
- eficácia do plano.

Pelo exposto, é viável a edificação nos termos e condicionalismos expostos pela DOTPU. -----

No entanto, não é possível a verificação dos parâmetros urbanísticos em consonância com o Plano Director Municipal, dado que esta área será objecto de integração no Plano de Pormenor acima referido. ----

Informa-se que o projecto de arquitectura está instruído de acordo com o disposto no n.º1 do art.º 20³⁸ do Dec-Lei 555/99 e ulteriores alterações com a redacção dada pela Lei 60/07. -----

Em 02/04/08, através do requerimento n.º 1346/08 foi emitido pela Autoridade Nacional de Protecção Civil- ANPC (Ref.ª n.º 027444/08) no qual emite parecer favorável. -----

No entanto, não consta do processo os pareceres favoráveis emitidos pelas entidades intervenientes no processo de licenciamento, nomeadamente, Delegação de Saúde e Instituto da Segurança Social, I.P. -----

Chama-se ainda a atenção que o requerente terá de garantir as infra-estruturas necessárias e exigíveis neste tipo de empreendimento, em conformidade com o disposto no art.º10³⁹ e 11⁴⁰ do Reg. do PDM. -----

³⁸ Artigo 20.º Apreciação dos projectos de obras de edificação -----

1 – A apreciação do projecto de arquitectura, no caso de pedido de licenciamento relativo a obras previstas nas alíneas c), d), e), f) e g) do n.º 2 do artigo 4.º, incide sobre a sua conformidade com planos municipais de ordenamento no território, planos especiais de ordenamento do território, medidas preventivas, área de desenvolvimento urbano prioritário, área de construção prioritária, servidões administrativas, restrições de utilidade pública e quaisquer outras normas legais e regulamentares relativas ao aspecto exterior e a inserção urbana e paisagística das edificações, bem como sobre o uso proposto. -----

³⁹ Artigo 10º - Infra-estruturas -----

1 - O licenciamento de qualquer construção ficará sempre condicionado à existência ou criação das infra-estruturas urbanísticas básicas, nomeadamente acesso viário, abastecimento de

O requerente pretende levar a efeito o empreendimento, construção de um Lar de 3.^a Idade e Centro de Dia, necessitando da aprovação do projecto de arquitectura para candidatura a fundos comunitários, através do programa "PARES". -----

Proposta de Decisão -----

Assim, face ao exposto propõe-se a aprovação do projecto de arquitectura condicionado nos seguintes pontos: -----

- 1- Apresentação de certidão de registo predial; -----
- 2- Pareceres favoráveis das entidades intervenientes no licenciamento (ANPC; D.S e Instituto da Segurança Social, I.P.); --
- 3- Eficácia do Plano de Pormenor do Centro Universitário e Parque Tecnológico de Chaves no qual se integre esta área; -----

Caso sejam supridos os condicionamentos acima referidos, deverá o requerente em conformidade com o disposto no n.º⁴¹ do art.º20 do diploma legal acima referido, apresentar no prazo de seis meses os projectos de especialidades, conforme o preceituado no n.º⁴² do ponto 11, da Portaria 232/08. -----

água potável, drenagem de esgotos, abastecimento de energia eléctrica e outras exigíveis por lei. -----

2 - Sempre que não existam, no todo ou em parte, redes públicas das infra-estruturas acima referidas, serão exigidas soluções individuais para as infra-estruturas em falta, sem prejuízo do disposto no Nº 3 do artigo seguinte. -----

3 - Quando não houver possibilidade de ligação imediata às redes públicas, as soluções individuais referidas no número anterior implantar-se-ão de modo a viabilizar a sua futura ligação àquelas redes. -----

⁴⁰ Artigo 11º - Edificação fora dos perímetros urbanos e dos espaços industriais -----

1 - O licenciamento ou autorização para construir novos edifícios ou para reverter os usos de outros preexistentes que se localizem fora dos perímetros urbanos ou dos espaços industriais, quando possíveis, não acarretarão para o município qualquer obrigação, imediata ou futura, de vir a dotá-los com infra-estruturas urbanísticas ou outros serviços que possa prestar, nomeadamente construção ou pavimentação de acessos, abastecimento de água, fornecimento de energia eléctrica, iluminação pública, redes de telecomunicações, redes de saneamento e de drenagem de águas pluviais, recolha de lixo e outros resíduos sólidos, transportes escolares ou sociais e distribuição domiciliária de correio. -----

2 - Os licenciamentos ou autorizações referidos no número anterior só serão concedidos desde que os proprietários dos edifícios em questão apresentem declaração expressa de que tomaram conhecimento do disposto no número anterior. -----

3 - A impossibilidade ou inconveniência de execução de soluções individuais para as infra-estruturas referidas nos números anteriores pode constituir motivo suficiente de inviabilização destas edificações por parte do município. -----

⁴¹ 4 - O interessado deve apresentar os projectos de engenharia das especialidades necessários à execução da obra no prazo de seis meses a contar da notificação do acto que aprovou o projecto de arquitectura caso não tenha apresentado tais projectos com o requerimento inicial -----

⁴² 11.º Licenciamento de obras de edificação -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----
À Consideração Superior. -----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA
PENAS DATADO DE 2009/04/14.** -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade,
concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o
teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.11. CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE APOIO A DEFICIENTES - PEDIDO DE
APROVAÇÃO DE PROJECTO - ASSOCIAÇÃO FLOR DO TÂMEGA DE APOIO A
DEFICIENTES - SITO EM OUTEIRO SECO - FREGUESIA DE OUTEIRO SECO -
CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA
ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE
2009/04/14.**-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se
transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Localização -----

O terreno objecto de intervenção localiza-se em Outeiro Seco,
Freguesia de Outeiro Seco, município de Chaves. -----

Enquadramento da Pretensão -----

Com as disposições do PDM -----

De acordo com as plantas de ordenamento do Plano Director Municipal
o terreno objecto de parecer insere-se na Classe 4 - Espaços
Agrícolas e Florestais, e na Categoria 4.3 - Espaços Agro-Florestais
e Sub-categoria 4.3.A - Espaços Agro-Florestais Comuns. -----

Segundo as plantas de condicionantes do Plano Director Municipal,
não impede nenhuma servidão ou restrição de utilidade pública sobre
o terreno em causa. -----

Análise do Processo -----

Através do requerimento n.º 1027/09, a Associação Flor do Tâmega
para Apoio a Deficientes, vem apresentar projecto de arquitectura
referente a uma operação urbanística - construção de um edifício
destinado a Centro de Actividades Ocupacionais, Lar Residencial e
SAD - pretende-se, com esta construção dar uma resposta à população
com necessidades especiais, promovendo assim, um bem-estar e

5 - Os projectos da engenharia de especialidades a que se refere a
alínea m) do n.º 1, a apresentar em função do tipo de obra a
executar, são nomeadamente os seguintes: -----

- a) Projecto de estabilidade que inclua o projecto de escavação e
contenção periférica; -----
- b) Projecto de alimentação e distribuição de energia eléctrica e
projecto de instalação de gás, quando exigível, nos termos da lei; -
- c) Projecto de redes prediais de água e esgotos; -----
- d) Projecto de águas pluviais; -----
- e) Projecto de arranjos exteriores; -----
- f) Projecto de instalações telefónicas e de telecomunicações; -----
- g) Estudo de comportamento térmico; -----
- h) Projecto de instalações electromecânicas, incluindo as de
transporte de pessoas e ou mercadorias; -----
- i) Projecto de segurança contra incêndios em edifícios; -----
- j) Projecto acústico. -----

qualidade de vida da população e a igualdade real e jurídico-formal entre os portugueses (alínea d) do art.º 9 da Constituição da República Portuguesa), bem como a realização de uma política nacional de prevenção, tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias, inexistente neste município. -----

No referido requerimento (Req n.º 1027/09), a Associação Flor do Tâmega para Apoio a Deficientes, apresenta projecto de arquitectura, no qual refere, que foi solicitado parecer às entidades - ANPC e Instituto da Segurança Social, I.P. (enviando para o efeito cópias do processo afim de as mesmas se pronunciar). -----

Relativamente ao parecer da Delegação de Saúde, foi enviado o processo em 14/04/09 para emissão de parecer. -----

No processo não consta documento comprovativo da titularidade do prédio, certidão de registo predial, pelo que não é possível aferir a área do mesmo. -----

A memória descritiva e justificativa refere terreno com área de 9.225,50 m2. -----

O edifício a construir possui uma área bruta de construção de 2.336,05 m2, a distribuir por três edifícios com funcionalidades diferentes: -----

Edifício A- Centro de Actividades Ocupacionais, que possui uma área bruta de construção de 887,50 m2, de apenas r/c. -----

Edifício B- Lar Residencial e SAD, que possui uma área bruta de construção de 1.255,95 m2, de r/c e andar. -----

Edifício C- Residência Autónoma, que possui uma área bruta de construção de 192,60 m2, de apenas r/c. -----

Dado que para o mesmo local houve por parte da DOTPU a emissão de parecer em 07/08/08 referente a uma construção destinada a Associação de Mãos Amigas - com o fim destinado a lar de 3.ª idade, julga-se, salvo melhor opinião, reproduzir o parecer então emitido:

Relativamente ao pedido formulado pela Associação Mãos Amigas, considera-se informar o seguinte:

1 - A Câmara Municipal de Chaves, na sua reunião ordinária de 21 de Maio de 2008, deliberou a elaboração do Plano de Pormenor do Centro Universitário e Parque Tecnológico de Chaves, a ser efectivado nos terrenos que constituem a "Quinta dos Montalvões", nos quais já se encontra implantada a Escola Superior de Saúde do Alto Tâmega.

2 - A elaboração do Plano de Pormenor do Centro Universitário e Parque Tecnológico de Chaves, de acordo com informações que me foram superiormente transmitidas, será desenvolvida por uma equipa externa ao Município, sendo ainda, na medida do possível, acompanhada pela Escola Superior de Saúde do Alto Tâmega. Em bom rigor, apenas após a apresentação das primeiras propostas de plano é que se poderá aferir a viabilidade ou não da pretensão ora em causa, sendo que, até lá, qualquer tomada de decisão sobre o assunto é manifestamente extemporânea.

3 - Por outro lado, sendo um dos objectivos enunciados nos termos de referência do Plano de Pormenor do Centro Universitário e Parque Tecnológico de Chaves, a implantação no local de um lar de 3.ª idade, entende-se que a pretensão da requerente, em princípio, poderá vir a ser conciliada com as soluções técnico/urbanísticas a serem propostas no âmbito do aludido plano, sem prejuízo de a equipa técnica responsável pela sua concepção reflectir sobre o assunto.

4 - Pelo exposto no ponto anterior, considera-se aceitável que seja dada continuidade à tramitação do pedido da requerente, ficando, no entanto, a formal aprovação do mesmo condicionada aos seguintes requisitos:

- conformidade com as soluções técnico/urbanísticas a serem configuradas no âmbito do referido plano de pormenor;
- eficácia do plano.

Pelo exposto, é viável a edificação para o local em causa, nos termos e condicionalismos expostos pela DOTPU. -----

No entanto, não é possível a verificação dos parâmetros urbanísticos em consonância com o Plano Director Municipal, dado que esta área será objecto de integração no Plano de Pormenor acima referido. ----
 Informa-se que o projecto de arquitectura está instruído de acordo com o disposto no n.º1 do art.º 20⁴³ do Dec-Lei 555/99 e ulteriores alterações com a redacção dada pela Lei 60/07. -----
 No entanto, não consta do processo os pareceres favoráveis emitidos pelas entidades intervenientes no processo de licenciamento, nomeadamente, Delegação de Saúde e Instituto da Segurança Social, I.P. -----
 Chama-se ainda a atenção que o requerente terá de garantir as infra-estruturas necessárias e exigíveis neste tipo de empreendimento, em conformidade com o disposto no art.º10⁴⁴ e 11⁴⁵ do Reg. do PDM. -----

⁴³ Artigo 20.º Apreciação dos projectos de obras de edificação -----
 1 - A apreciação do projecto de arquitectura, no caso de pedido de licenciamento relativo a obras previstas nas alíneas c), d), e), f) e g) do n.º 2 do artigo 4.º, incide sobre a sua conformidade com planos municipais de ordenamento no território, planos especiais de ordenamento do território, medidas preventivas, área de desenvolvimento urbano prioritário, área de construção prioritária, servidões administrativas, restrições de utilidade pública e quaisquer outras normas legais e regulamentares relativas ao aspecto exterior e a inserção urbana e paisagística das edificações, bem como sobre o uso proposto. -----

⁴⁴ Artigo 10º - Infra-estruturas -----
 1 - O licenciamento de qualquer construção ficará sempre condicionado à existência ou criação das infra-estruturas urbanísticas básicas, nomeadamente acesso viário, abastecimento de água potável, drenagem de esgotos, abastecimento de energia eléctrica e outras exigíveis por lei. -----
 2 - Sempre que não existam, no todo ou em parte, redes públicas das infra-estruturas acima referidas, serão exigidas soluções individuais para as infra-estruturas em falta, sem prejuízo do disposto no N.º 3 do artigo seguinte. -----
 3 - Quando não houver possibilidade de ligação imediata às redes públicas, as soluções individuais referidas no número anterior implantar-se-ão de modo a viabilizar a sua futura ligação àquelas redes. -----

⁴⁵ Artigo 11º - Edificação fora dos perímetros urbanos e dos espaços industriais -----
 1 - O licenciamento ou autorização para construir novos edifícios ou para reconverter os usos de outros preexistentes que se localizem fora dos perímetros urbanos ou dos espaços industriais, quando possíveis, não acarretarão para o município qualquer obrigação, imediata ou futura, de vir a dotá-los com infra-estruturas urbanísticas ou outros serviços que possa prestar, nomeadamente construção ou pavimentação de acessos, abastecimento de água, fornecimento de energia eléctrica, iluminação pública, redes de telecomunicações, redes de saneamento e de drenagem de águas pluviais, recolha de lixo e outros resíduos sólidos, transportes escolares ou sociais e distribuição domiciliária de correio. -----
 2 - Os licenciamentos ou autorizações referidos no número anterior só serão concedidos desde que os proprietários dos edifícios em questão apresentem declaração expressa de que tomaram conhecimento do disposto no número anterior. -----

Associação Flor do Tâmega para Apoio a Deficientes, pretende levar a efeito o empreendimento, construção de um edifício destinado a Centro de Actividades Ocupacionais, Lar Residencial e SAD, necessitando da aprovação do projecto de arquitectura para candidatura a fundos comunitários, através do programa "PARES". ----

Proposta de Decisão -----

Assim, face ao exposto propõe-se a aprovação do projecto de arquitectura condicionado nos seguintes pontos: -----

- 1- Apresentação de certidão de registo predial; -----
- 2- Pareceres favoráveis das entidades intervenientes no licenciamento (ANPC; D.S e Instituto da Segurança Social, I.P.); --
- 3- Eficácia do Plano de Pormenor do Centro Universitário e Parque Tecnológico de Chaves no qual se integre esta área; -----

Caso sejam supridos os condicionamentos acima referidos, deverá o requerente em conformidade com o disposto no n.º⁴⁶ do art.º20 do diploma legal acima referido, apresentar no prazo de seis meses os projectos de especialidades, conforme o preceituado no n.º⁴⁷ do ponto 11, da Portaria 232/08. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/04/14. -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3 - A impossibilidade ou inconveniência de execução de soluções individuais para as infra-estruturas referidas nos números anteriores pode constituir motivo suficiente de inviabilização destas edificações por parte do município. -----

⁴⁶ 4 - O interessado deve apresentar os projectos de engenharia das especialidades necessários à execução da obra no prazo de seis meses a contar da notificação do acto que aprovou o projecto de arquitectura caso não tenha apresentado tais projectos com o requerimento inicial -----

⁴⁷ 11.º Licenciamento de obras de edificação -----

5 - Os projectos da engenharia de especialidades a que se refere a alínea m) do n.º 1, a apresentar em função do tipo de obra a executar, são nomeadamente os seguintes: -----

- a) Projecto de estabilidade que inclua o projecto de escavação e contenção periférica; -----
- b) Projecto de alimentação e distribuição de energia eléctrica e projecto de instalação de gás, quando exigível, nos termos da lei; -
- c) Projecto de redes prediais de água e esgotos; -----
- d) Projecto de águas pluviais; -----
- e) Projecto de arranjos exteriores; -----
- f) Projecto de instalações telefónicas e de telecomunicações; -----
- g) Estudo de comportamento térmico; -----
- h) Projecto de instalações electromecânicas, incluindo as de transporte de pessoas e ou mercadorias; -----
- i) Projecto de segurança contra incêndios em edifícios; -----
- j) Projecto acústico. -----

3.12. CONSTRUÇÃO DE LAR DE IDOSOS - PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO - CENTRO SOCIAL DE S. VICENTE DA RAIA - SITO EM S. VICENTE DA RAIA - FREGUESIA DE S. VICENTE DA RAIA - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/04/14. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Localização -----

O terreno objecto de intervenção localização em S. Vicente da Raia, Freguesia de S. Vicente, concelho de Chaves. -----

Enquadramento da Pretensão -----

-Com as disposições do PDM -----

De acordo com as plantas de ordenamento do Plano Director Municipal o terreno objecto de parecer insere-se na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis, e na Sub-Categoria 1.3-Outros Aglomerados, de acordo com as Plantas de Ordenamento do P.D.M. de Chaves. -----

Segundo as plantas de condicionantes do Plano Director Municipal, o terreno em causa não se encontra abrangido por nenhuma servidão. ---

Análise do Processo -----

A Associação de Solidariedade Social " Centro Social de São Vicente da Raia", através do requerimento n.º 273/09 apresenta projecto de arquitectura para realização de uma operação urbanística - reconstrução de um edifício destinado a Lar de 3.ª Idade - pretende-se, com esta valência dar uma resposta à população envelhecida da freguesia, criando uma rede social inexistente. -----

No processo não consta documento comprovativo da titularidade do prédio, certidão de registo predial. Consta apenas: -----

- Certidão de teor matricial - em nome da Junta de Freguesia de S. Vicente da Raia, referente à edificação existente no terreno, com área de S.C. de 80,0 m2 e logradouro de 1.614,0 m2; -----

- Certidão de Registo predial de prédio rústico com área de 400,0 m2, em nome de um particular, estando neste momento a tratar da regularização do terreno. -----

Assim, o terreno pertencente à Junta de Freguesia de S. Vicente da Raia possui uma área de 1.690,0 m2. -----

O edifício a construir é composto por r/c e andar com área bruta de construção de 848, 0 m2. -----

Face ao índice de construção proposto para o local, $I_c = 0,5 \text{ m}^2/\text{m}^2$, poderá edificar na totalidade 1.041,0 m2, que é menor do que a proposta (848,0 m2), respeitando, portanto o índice proposto para o local, face ao preceituado na alínea a) do n.º 2⁴⁸ do art.º 19 do Reg. do PDM. -----

Foi solicitado parecer às entidades - Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), Instituto da Segurança Social, I.P. e

⁴⁸ Artigo 19º - Regras de edificabilidade -----

2 - A edificabilidade em parcelas não submetidas à disciplina dos instrumentos urbanísticos referidos no número anterior fica sujeita às seguintes regras: -----

a) A área bruta de construção máxima a autorizar é a que resulta da aplicação dos seguintes índices: -----

Os estabelecidos para a zona onde se localiza a parcela, quando se tratar de área disciplinada por plano de urbanização; -----

0,5 m2/m2, nos restantes casos; -----

Delegação de Saúde (enviando para o efeito cópias do processo afim de as mesmas se pronunciarem) em 02/03/09. -----

No processo consta parecer da: -----

• Autoridade Nacional de Protecção Civil- ANPC (Ref.^a n.º 027873/09) no qual refere que deverá apresentar projecto de especialidade, pelo que dever-se-á dar-se copia ao requerente afim de dar cumprimento do teor do mesmo; -----

• Instituto da Segurança Social (Of.º n.º 03110009-04-03, ref.^a GAT/CMC) que o projecto se enquadra no despacho normativo 12/98; --- Informa-se que o projecto de arquitectura está instruído de acordo com o disposto no n.º1 do art.º 20⁴⁹ do Dec-Lei 555/99 e ulteriores alterações com a redacção dada pela Lei 60/07. -----

No entanto, não consta do processo os pareceres favoráveis emitidos pela Delegação de Saúde. -----

A Associação de Solidariedade Social " Centro Social de São Vicente da Raia", pretende levar a efeito o empreendimento - reconstrução de um edifício destinado a Lar de 3.^a Idade - necessitando da aprovação do projecto de arquitectura para candidatura a fundos comunitários, através do programa "PARES". -----

Proposta de Decisão -----

Assim, face ao exposto propõe-se a aprovação do projecto de arquitectura condicionado nos seguintes pontos: -----

1- Apresentação de certidão de registo predial; -----

2- Pareceres favoráveis das entidades intervenientes no licenciamento (ANPC e D.S) -----

Caso sejam supridos os condicionamentos acima referidos, deverá o requerente em conformidade com o disposto no n.º4⁵⁰ do art.º20 do diploma legal acima referido, apresentar no prazo de seis meses os projectos de especialidades, conforme o preceituado no n.º5⁵¹ do ponto 11, da Portaria 232/08. -----

⁴⁹ Artigo 20.º Apreciação dos projectos de obras de edificação -----

1 - A apreciação do projecto de arquitectura, no caso de pedido de licenciamento relativo a obras previstas nas alíneas c), d), e), f) e g) do n.º 2 do artigo 4.º, incide sobre a sua conformidade com planos municipais de ordenamento no território, planos especiais de ordenamento do território, medidas preventivas, área de desenvolvimento urbano prioritário, área de construção prioritária, servidões administrativas, restrições de utilidade pública e quaisquer outras normas legais e regulamentares relativas ao aspecto exterior e a inserção urbana e paisagística das edificações, bem como sobre o uso proposto. -----

⁵⁰ 4 - O interessado deve apresentar os projectos de engenharia das especialidades necessários à execução da obra no prazo de seis meses a contar da notificação do acto que aprovou o projecto de arquitectura caso não tenha apresentado tais projectos com o requerimento inicial -----

⁵¹ 11.º Licenciamento de obras de edificação -----

5 - Os projectos da engenharia de especialidades a que se refere a alínea m) do n.º 1, a apresentar em função do tipo de obra a executar, são nomeadamente os seguintes: -----

a) Projecto de estabilidade que inclua o projecto de escavação e contenção periférica; -----

b) Projecto de alimentação e distribuição de energia eléctrica e projecto de instalação de gás, quando exigível, nos termos da lei; -

c) Projecto de redes prediais de água e esgotos; -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/04/14. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.13. INSTALAÇÃO DE LAR DE IDOSOS - PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO - ASSOCIAÇÃO CENTRO SOCIAL S. JOÃO BATISTA - SITO EM CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA - FREGUESIA DE CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/04/14. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Localização -----

O terreno objecto de intervenção localiza-se no lugar de Cimo de Vila da Castanheira, Freguesia de Cimo de Vila da Castanheira, concelho de Chaves. -----

Enquadramento da Pretensão -----

-Com as disposições do PDM -----

De acordo com as plantas de ordenamento do Plano Director Municipal o terreno objecto de parecer insere-se na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis, e na Categoria 1.3- Outros Aglomerados. -----

Segundo as plantas de condicionantes do Plano Director Municipal, não impede nenhuma servidão ou restrição de utilidade pública sobre o terreno em causa. -----

Análise do Processo -----

Através do requerimento n.º 694/09, a Associação Centro Social São João Batista, vem apresentar projecto de arquitectura referente a uma operação urbanística - reconstrução e ampliação de um edifício destinado a lar de idosos - pretende-se, com esta construção dar uma resposta à população envelhecida da freguesia, criando uma rede social inexistente. -----

No processo não consta documento comprovativo da titularidade do prédio, certidão de registo predial, pelo que não é possível aferir a área do mesmo. -----

Foi solicitado parecer às entidades - Instituto da Segurança Social, I.P. e Delegação de Saúde (enviando para o efeito cópias do processo afim de as mesmas se pronunciarem) em 07/04/09. -----

A memória descritiva e justificativa refere terreno com área de 1.980,0 m². -----

d) Projecto de águas pluviais; -----

e) Projecto de arranjos exteriores; -----

f) Projecto de instalações telefónicas e de telecomunicações; -----

g) Estudo de comportamento térmico; -----

h) Projecto de instalações electromecânicas, incluindo as de transporte de pessoas e ou mercadorias; -----

i) Projecto de segurança contra incêndios em edifícios; -----

j) Projecto acústico. -----

O edifício a construir é composto por r/c e andar com área bruta de construção de 881, 0 m². -----

A área bruta de construção proposta no empreendimento é de 881, 0 m²., sendo certo que o índice de construção a aplicar é $I_c = 0,5$ m²/m², face ao preceituado na alínea a) do n.º 2⁵² do art.º 19 do Reg. do PDM. -----

Informa-se que o projecto de arquitectura está instruído de acordo com o disposto no n.º1 do art.º 20⁵³ do Dec-Lei 555/99 e ulteriores alterações com a redacção dada pela Lei 60/07. -----

No entanto, não consta do processo os pareceres favoráveis emitidos pelas entidades intervenientes no processo de licenciamento, nomeadamente ANPC, Instituto da Segurança Social, I.P. e Delegação de Saúde. -----

Chama-se ainda a atenção que o requerente terá de garantir as infra-estruturas necessárias e exigíveis neste tipo de empreendimento, em conformidade com o disposto no art.º10⁵⁴ e 11⁵⁵ do Reg. do PDM. -----

⁵² Artigo 19º - Regras de edificabilidade -----

2 - A edificabilidade em parcelas não submetidas à disciplina dos instrumentos urbanísticos referidos no número anterior fica sujeita às seguintes regras: -----

a) A área bruta de construção máxima a autorizar é a que resulta da aplicação dos seguintes índices: -----

Os estabelecidos para a zona onde se localiza a parcela, quando se tratar de área disciplinada por plano de urbanização; -----

0,5 m²/m², nos restantes casos; -----

⁵³ Artigo 20.º Apreciação dos projectos de obras de edificação -----

1 - A apreciação do projecto de arquitectura, no caso de pedido de licenciamento relativo a obras previstas nas alíneas c), d), e), f) e g) do n.º 2 do artigo 4.º, incide sobre a sua conformidade com planos municipais de ordenamento no território, planos especiais de ordenamento do território, medidas preventivas, área de desenvolvimento urbano prioritário, área de construção prioritária, servidões administrativas, restrições de utilidade pública e quaisquer outras normas legais e regulamentares relativas ao aspecto exterior e a inserção urbana e paisagística das edificações, bem como sobre o uso proposto. -----

⁵⁴ Artigo 10º - Infra-estruturas -----

1 - O licenciamento de qualquer construção ficará sempre condicionado à existência ou criação das infra-estruturas urbanísticas básicas, nomeadamente acesso viário, abastecimento de água potável, drenagem de esgotos, abastecimento de energia eléctrica e outras exigíveis por lei. -----

2 - Sempre que não existam, no todo ou em parte, redes públicas das infra-estruturas acima referidas, serão exigidas soluções individuais para as infra-estruturas em falta, sem prejuízo do disposto no N.º 3 do artigo seguinte. -----

3 - Quando não houver possibilidade de ligação imediata às redes públicas, as soluções individuais referidas no número anterior implantar-se-ão de modo a viabilizar a sua futura ligação àquelas redes. -----

⁵⁵ Artigo 11º - Edificação fora dos perímetros urbanos e dos espaços industriais -----

1 - O licenciamento ou autorização para construir novos edifícios ou para reconverter os usos de outros preexistentes que se localizem fora dos perímetros urbanos ou dos espaços industriais, quando

A Associação Centro Social São João Batista pretende levar a efeito o empreendimento, construção de um Lar de Idosos, necessitando da aprovação do projecto de arquitectura para candidatura a fundos comunitários, através do programa "PARES". -----

Proposta de Decisão -----

Assim, face ao exposto propõe-se a aprovação do projecto de arquitectura condicionado nos seguintes pontos: -----

- 1- Apresentação de certidão de registo predial; -----
 - 2- Pareceres favoráveis das entidades intervenientes no licenciamento (ANPC; D.S ; Instituto da Segurança Social, I.P.; ---
- Caso sejam supridos os condicionamentos acima referidos, deverá o requerente em conformidade com o disposto no n.º⁵⁶ do art.º20 do diploma legal acima referido, apresentar no prazo de seis meses os projectos de especialidades, conforme o preceituado no n.º⁵⁷ do ponto 11, da Portaria 232/08. -----

possíveis, não acarretarão para o município qualquer obrigação, imediata ou futura, de vir a dotá-los com infra-estruturas urbanísticas ou outros serviços que possa prestar, nomeadamente construção ou pavimentação de acessos, abastecimento de água, fornecimento de energia eléctrica, iluminação pública, redes de telecomunicações, redes de saneamento e de drenagem de águas pluviais, recolha de lixo e outros resíduos sólidos, transportes escolares ou sociais e distribuição domiciliária de correio. -----

2 - Os licenciamentos ou autorizações referidos no número anterior só serão concedidos desde que os proprietários dos edifícios em questão apresentem declaração expressa de que tomaram conhecimento do disposto no número anterior. -----

3 - A impossibilidade ou inconveniência de execução de soluções individuais para as infra-estruturas referidas nos números anteriores pode constituir motivo suficiente de inviabilização destas edificações por parte do município. -----

⁵⁶ 4 - O interessado deve apresentar os projectos de engenharia das especialidades necessários à execução da obra no prazo de seis meses a contar da notificação do acto que aprovou o projecto de arquitectura caso não tenha apresentado tais projectos com o requerimento inicial -----

⁵⁷ 11.º Licenciamento de obras de edificação -----

5 - Os projectos da engenharia de especialidades a que se refere a alínea m) do n.º 1, a apresentar em função do tipo de obra a executar, são nomeadamente os seguintes: -----

- a) Projecto de estabilidade que inclua o projecto de escavação e contenção periférica; -----
- b) Projecto de alimentação e distribuição de energia eléctrica e projecto de instalação de gás, quando exigível, nos termos da lei; -
- c) Projecto de redes prediais de água e esgotos; -----
- d) Projecto de águas pluviais; -----
- e) Projecto de arranjos exteriores; -----
- f) Projecto de instalações telefónicas e de telecomunicações; -----
- g) Estudo de comportamento térmico; -----
- h) Projecto de instalações electromecânicas, incluindo as de transporte de pessoas e ou mercadorias; -----
- i) Projecto de segurança contra incêndios em edifícios; -----
- j) Projecto acústico. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----
À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/04/14. -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.14. CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE DIA - PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO - ASSOCIAÇÃO ACÇÃO SOCIAL SANTO ANDRÉ DE CURALHA - SITO EM CURALHA - FREGUESIA DE CURALHA - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/04/14. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Localização -----
O terreno objecto de intervenção localiza-se na Rua da Igreja - Curalha, Freguesia de Curalha, concelho de Chaves. -----

Enquadramento da Pretensão -----
-Com as disposições do PDM -----
De acordo com as plantas de ordenamento do Plano Director Municipal o terreno objecto de parecer insere-se na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis, e na Categoria 1.3- Outros Aglomerados. -----
Segundo as plantas de condicionantes do Plano Director Municipal, não impede nenhuma servidão ou restrição de utilidade pública sobre o terreno em causa. -----

Análise do Processo -----
Através do requerimento n.º 942/09, a Associação de Acção Social Santo André de Curalha, vem apresentar projecto de arquitectura referente a uma operação urbanística - reconstrução e ampliação de um edifício destinado a Centro de Dia - pretende-se, com esta construção dar uma resposta à população envelhecida da freguesia, criando uma rede social inexistente. -----

No processo não consta documento comprovativo da titularidade do prédio, certidão de registo predial, pelo que não é possível aferir a área do mesmo. -----

Foi solicitado parecer às entidades - Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), Instituto da Segurança Social, I.P. e Delegação de Saúde (enviando para o efeito cópias do processo afim de as mesmas se pronunciar) em 07/04/09. -----

A memória descritiva e justificativa refere terreno com área de 952,0 m². -----

O edifício a construir é composto por r/c com área bruta de construção de 393, 0 m². -----

A área bruta de construção proposta no empreendimento é de 393, 0 m²., sendo certo que o índice de construção a aplicar é $I_c = 0,5$ m²/m², face ao preceituado na alínea a) do n.º 2⁵⁸ do art.º 19 do Reg. do PDM. -----

⁵⁸ Artigo 19º - Regras de edificabilidade -----
2 - A edificabilidade em parcelas não submetidas à disciplina dos instrumentos urbanísticos referidos no número anterior fica sujeita às seguintes regras: -----

Informa-se que o projecto de arquitectura está instruído de acordo com o disposto no n.º1 do art.º 20⁵⁹ do Dec-Lei 555/99 e ulteriores alterações com a redacção dada pela Lei 60/07. -----

No entanto, não consta do processo os pareceres favoráveis emitidos pelas entidades intervenientes no processo de licenciamento, nomeadamente ANPC, Instituto da Segurança Social, I.P. e Delegação de Saúde. -----

Chama-se ainda a atenção que o requerente terá de garantir as infra-estruturas necessárias e exigíveis neste tipo de empreendimento, em conformidade com o disposto no art.º10⁶⁰ e 11⁶¹ do Reg. do PDM. -----

a) A área bruta de construção máxima a autorizar é a que resulta da aplicação dos seguintes índices: -----

Os estabelecidos para a zona onde se localiza a parcela, quando se tratar de área disciplinada por plano de urbanização; -----
0,5 m2/m2, nos restantes casos; -----

⁵⁹ Artigo 20.º Apreciação dos projectos de obras de edificação -----

1 - A apreciação do projecto de arquitectura, no caso de pedido de licenciamento relativo a obras previstas nas alíneas c), d), e), f) e g) do n.º 2 do artigo 4.º, incide sobre a sua conformidade com planos municipais de ordenamento no território, planos especiais de ordenamento do território, medidas preventivas, área de desenvolvimento urbano prioritário, área de construção prioritária, servidões administrativas, restrições de utilidade pública e quaisquer outras normas legais e regulamentares relativas ao aspecto exterior e a inserção urbana e paisagística das edificações, bem como sobre o uso proposto. -----

⁶⁰ Artigo 10º - Infra-estruturas -----

1 - O licenciamento de qualquer construção ficará sempre condicionado à existência ou criação das infra-estruturas urbanísticas básicas, nomeadamente acesso viário, abastecimento de água potável, drenagem de esgotos, abastecimento de energia eléctrica e outras exigíveis por lei. -----

2 - Sempre que não existam, no todo ou em parte, redes públicas das infra-estruturas acima referidas, serão exigidas soluções individuais para as infra-estruturas em falta, sem prejuízo do disposto no Nº 3 do artigo seguinte. -----

3 - Quando não houver possibilidade de ligação imediata às redes públicas, as soluções individuais referidas no número anterior implantar-se-ão de modo a viabilizar a sua futura ligação àquelas redes. -----

⁶¹ Artigo 11º - Edificação fora dos perímetros urbanos e dos espaços industriais -----

1 - O licenciamento ou autorização para construir novos edifícios ou para reconverter os usos de outros preexistentes que se localizem fora dos perímetros urbanos ou dos espaços industriais, quando possíveis, não acarretarão para o município qualquer obrigação, imediata ou futura, de vir a dotá-los com infra-estruturas urbanísticas ou outros serviços que possa prestar, nomeadamente construção ou pavimentação de acessos, abastecimento de água, fornecimento de energia eléctrica, iluminação pública, redes de telecomunicações, redes de saneamento e de drenagem de águas pluviais, recolha de lixos e outros resíduos sólidos, transportes escolares ou sociais e distribuição domiciliária de correio. -----

2 - Os licenciamentos ou autorizações referidos no número anterior só serão concedidos desde que os proprietários dos edifícios em

Associação de Acção Social Santo André de Curalha pretende levar a efeito o empreendimento, construção de um Centro de Dia, necessitando da aprovação do projecto de arquitectura para candidatura a fundos comunitários, através do programa "PARES". ----

Proposta de Decisão -----

Assim, face ao exposto propõe-se a aprovação do projecto de arquitectura condicionado nos seguintes pontos: -----

1- Apresentação de certidão de registo predial; -----

2- Pareceres favoráveis das entidades intervenientes no licenciamento (ANPC; D.S; Instituto da Segurança Social, I.P.; Estradas de Portugal e Comissão de Reserva Agrícola) -----

Caso sejam supridos os condicionamentos acima referidos, deverá o requerente em conformidade com o disposto no n.º⁶² do art.º20 do diploma legal acima referido, apresentar no prazo de seis meses os projectos de especialidades, conforme o preceituado no n.º⁶³ do ponto 11, da Portaria 232/08. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/04/14. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

questão apresentem declaração expressa de que tomaram conhecimento do disposto no número anterior. -----

3 - A impossibilidade ou inconveniência de execução de soluções individuais para as infra-estruturas referidas nos números anteriores pode constituir motivo suficiente de inviabilização destas edificações por parte do município. -----

⁶² 4 - O interessado deve apresentar os projectos de engenharia das especialidades necessários à execução da obra no prazo de seis meses a contar da notificação do acto que aprovou o projecto de arquitectura caso não tenha apresentado tais projectos com o requerimento inicial -----

⁶³ 11.º Licenciamento de obras de edificação -----

5 - Os projectos da engenharia de especialidades a que se refere a alínea m) do n.º 1, a apresentar em função do tipo de obra a executar, são nomeadamente os seguintes: -----

a) Projecto de estabilidade que inclua o projecto de escavação e contenção periférica; -----

b) Projecto de alimentação e distribuição de energia eléctrica e projecto de instalação de gás, quando exigível, nos termos da lei; -

c) Projecto de redes prediais de água e esgotos; -----

d) Projecto de águas pluviais; -----

e) Projecto de arranjos exteriores; -----

f) Projecto de instalações telefónicas e de telecomunicações; -----

g) Estudo de comportamento térmico; -----

h) Projecto de instalações electromecânicas, incluindo as de transporte de pessoas e ou mercadorias; -----

i) Projecto de segurança contra incêndios em edifícios; -----

j) Projecto acústico. -----

3.15. CONSTRUÇÃO DE LAR DA 3.ª IDADE - PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA - SITO NO LUGAR VALE DE CERDEIRA DE CIMA - FREGUESIA DE VILELA DO TÂMEGA - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/04/14. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Antecedentes -----

O requerente através do requerimento n.º 564/09, vem solicitar a esta edilidade que lhe seja reconhecido o interesse publico para o desenvolvimento local relativamente à construção de um Lar Residencial e Centro de Actividades Ocupacionais para Deficientes - a levar a efeito no Lugar de Vale de Cerdeira de Cima, Freguesia de Vilela do Tâmega, e a qual esteve presente na reunião do executivo camarário de 19/03/09 tendo deliberado reconhecer o interesse publico. -----

O requerente através do requerimento n.º 900/09, vem solicitar a esta edilidade que lhe seja reconhecido o interesse publico para o desenvolvimento local relativamente à construção de um Lar de Idosos e Centro de Dia- a levar a efeito no Lugar de Vale de Cerdeira de Cima, Freguesia de Vilela do Tâmega, e a qual esteve presente na reunião do executivo camarário de 02/04/09 tendo deliberado reconhecer o interesse publico. -----

Localização -----

O terreno localiza-se no Lugar de Vale de Cerdeira de Cima, Freguesia de Vilela do Tâmega, Concelho de Chaves. -----

Enquadramento da Pretensão -----

-Com as disposições do PDM -----

De acordo com as plantas de ordenamento do Plano Director Municipal o terreno objecto de parecer insere-se na Classe 4 - Espaços Agrícolas e Florestais, e na Categoria 4.3 - Espaços Agro-Florestais e Sub-categoria 4.3.A - Espaços Agro-Florestais Comuns. -----

Segundo as plantas de condicionantes do Plano Director Municipal, possui uma servidão ou restrição de utilidade pública sobre o terreno em causa o Domínio Público Hídrico dado que o terreno é atravessado por uma linha de água. -----

Análise do Processo -----

Ora, este tipo de equipamento social - Lar de Idosos e Centro de Dia- integra-se no disposto na alínea g) do n.º 1⁶⁴ e n.º 2⁶⁵ do artigo 43 do Reg. do P.D.M, - de acordo com a natureza dos usos neles existentes, Incluem-se ainda, nesta classe os espaços destinados à futura instalação de infra-estruturas ou equipamentos dos tipos mencionados, estando por conseguinte subordinado ao cumprimento das condicionantes urbanísticas preceituadas no n.º 2⁶⁶ do art.º 48 do Reg. do PDM. -----

⁶⁴ Artigo 43º - Caracterização -----

1 - De acordo com a natureza dos usos neles existentes, os espaços para infra-estruturas e equipamentos incluem: -----

g) Áreas para outros equipamentos ou infra-estruturas localizadas fora dos perímetros urbanos. -----

⁶⁵ 2 - Incluem-se ainda nesta classe os espaços destinados à futura instalação de infra-estruturas ou equipamentos dos tipos mencionados no número anterior. -----

⁶⁶ Artigo 48º - Estatuto de utilização -----

Através do requerimento n.º 1000/09, a Santa Casa da Misericórdia de Chaves apresenta projecto de arquitectura, no qual refere, que foi solicitado parecer às entidades – ANPC; D.S e Instituto da Segurança Social, I.P. (enviando para o efeito cópias do processo afim de as mesmas se pronunciar). -----

De acordo com o documento comprovativo da titularidade, certidão de registo predial (Registado sob o n.º 00009/110985) no qual refere prédio rústico com área de 9.982,0 m². -----

A memória descritiva e justificativa refere terreno com 22.330,0 m², pelo que existe discrepância entre o registo e o levantamento topográfico do terreno em análise. -----

O edifício a construir é composto por dois pisos, r/c e andar, com área bruta de construção de 2.465,2 m². -----

O pedido em apreço, enquadra-se no disposto no art.º39 do Reg. do PDM, o qual remete para o n.º2 do art.º38 do referido diploma legal. Neste contexto, terão de ser cumpridas tais condicionantes, com excepção do disposto na alínea a) do n.º2 do art.º38 do Reg. do PDM, face ao preceituado no n.º3 do art.º 37 referido diploma. --

A edificação em causa – Lar de Idosos e Centro de Dia, é promovida por uma instituição de solidariedade Social, com o reconhecido interesse publico por este município, que se integra na classe e espaço existente, salvaguardando os recursos existentes no local, mantendo o equilíbrio da paisagem, pelo que se julga salvo melhor opinião, a pretensão poderá enquadrar-se na excepção referida no n.º3 do art.º 37 do Reg. do PDM. -----

A área bruta de construção proposta no empreendimento é de 2.465,2 m². Ora aplicando o índice proposto para o local, temos duas situações distintas: -----

- Área que consta no documento comprovativo ($0,15 \times 9.982,0 = 1.497,3$ m²), o que não respeita o índice máximo admissível proposto para o local ($2.465,2 \text{ m}^2 > 1.497,3 \text{ m}^2$); -----

- Área que consta no levantamento topográfico ($22.330,0 \text{ m}^2 \times 0,15 = 3.349,5 \text{ m}^2$) o que respeita o índice máximo admissível proposto para o local ($3.349,5 \text{ m}^2 > 2.465,2 \text{ m}^2$); -----

Assim, sendo, propõe-se que o requerente proceda à rectificação da área, de acordo com o levantamento topográfico, apresentando nova certidão de registo predial com a área rectificada, aquando da apresentação dos projectos de especialidades, de forma a viabilizar a edificabilidade proposta. -----

Informa-se que o projecto de arquitectura está instruído de acordo com o disposto no n.º1 do art.º 20⁶⁷ do Dec-Lei 555/99 e ulteriores alterações com a redacção dada pela Lei 60/07. -----

2 - Sem prejuízo das disposições legais em vigor, quando mais restritivas, e das competências de outras entidades com jurisdição sobre cada caso, não é permitida a criação de novos acessos particulares de pessoas ou veículos às vias que constituem espaços-canaís integrados na categoria 7.2 – rede rodoviária fundamental nem a construção de novas edificações em parcelas cujo único acesso automóvel à via pública se faça directamente através dos mesmos espaços, com as seguintes excepções: -----

c) Equipamentos ou infra-estruturas de apoio a serviços de utilidade pública, desde que tal decorra das exigências do seu funcionamento:

⁶⁷ Artigo 20.º Apreciação dos projectos de obras de edificação -----

No entanto, não consta do processo os pareceres favoráveis emitidos pelas entidades intervenientes no processo de licenciamento. -----
 Chama-se ainda a atenção que o requerente terá de garantir as infra-estruturas necessárias e exigíveis neste tipo de empreendimento, em conformidade com o disposto no art.º10⁶⁸ e 11⁶⁹ do Reg. do PDM. -----
 Deverá remeter-se cópia do processo à Administração da Região Hidrográfica, afim de emitir parecer sobre o atravessamento da linha de água existente no terreno. -----
 O requerente pretende levar a efeito o empreendimento, construção de um Lar de Idosos e Centro de Dia , necessitando da aprovação do

1 - A apreciação do projecto de arquitectura, no caso de pedido de licenciamento relativo a obras previstas nas alíneas c), d), e), f) e g) do n.º 2 do artigo 4.º, incide sobre a sua conformidade com planos municipais de ordenamento no território, planos especiais de ordenamento do território, medidas preventivas, área de desenvolvimento urbano prioritário, área de construção prioritária, servidões administrativas, restrições de utilidade pública e quaisquer outras normas legais e regulamentares relativas ao aspecto exterior e a inserção urbana e paisagística das edificações, bem como sobre o uso proposto. -----

⁶⁸ Artigo 10º - Infra-estruturas -----

1 - O licenciamento de qualquer construção ficará sempre condicionado à existência ou criação das infra-estruturas urbanísticas básicas, nomeadamente acesso viário, abastecimento de água potável, drenagem de esgotos, abastecimento de energia eléctrica e outras exigíveis por lei. -----

2 - Sempre que não existam, no todo ou em parte, redes públicas das infra-estruturas acima referidas, serão exigidas soluções individuais para as infra-estruturas em falta, sem prejuízo do disposto no N.º 3 do artigo seguinte. -----

3 - Quando não houver possibilidade de ligação imediata às redes públicas, as soluções individuais referidas no número anterior implantar-se-ão de modo a viabilizar a sua futura ligação àquelas redes. -----

⁶⁹ Artigo 11º - Edificação fora dos perímetros urbanos e dos espaços industriais -----

1 - O licenciamento ou autorização para construir novos edifícios ou para reconverter os usos de outros preexistentes que se localizem fora dos perímetros urbanos ou dos espaços industriais, quando possíveis, não acarretarão para o município qualquer obrigação, imediata ou futura, de vir a dotá-los com infra-estruturas urbanísticas ou outros serviços que possa prestar, nomeadamente construção ou pavimentação de acessos, abastecimento de água, fornecimento de energia eléctrica, iluminação pública, redes de telecomunicações, redes de saneamento e de drenagem de águas pluviais, recolha de lixo e outros resíduos sólidos, transportes escolares ou sociais e distribuição domiciliária de correio. -----

2 - Os licenciamentos ou autorizações referidos no número anterior só serão concedidos desde que os proprietários dos edifícios em questão apresentem declaração expressa de que tomaram conhecimento do disposto no número anterior. -----

3 - A impossibilidade ou inconveniência de execução de soluções individuais para as infra-estruturas referidas nos números anteriores pode constituir motivo suficiente de inviabilização destas edificações por parte do município. -----

projecto de arquitectura para candidatura a fundos comunitários, através do programa "PARES". -----

Proposta de Decisão -----

Assim, face ao exposto propõe-se a aprovação do projecto de arquitectura condicionado nos seguintes pontos: -----

1- Apresentação de nova certidão de registo predial com a área rectificada; -----

2- Pareceres favoráveis das entidades intervenientes no licenciamento (ANPC; D.S ; Instituto da Segurança Social, I.P. e Administração da Região Hidrográfica); -----

Caso sejam supridos os condicionamentos acima referidos, deverá o requerente em conformidade com o disposto no n.º⁷⁰ do art.º20 do diploma legal acima referido, apresentar no prazo de seis meses os projectos de especialidades, conforme o preceituado no n.º⁷¹ do ponto 11, da Portaria 232/08. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/04/14. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.16. CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM - APRESENTAÇÃO DE ELEMENTOS - EDUARDO BARROS VIDAL - SITO NA AVENIDA DA COCANHA - ZONA INDUSTRIAL - FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/03/30. -----

⁷⁰ 4 - O interessado deve apresentar os projectos de engenharia das especialidades necessários à execução da obra no prazo de seis meses a contar da notificação do acto que aprovou o projecto de arquitectura caso não tenha apresentado tais projectos com o requerimento inicial -----

⁷¹ 11.º Licenciamento de obras de edificação -----

5 - Os projectos da engenharia de especialidades a que se refere a alínea m) do n.º 1, a apresentar em função do tipo de obra a executar, são nomeadamente os seguintes: -----

a) Projecto de estabilidade que inclua o projecto de escavação e contenção periférica; -----

b) Projecto de alimentação e distribuição de energia eléctrica e projecto de instalação de gás, quando exigível, nos termos da lei; -

c) Projecto de redes prediais de água e esgotos; -----

d) Projecto de águas pluviais; -----

e) Projecto de arranjos exteriores; -----

f) Projecto de instalações telefónicas e de telecomunicações; -----

g) Estudo de comportamento térmico; -----

h) Projecto de instalações electromecânicas, incluindo as de transporte de pessoas e ou mercadorias; -----

i) Projecto de segurança contra incêndios em edifícios; -----

j) Projecto acústico. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Antecedentes -----

Através do requerimento n.º 1055/06 apresenta projecto de arquitectura para edificação de um armazém destinado a recolha de máquinas e sua manutenção, sita no lugar da Cocanha, Freguesia de Outeiro Seco, tendo sido objecto de rejeição liminar, conforme informação técnica de 29/05/06. -----

O requerente através do requerimento n.º 1955/06, vem a processo apresentar elementos, e sobre o qual recaiu o parecer de rejeição liminar, conforme informação técnica de 25/07/06. -----

O requerente através do requerimento n.º 3084/06, vem a processo apresentar projectos de especialidades, e sobre o qual recaiu o parecer técnico de 03/11/06. -----

O requerente através do requerimento n.º 3299/06, vem a processo com uma exposição e sobre o qual recaiu o parecer técnico de 28/11/06. -

O requerente através do requerimento n.º 277/07, vem a processo, novamente, apresentar elementos, e sobre o qual recaiu o parecer técnico de indeferimento em 12/02/07, o qual esteve presente em reunião do executivo camarário de 01/03/07. -----

O requerente através do requerimento n.º 1528/07, vem a processo novamente, apresentar elementos e sobre o qual recaiu o parecer técnico de 01/06/07, 22/06/07. -----

O requerente através do requerimento n.º 1202/08, vem a processo com uma exposição e sobre o qual recaiu o parecer técnico de 13/05/08. -

O requerente através do requerimento n.º 2222/08, vem a processo novamente, com uma exposição e sobre o qual recaiu o parecer técnico de 14/08/08. -----

O requerente através do requerimento n.º 4301/08, vem a processo apresentar elementos, e sobre o qual recaiu o parecer técnico de 03/02/09. -----

Localização -----

A localização do terreno situa-se no Lugar da Cocanha(faz fronteira com o loteamento industrial), na Freguesia de Outeiro Seco, em Chaves. -----

Enquadramento da Pretensão -----

-Com as disposições do PDM -----

Face à localização do terreno na planta de ordenamento do P.D.M. o terreno insere-se na Classel-Espaços Urbanos e Urbanizáveis, de acordo com as Plantas de Ordenamento do P.D.M. de Chaves. -----

-Com as orientações de estudos urbanísticos de gestão territorial -- Na parte de terreno que se insere na Classe 1 enquadra-se em três situações: -----

1.ª- Parte do terreno localiza-se em zona de R2, de acordo com as plantas de zonamento da proposta de Plano de Urbanização de Chaves⁷², estando previsto uma edificabilidade máxima de 0,8 m2/m2 (índice de ocupação), com o n.º máximo de 4 pisos acima do solo (r/c +3 andares). -----

2.ª- Existe uma faixa de terreno que se insere em Zona Livre de Protecção e Enquadramento face ao disposto nas plantas de zonamento da proposta de Plano de Urbanização de Chaves. -----

⁷²É de 1994, sendo o instrumento de planeamento em fase de concepção, cujas orientações têm sido adoptados pelos serviços técnicos desta autarquia, para efeitos de limitação das zonas previstas no n.º1 do art.º 73 do Reg. do P.D.M. -----

3.^a - Existe parte do terreno inserida na Zona industrial proposta no Loteamento Industrial, e onde se encontra implantada a edificação. -----

Foi, ainda, solicitado à DOTPU, informação sobre os instrumentos de planeamento propostos e em curso para o local, o qual emite não haver inconvenientes, desde que respeite a rede viária elaborada a para o local, conforme consta de planta apenas ao processo. -----

Análise da Pretensão -----

A aprovação da edificação em causa - armazém destinado a recolha de máquinas e sua manutenção - prende-se com a confrontação com o caminho publico, dado que o terreno não possui-a acesso viário ao tipo de empreendimento que iria ser construído. -----

Face à informação prestada em 05/03/09 pela DE, na qual refere que o armazém confronta com o arruamento executado por esta autarquia, julga-se, salvo melhor opinião, que se está em condições de se emitir parecer final sobre o processo em causa. -----

A Conservatória do Registo Predial, registado sob o n.º 3267/20060413, refere prédio rústico com área total do terreno de 4.857,0 m². -----

O projecto de arquitectura apresentado contempla uma área de implantação e de 1.400,0 m², composto por r/c (possui ainda um piso intermédio destinado a escritórios e casas de banho com área de 54,0 m²). Sendo pois a área total de construção de 1.454,0 m². -----

Assim, poderá edificar uma área máxima de 3.885,6 m² (4.857*0,8 = 3.885,6 m²), portanto inferior ao solicitado pelo requerente, que pretende edificar apenas 1.454,0 m², respeitando assim os índices propostos para o local. -----

Pelo exposto não se vê qualquer inconveniente na aprovação do projecto de arquitectura apresentado. -----

Proposta de Decisão -----

Nestes termos, propõe-se a aprovação do projecto de arquitectura. -- No entanto e face aos novos diplomas legais em vigor, deverá completar o projecto de arquitectura com os termos e declarações dos técnicos autores dos projectos de arquitectura e especialidades em conformidade com tais diplomas. -----

Deverá ainda apresentar certidão de registo predial válida. -----

Relativamente à ligação da rede de abastecimento de águas, águas pluviais e saneamento deverá o requerente apresentar planta onde conste o colector público e a respectiva ligação à mesma. -----

Deverá reformular ainda o projecto de segurança contra incêndios, bem como os demais projectos de especialidades de acordo com a legislação em vigor. -----

Em conformidade com o disposto no n.º⁷³ do art.º.20 do diploma legal acima referido, o requerente dispõe do prazo de seis meses para apresentação dos projectos de especialidades, conforme o preceituado no n.º⁷⁴ do ponto 11, da Portaria 232/08. -----

⁷³ 4 - O interessado deve apresentar os projectos de engenharia das especialidades necessários à execução da obra no prazo de seis meses a contar da notificação do acto que aprovou o projecto de arquitectura caso não tenha apresentado tais projectos com o requerimento inicial -----

⁷⁴ 11.º Licenciamento de obras de edificação -----

5 - Os projectos da engenharia de especialidades a que se refere a alínea m) do n.º 1, a apresentar em função do tipo de obra a executar, são nomeadamente os seguintes: -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/03/31. -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VII

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE SANTA CRUZ-TRINDADE - REEMBOLSO DE QUANTIAS RETIDAS. -----

Foi presente a informação nº79/DE/2009, da Técnica Responsável, Eng^a Fernanda Serra, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais: -----

A - Antecedentes -----

1.A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 162 de 22 de Agosto de 2008, concurso público tendo como objectivo a adjudicação da empreitada em epígrafe. -----

2.De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 6 de Novembro de 2008, o Município de Chaves adjudicou ao consórcio "Ferreira Construções, S.A./Edinorte, Edificações Nortenhass, S.A." a execução da referida empreitada. ----

3.O acto adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, outorgado perante o oficial público da Autarquia em 25 de Novembro de 2008. --

4.O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 4.261.633,16€ (Quatro milhões, Duzentos e sessenta e um mil, seiscentos e trinta e três euros e dezasseis cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: -----

- Tipo de Empreitada: Série de Preços; -----

a) Projecto de estabilidade que inclua o projecto de escavação e contenção periférica; -----

b) Projecto de alimentação e distribuição de energia eléctrica e projecto de instalação de gás, quando exigível, nos termos da lei; -

c) Projecto de redes prediais de água e esgotos; -----

d) Projecto de águas pluviais; -----

e) Projecto de arranjos exteriores; -----

f) Projecto de instalações telefónicas e de telecomunicações; -----

g) Estudo de comportamento térmico; -----

h) Projecto de instalações electromecânicas, incluindo as de transporte de pessoas e ou mercadorias; -----

i) Projecto de segurança contra incêndios em edifícios; -----

j) Projecto acústico. -----

- Prazo de execução da obra: 450 dias, a contar da consignação dos trabalhos. -----

B - Da execução do contrato da empreitada -----

1.0 auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado a 25 de Novembro de 2008. -----

2.A empresa adjudicatária apresentou em 15 de Dezembro de 2008 garantia bancária, no valor de 20.000,00€ com o n.º125-02-1469778 do Millennium BCP, correspondente ao reforço de 5% sobre o valor da facturação, tendo esse montante sido atingido com o auto n.º5. -----

3.A empresa adjudicatária vem, através de ofício registado nos serviços administrativos desta autarquia com o n.º 5393 em 3 de Abril de 2009, apresentar Garantia Bancária, com o n.º 36230488100133 do banco Santander Totta no valor de 30.000,00 Euros, correspondente ao reforço de 5% sobre o valor da facturação emitida através dos autos de medição n.º 5 (parcial) e seguintes. -----

C - Da proposta -----

Pelo exposto, e de acordo com o estipulado no n.º4, artigo 211º do Decreto-lei n.º 59/99 de 2 de Março, não vê esta Divisão qualquer inconveniente no deferimento do pedido do requerente. -----

Assim, pelas razões enunciadas, o executivo camarário deverá deliberar no sentido de: -----

1 - Não efectuar a retenção no auto n.º5 e seguintes até ser atingido o valor agora apresentado. -----

À consideração superior. -----

Divisão de Empreitadas, 06 de Abril de 2009. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE EMPREITADAS, ENG^a AMÉLIA RODRIGUES, DE 13/04/2009. -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENG^o JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 14/04/2009. ---

Visto. Concordo com a proposta apresentada. À consideração do Sr.Vice Presidente. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2009.04.14. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.2. ROTUNDA NO ENTRONCAMENTO DA AV. DUARTE PACHECO E AV. D.JOÃO I. PROCEDIMENTO CONCURSAL TENDENTE À ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA. -----

Foi presente a informação n.º83/DE/2009, da Chefe de Divisão, Eng^a Amélia Rodrigues, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na integra para todos os efeitos legais: -----

Para conhecimento e respectiva aprovação, apresenta-se em anexo e de acordo com o solicitado superiormente, o projecto de execução e o processo de procedimento para a execução da obra "Rotunda no Entroncamento da Av. Duarte Pacheco e Av. D.João I", elaborado pela Divisão de Empreitadas, com o intuito de se dar inicio ao procedimento concursal tendente à sua adjudicação. -----

Com o projecto de execução em referência, propõe-se a renovação do pavimento com massas betuminosas a quente, a introdução de uma rotunda no entroncamento com a Av. Duarte Pacheco e Av. D.João I, a

renovação de passeios e restauração de infra-estruturas de abastecimento de água, águas residuais domésticas, águas pluviais e electricidade, a sinalização do trânsito automóvel. -----

Assim e face ao descrito propõe-se: -----

1. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos; -----

2. Que seja autorizado pelo Executivo, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Rotunda no Entroncamento da Av. Duarte Pacheco e Av. D. João I"; ----

3. Que o valor base para a presente empreitada seja fixado em **512.799,25 Euros**, (Quinhentos e doze mil setecentos e noventa e nove euros e vinte e cinco cêntimos), acrescido do respectivo valor de IVA; -----

4. Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adoptado como procedimento prévio à contratação o Concurso Público, sem publicação no JOUE - Jornal Oficial da União Europeia; -----

5. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respectivamente: -----

a) Anúncio conforme modelo estipulado no anexo I, da Portaria nº 701 - A/2008; -----

b) Programa de Procedimento; -----

c) Caderno de Encargos; -----

d) Projecto de execução. -----

e) Plano de Segurança e Saúde -----

6. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 60 dias. -----

7. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos: -----

Presidente: Amélia Rodrigues-----

1º Vogal efectivo: Fernanda Serra -----

2º Vogal efectivo: Madalena Branco -----

Suplentes: -----

1º Vogal suplente: Vítor Pereira -----

2º Vogal suplente: Nuno Bento -----

8. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 109º do Código dos Contratos Públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com excepção do disposto no nº2 do artigo 69ª do C.C.P.; -----

9. O valor base do orçamento dos trabalhos em causa, está estimado em 512.799,25€, IVA não incluído, estando previstas as despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objectivo 3.3.1 - MC/07010401/0202/2002/195. -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o nº 1 do artigo 71 da Lei 169/99, 18 de Setembro. -----

Divisão de Empreitadas, 13 de Abril de 2009. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F. CARNEIRO, DE 14/04/2009. ---

Visto. Concordo com a proposta apresentada. Á consideração do Sr. Vice Presidente. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2009.04.14. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

1.3. RODOVIA DE ACESSO PRIORITÁRIO - A24 / HOSPITAL - LANÇO 1 (TROÇO 1 E 2) E RUA DA FONTE DO LEITE. PROCEDIMENTO CONCURSAL TENDENTE À ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA. -----

Foi presente a informação nº82/DE/2009, da Chefe de Divisão, Eng^a Amélia Rodrigues, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais: -----

1. Antecedentes -----

Arruamento de Ligação da Fonte do Leite à rotunda de Acesso à A24 (Rua da Fonte do Leite) -----

O Projecto de execução de "Arruamento de Ligação da Fonte do Leite à rotunda de Acesso à A24 (Rua da Fonte do Leite)" foi aprovado em reunião de câmara de 3 de Abril de 2008. -----

Foi realizado o concurso público publicado em Diário da Republica em 24 de Abril de 2008. -----

Para a concretização do referido projecto, tornou-se necessário proceder à expropriação de várias parcelas de terreno, processo que se tornou muito mais moroso do que seria de esperar. Aguardando a resolução das expropriações a referida obra não chegou a ser objecto de adjudicação. -----

A justificação para a inexecução da adjudicação, repousa na não disponibilização de terrenos para a execução da obra. -----

O procedimento encontra-se então caducado, dado que o prazo de validade das propostas caducou, de acordo com os nºs 1 e 3 do artigo 104º do Decreto Lei nº 59/99 de 2 de Março, e nenhuma das propostas é boa para adjudicação, dado encontrarem-se fora de validade. -----

Rodovia de Acesso Prioritário - A24/Hospital - Lanço 1 (Troços 1 e 2) -----

Em Reunião de Câmara de 17 de Julho de 2008, foi aprovado a projecto de execução e deliberado abrir concurso na obra "Rodovia de Acesso Prioritário - A24/Hospital - Lanço 1 (Troços 1 e 2). O referido concurso, foi aberto com base no Documento Legal em vigor, ou seja o Decreto-lei nº 59/99, de 2 de Março. Essa deliberação não teve qualquer execução, dado que o referido concurso, nunca chegou a ser publicitado. -----

Tendo, já decorrido um período de tempo considerável, e dado que se encontra em vigor, nova legislação, sobre a Contratação Pública, não faz qualquer sentido, proceder á divulgação de este concurso ao abrigo de uma Legislação revogada desde 29 de Julho de 2008. -----

Proposta: -----

- Deve-se considerar sem efeito o procedimento "Arruamento Ligação da Fonte do Leite à Rotunda de Acesso à A24 (rua da Fonte do Leite)", devendo ser notificados todos os interessados, da presente decisão; -----

- Deve ser revogada a decisão administrativa da abertura do concurso da obra "Rodovia de Acesso Prioritário - A24/Hospital - Lanço 1 (Troço 1 e 2)"; -----

- Dado que as duas obras, se interligam, salvo melhor opinião, propõe-se a fusão em uma obra única, a designar por "Rodovia de Acesso Prioritário - A24/Hospital - Lanço 1 (Troço 1 e 2) e Rua da Fonte do Leite "; -----

Assim e face ao descrito, propõe-se ainda: -----

1. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos; -----

2. Que seja autorizado pela Executivo, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Rodovia de Acesso prioritário - A24/Hospital - Lanço 1 (Troço 1 e 2) e Rua da Fonte do Leite"; -----

3. Que o valor base para a presente empreitada seja fixado em **4.115.000,00 Euros**, (quatro milhões, cento e quinze mil euros), acrescido do respectivo valor de IVA; -----

4. Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adoptado como procedimento prévio à contratação o Concurso Público, sem publicação no JOUE - Jornal Oficial da União Europeia; -----

5. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respectivamente: -

a) Anúncio conforme modelo estipulado no anexo I, da Portaria nº 701 - A/2008; -----

b) Programa de Procedimento; -----

c) Caderno de Encargos; -----

d) Projecto de execução. -----

e) Plano de Segurança e Saúde -----

6. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 365 dias. -----

7. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos: -----

Presidente: Amélia Rodrigues -----

1º Vogal efectivo: Fernanda Serra -----

2º Vogal efectivo: Madalena Branco -----

Suplentes: -----

1º Vogal suplente: Vítor Pereira -----

2º Vogal suplente: Nuno Bento -----

8. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 109º do Código dos Contratos Públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com excepção do disposto no nº2 do artigo 69ª do C.C.P.; -----

9. O valor base do orçamento dos trabalhos em causa, está estimado em 4.115.000.00€, IVA não incluído, estando previstas as despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objectivo 3.3.1 - MC/070 10 401/0826/2007/07. -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o nº 1 do artigo 71 da Lei 169/99, 18 de Setembro. -----

Divisão de Empreitadas, 13 de Abril de 2009. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F. CARNEIRO, DE 14/04/2009. ---

Visto. Concordo com a proposta apresentada. Á consideração do Sr. Vice Presidente. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2009.04.14. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

1.4. PAVIMENTAÇÃO DO BAIRRO DO CASARELHO E DA EIRA DO POVO - COUTO DE ERVEDEDO. PROCEDIMENTO CONCURSAL TENDENTE À ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA. -----

Foi presente a informação nº80/DE/2009, da Chefe de Divisão, Eng^a Amélia Rodrigues, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais: -----

Para conhecimento e respectiva aprovação, apresenta-se em anexo e de acordo com o solicitado superiormente, o projecto de execução e o processo de procedimento para a execução da obra "Pavimentação do Bairro do Casarelho e da Eira do Povo - Couto de Ervededo", elaborado pela Divisão de Empreitadas, com o intuito de se dar início ao procedimento concursal tendente à sua adjudicação. -----
Com o projecto de execução em referência, propõe-se a execução de drenagens, a construção de um muro de suporte e pavimentação betuminosa. -----

Assim e face ao descrito propõe-se: -----

1. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos; -----
2. Que seja autorizado pela Executiva, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Pavimentação do Bairro do Casarelho e da Eira do Povo - Couto de Ervededo"; -----
3. Que o valor base para a presente empreitada seja fixado em **180.000,00 Euros**, (cento e oitenta mil euros), acrescido do respectivo valor de IVA; -----
4. Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adoptado como procedimento prévio à contratação o Concurso Público, sem publicação no JOUE - Jornal Oficial da União Europeia; -----
5. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respectivamente: -
 - a) Anúncio conforme modelo estipulado no anexo I, da Portaria nº 701 - A/2008; -----
 - b) Programa de Procedimento; -----
 - c) Caderno de Encargos; -----
 - d) Projecto de execução. -----
 - e) Plano de Segurança e Saúde -----
6. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 60 dias. -----
7. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos: -----
Presidente: Amélia Rodrigues -----
1º Vogal efectivo: Fernanda Serra -----
2º Vogal efectivo: Vitor Pereira -----
Suplentes: -----
1º Vogal suplente: Madalena Branco -----
2º Vogal suplente: Nuno Bento -----
8. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 109º do Código dos Contratos Públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com excepção do disposto no nº2 do artigo 69º do C.C.P.; -----
9. O valor base do orçamento dos trabalhos em causa, está estimado em 180.000.00€, IVA não incluído, estando previstas as despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objectivo 3.3.1 - MC/07010401/0202/2002/195. -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o nº 1 do artigo 71 da Lei 169/99, 18 de Setembro. -----

Divisão de Empreitadas, 13 de Abril de 2009. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F. CARNEIRO, DE 14/04/2009. ---

Visto. Concorde com a proposta apresentada. À consideração do Sr. Vice Presidente. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2009.04.14. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2- SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- HIGIENE PÚBLICA

4- CEMITÉRIOS

5- PROTECÇÃO CIVIL

6- DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO

7- COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

8- DEFESA DO MEIO AMBIENTE

9- CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES

10- SEGURANÇA PÚBLICA

11- ILUMINAÇÃO PÚBLICA

12- TERMAS

13- ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

VIII EXPROPRIAÇÕES

IX DIVISÃO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO

1. PEDIDO DE ANULAÇÃO DE FACTURA DE ÁGUA. HORÁCIO MORAIS PEREIRA. INFORMAÇÃO DA DAP DE 07/04/2009. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, subscrita pelo Chefe de Secção da D.A.P., Maria José Vila Nova, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Da exposição -----

HORÁCIO MORAIS PEREIRA, com habitação sita na Travessa Direita da rua do Pinhal, nº. 3 - Stº. Estêvão - Chaves, com a Instalação de água nº. 7140, vem expôr que foi confrontado com uma factura de consumo de água do mês de Outubro/2008, no valor de 1.255,46 €, correspondente 344 m3, ocasionados por uma rotura, não detectada em tempo útil, por ser emigrante e residir em França, facto que só mais tarde detectou através de consulta do seu extrato bancário, pelo que vem, através do requerimento com registo de entrada nº. 5495, de 2009.04.06, solicitar "a revisão do valor debitado", no sentido de não ser penalizado, solicitando o pagamento da água gasta ao preço do escalão mais baixo. -----

Dos Factos -----

Na realidade, após ser constatado pelo fiscal de leituras, que havia um consumo exagerado de água, na instalação com o CIL 7140, o Assistente Operacional, Sr. Carlos Frutuoso, deslocou-se ao local, tendo verificado a veracidade dos factos, mantendo-se a instalação do contador em bom funcionamento tendo sido detectada uma rotura após o contador, no momento já resolvido o problema. -----

Do Direito -----

De acordo com o estipulado no artigo 23 do Decreto-Lei nº. 207/94, de 6 de Agosto, a Conservação dos sistemas prediais, é da responsabilidade dos proprietários. -----

Nesta conformidade, a rotura na instalação, é da responsabilidade do consumidor, **HORÁCIO MORAIS PEREIRA**, proprietário da instalação. ----

Da Petição -----

Tendo em linha de conta o que é exposto, propõe-se que o assunto seja agendado para uma próxima reunião de Câmara, no sentido de ser deliberado sobre a petição, com as seguintes hipóteses: -----

- a)** Indeferir a pretensão da requerente, tendo em linha de conta o referido na parte que diz respeito à norma legislativa em vigor; ---
- b)** Anulação da factura e emissão de uma nova, tomando como valor do consumo de 344 m3, cobrando-se 5 m3 ao 1º. Escalão, isto é 0,38 € e os restantes metros cúbicos (339 m3) ao 2º. Escalão (0,70 €), acrescidos das quotas de disponibilidade referente à água, saneamento e resíduos sólidos, do mês de Outubro/2008. -----
- c)** Anulação da factura e emissão de uma nova, tomando como valor do consumo de 344 m3, cobrando-se ao 1º. Escalão, isto é, 0,38€/m3, acrescidos das quotas de água, saneamento e resíduos sólidos. -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o nº. 1 do Artº. 71, da Lei 169/99, de 18/9. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQTº. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 09.04.2009. -----

Visto. À Reunião de Câmara para deliberação. Proponho a aprovação da hipótese da alínea b). -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a alínea b) da informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE ANULAÇÃO DE FACTURA DE ÁGUA. VANDA MARIA DE ALMEIDA LACERDA DE ABREU ALEGRIA MARTINS. INFORMAÇÃO DA DAP DE 07/04/09. ---

Foi presente a informação identificada em epígrafe, subscrita pelo Chefe de Secção da D.A.P., Maria José Vila Nova, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Da exposição

Vanda Maria de Almeida Lacerda de Abreu Alegria Martins, na qualidade de herdeira de JOSÉ MANUEL OLIVEIRA ABREU, cliente de água com o CIL 9788, respeitante à habitação sita na Estrada Nacional 2, nº. 26 - Vidago - Chaves, vem expôr que foi confrontada com uma factura de consumo de água do mês de Março/2009, no valor de 34,87 €, correspondente 27 m3, ocasionados por avaria de uma torneira exterior à habitação que rebentou com o gelo, não detectada em tempo útil, por a casa ser habitada esporadicamente, facto que só mais tarde detectou aquando do recebimento da facturação, pelo que vem, através do requerimento com registo de entrada nº. 5496, de 2009.04.06, solicitar "a revisão do valor debitado", no sentido de não ser penalizado, solicitando o pagamento da água gasta ao preço do escalão mais baixo.

Dos Factos

Na realidade, após ser constatado pelo fiscal de leituras, que havia um consumo exagerado de água, na instalação com o CIL 9788, o Assistente Operacional, Sr. Carlos Frutuoso, deslocou-se ao local, tendo verificado a veracidade dos factos, mantendo-se a instalação do contador em bom funcionamento tendo sido detectado o rebentamento da torneira após o contador, no momento já resolvido o problema. ---

Do Direito

De acordo com o estipulado no artigo 23 do Decreto-Lei nº. 207/94, de 6 de Agosto, a Conservação dos sistemas prediais, é da responsabilidade dos proprietários. ---

Nesta conformidade, a rotura na instalação, é da responsabilidade da consumidora, Vanda Maria de Almeida Lacerda de Abreu Alegria Martins, proprietária da instalação. ---

Da Petição

Tendo em linha de conta o que é exposto, propõe-se que o assunto seja agendado para uma próxima reunião de Câmara, no sentido de ser deliberado sobre a petição, com as seguintes hipóteses: ---

- a) Indeferir a pretensão da requerente, tendo em linha de conta o referido na parte que diz respeito à norma legislativa em vigor; ---
- b) Anulação da factura e emissão de uma nova, tomando como valor do consumo de 27 m3, cobrando-se 5 m3 ao 1º. Escalão, isto é 0,38 € e os restantes metros cúbicos (22 m3) ao 2º. Escalão (0,70 €), acrescidos das quotas de disponibilidade referente à água, saneamento e resíduos sólidos, do mês de Março/2009. ---
- c) Anulação da factura e emissão de uma nova, tomando como valor do consumo de 27 m3, cobrando-se ao 1º. Escalão, isto é, 0,38€/m3, acrescidos das quotas de água, saneamento e resíduos sólidos. ---

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o nº. 1 do Artº. 71, da Lei 169/99, de 18/9. ---

À consideração superior. ---

A presente informação mereceu parecer favorável do Chefe da D.A.P., Engº. Baltazar. ---

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQTº. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 09.04.2009. ---

Visto. À Reunião de Câmara para deliberação. Proponho a aprovação da hipótese da alínea b). ---

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a alínea b) da informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. ---

X
DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

XI
FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

1. CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO, EM REGIME DE SERVIÇO PÚBLICO, DA REDE DE TRANSPORTES COLECTIVOS URBANOS DE PASSAGEIROS NA ÁREA DA SEDE DO CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA D.O.T.P.U. DO ENGº ABEL PEIXOTO. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

INFORMAÇÃO: -----

1. Enquadramento da proposta -----

Por determinação superior, a DOTPU foi incumbida de elaborar um estudo preliminar para a implementação de duas linhas de transportes colectivos urbanos de passageiros na área da sede do concelho de Chaves e de organizar uma proposta para a abertura do concurso público para a "concessão, em regime de serviço público, da rede de transportes colectivos urbanos de passageiros na área da sede do concelho de Chaves". -----

Face à inexistência de dados resultantes de inquéritos à mobilidade da população residente na sede do concelho de Chaves, as duas linhas, cuja exploração se pretende conceder, foram definidas através de um estudo preliminar, cujos resultados se apresentam no "Anexo 2" do Caderno de Encargos apenso à presente informação, efectuado em software SIG pelos serviços técnicos desta Divisão, tendo por base: -----

- A rede viária municipal existente com características geométricas que permitam a movimentação do material circulante pretendido; -----
- Os dados recolhidos da base de dados publicada pelo INE, referente aos CENSOS 2001 (população residente nas subsecções estatísticas); -
- A localização e importância dos principais pólos de geração e atracção de tráfego urbano; -----
- Os dados fornecidos pela Empresa "Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, EM", relativos à velocidade comercial da linha actualmente em exploração. -----

2. Justificação da necessidade de conceder a exploração da rede de transportes -----

A rede de transportes públicos urbanos actualmente em funcionamento é constituída por uma única linha que serve um número de habitantes inferior de 8000, terminando a exploração da mesma no próximo dia 1 de Setembro de 2009. -----

Tal rede de transportes actualmente em funcionamento apresenta uma cobertura deficitária, face à morfologia, ao número de habitantes e à extensão da área urbana, tornando-se necessário melhorar os níveis de cobertura e de mobilidade da população residente na área da sede do concelho de Chaves, numa relação o mais equilibrada possível entre os custos e os benefícios. -----

Além disso é também necessário elevar os níveis de atractividade, operacionalidade, qualidade, segurança e conforto, quer para os passageiros convencionais, quer para as pessoas com mobilidade reduzida ou deficiências motoras. -----

Por outro lado, a exploração do serviço em causa consubstancia uma complexidade e especificidade técnicas para as quais, em nosso entender, os serviços da Câmara não estarão vocacionados e, por sua vez, existem empresas especializadas que poderão, de forma mais eficiente, garantir a gestão e exploração deste tipo de serviço, mediante uma concessão. -----

Neste contexto, de acordo com estudos preliminares realizados, estima-se que o serviço a concessionar representará um encargo financeiro para a autarquia no montante de 250.000€ (Duzentos e cinquenta mil euros) anuais, durante um período de concessão de 10 (Dez) anos. -----

Tal encargo anual estimado (250.000€) com o contrato de concessão tem enquadramento orçamental nos documentos previsionais em vigor para o exercício económico de 2009, na rubrica económica de despesas 020210. -----

De acordo com as regras constantes no do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º18/2008 de 29 de Janeiro, o montante do encargo financeiro e respectivo objecto do contrato, obrigam a um procedimento de concurso público. -----

Para salvaguarda dos interesses do Município, tal concessão deve estabelecer, como responsabilidades e encargos da concessionária, todos os serviços necessários à exploração, gestão e manutenção do serviço, nomeadamente: -----

a) A construção, aquisição e/ou aluguer, a manutenção, a conservação e a limpeza das instalações físicas de apoio à exploração do serviço, tais como, os escritórios para instalar os serviços técnicos e administrativos, os pontos de venda ao público dos títulos de transporte, o local para recolha do material circulante, bem como dos bens que a integrem, necessários ao seu normal funcionamento; -----

b) A aquisição, manutenção, reparação, conservação e limpeza do material circulante (autocarros) e respectivo equipamento acessório, nomeadamente, o "Sistema Inteligente de Transportes", o "Sistema de Gestão de Frotas e outros necessários à exploração do serviço previstos no caderno de encargos em anexo; -----

c) A manutenção, reparação, conservação e limpeza dos equipamentos existentes de apoio aos utentes, nomeadamente, os painéis com informação de local de paragem e os abrigos das paragens (estão incluídos apenas os equipamentos que servem a actual linha em exploração e que podem ser dedicados às novas Linhas a estabelecer);

d) O fornecimento, colocação, manutenção, reparação, conservação e limpeza do novo equipamento de apoio necessário à exploração, nomeadamente: novos abrigos das paragens e novos painéis com informação de local de paragem, quando, por falta de espaço público disponível, a colocação dos abrigos não seja viável num curto prazo;

e) A exploração, por parte da concessionária, da publicidade nos veículos e nos abrigos das paragens afectas às Linhas a estabelecer;

f) Edição, venda e recolha dos títulos de transporte; -----

g) A realização de inquéritos anuais de satisfação do cliente; -----

h) A promoção do serviço junto da população, nomeadamente nos órgãos de comunicação social locais; -----

i) A criação, gestão e manutenção de um "site" de promoção do serviço na internet onde constem, entre outros, os itinerários, os horários e os preços dos serviços prestados. -----

Considera-se excluído do âmbito da concessão a aquisição dos terrenos necessários para a colocação dos abrigos das paragens. ----

3. Aspectos procedimentais -----

Para dar cumprimento ao estabelecido na alínea b), do n.º 1, do artigo 40º do CCP o programa do procedimento e o caderno de encargos correspondente seguem em anexo à presente proposta. -----

O presente procedimento requer autorização da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea q), n.º 1, do artigo 64º, da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e ulteriores alterações. -----

Nos termos do n.º 1, do artigo 67.º, do CCP, o procedimento para formação do contrato deve ser conduzido por um júri, a designar pelo Órgão competente para autorizar a despesa. Para os devidos efeitos, propõe-se a composição de um Júri, sendo este integrado pelos seguintes membros efectivos e suplentes: -----

Membros efectivos: -----

Dr. Marcelo Delgado - Presidente do júri -----

Arq. Rodrigo Moreira -----

Dra. Márcia Barreira -----

Eng. Abel Peixoto -----

Dr. Pedro Silva -----

Membros suplentes: -----

Arq. Ana Isabel Augusto -----

Eng. Guilherme Tomás -----

O prazo de entrega para apresentação das propostas e os critérios de adjudicação estão definidos no Programa do Procedimento que segue em anexo a esta informação. -----

4. Proposta de decisão -----

Tendo em consideração o exposto, propõe-se ao Executivo Municipal a adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

Decidir sobre a necessidade e oportunidade de concessionar, em regime de serviço público, a rede de transportes colectivos urbanos de passageiros da área da sede do concelho de Chaves, conforme proposta por estes serviços; -----

Aprovar o prazo da concessão proposto (10 anos) e o encargo financeiro estimado com a concessão do serviço (250.000€); -----

Designar os membros do júri, em consonância com proposto nesta informação; -----

Autorizar a abertura do presente concurso público, o qual se deverá reger pelo Programa de Concurso e Caderno de Encargos apensos a esta informação, os quais aqui se dão por integralmente reproduzidos para efeitos de aprovação; -----

Solicitar à Assembleia Municipal a competente autorização, nos termos da alínea q), n.º 1, do artigo 64º, da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e ulteriores alterações; -----

Determinar que os procedimentos sejam conduzidos pela Secção de Aprovisionamento, adstrita à Divisão de Gestão Financeira, Económica e Patrimonial, recomendando-se máxima prioridade tendo em conta os prazos impostos. -----

À consideração superior -----

Chaves, 14 de Abril de 2009 -----

O técnico superior -----

(Abel Peixoto, engenheiro civil) -----

Anexos: -----

- Programa do Procedimento, -----

- Caderno de Encargos. -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PLANEAMENTO URBANÍSTICO, ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 14.04.09. -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria pelo que merece a minha concordância.- Neste contexto, proponho ao Sr. Vice-presidente, no uso de competências delegadas, que submeta o presente processo a reunião do executivo municipal para, nos precisos termos da informação técnica, deliberar: -----

- Decidir sobre a necessidade e oportunidade de concessionar, em regime de serviço público, a rede de transportes colectivos urbanos de passageiros da área da sede do concelho de Chaves, conforme proposta por estes serviços; -----

- Aprovar o prazo da concessão proposto e o encargo financeiro estimado com a concessão do serviço; -----

- Designar os membros do júri, em consonância com proposto nesta informação; -----

- Autorizar a abertura do concurso público, o qual se deverá reger pelo Programa de Concurso e Caderno de Encargos apensos a esta informação; -----

- Solicitar à Assembleia Municipal a competente autorização, nos termos da alínea q), nº 1, do artigo 64º, da lei nº 169/99, de 18 de Setembro, e ulteriores alterações; -----

- Determinar que os procedimentos sejam conduzidos pela Secção de Aprovisionamento, adstrita à Divisão de Gestão Financeira, Económica e Patrimonial, recomendando-se máxima prioridade tendo em conta os prazos impostos. -----

À consideração do Senhor Vice-Presidente -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2009.01.05. -----

Visto. Concordo. À reunião de câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

XII

EMPRESAS MUNICIPAIS

XIII

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. ALTERAÇÃO N.º 05 AO ORÇAMENTO DA DESPESA E N.º 05 AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO. MODIFICAÇÃO N.º 05. PARA CONHECIMENTO. INFORMAÇÃO DA DGFEF. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º4. -

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.2. PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2008. INFORMAÇÃO N.º 17/DGFEP/2009. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Antecedentes e Justificação -----

1 - Considerando que o Decreto.-Lei n.º54-A/99 de 22 de Fevereiro rectificado pela Lei n.º 162/99 de 14 de Setembro e alterado pelos diplomas Dec.-Lei n.º 315/2000 de 2 de Dezembro, Dec.-Lei n.º 26/2002 de 14 de Fevereiro e Dec.-Lei n.º 84-A/2002 de 5 de Abril aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL); -----

2 - Considerando que se entende por prestação de contas, o inventário dos actos económicos e/ou financeiros passados, bem como o instrumento controlador da execução do orçamento e da gestão autárquica; -----

3 - Considerando, também, que a prestação de contas, na senda do evidenciado no ponto anterior, deve ser espelho dos documentos previsionais, os quais aprovaram, em tempo oportuno, os fundamentos para o desenvolvimento da actividade autárquica; -----

4 - Considerando que no ponto 2 das considerações técnicas do POCAL são definidas as normas e especificidades técnicas relevantes que devem ser tidas em consideração aquando da elaboração dos documentos de prestação de contas a elaborar pelo Município; -----

5 - Considerando que o aludido diploma dispõe como documentos de prestação de contas: o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Mapas de Execução Orçamental, os Anexos às Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão; -----

6 - Considerando que a prestação de contas das Autarquias Locais deve obedecer e ser apresentada, em modelos uniformes, de acordo quer com o estipulado pelos pontos 5, 7 e 8 das considerações técnicas do POCAL, quer com o estipulado pela Resolução do Tribunal de Contas n.º 4/2001, de 18 de Agosto; -----

7 - Considerando que o órgão executivo da Autarquia deverá, à luz do disposto no artigo 47º, da Lei n.º2/2007, de 15 de Janeiro - Lei das Finanças Locais, apresentar os documentos de prestação de contas ao respectivo órgão deliberativo, de modo a que este os aprecie em sessão ordinária, no mês de Abril do ano seguinte àquele a que respeitam; -----

8 - Considerando que, no cumprimento da alínea c), do artº 27, da Lei 53-F, de 29 de Dezembro de 2006, a qual aprovou o Regime Jurídico do sector Empresarial Local, devem as empresas municipais facultar os documentos de prestação anual de contas, à Câmara Municipal para acompanhamento e controlo; -----

9 - Considerando que, nos termos do nº 3, do artº 48, da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro - Lei das Finanças Locais, compete ao auditor externo que procede anualmente à revisão legal de contas, "*...emitir parecer sobre as contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou pela Assembleia Municipal.*"; -----

10 - Considerando, por último, que as contas do Município deverão ser remetidas, pelo órgão executivo, independentemente da sua apreciação pelo órgão deliberativo, ao Tribunal de Contas, até 30 de

Abril, de acordo com o artº 51º, da Lei das Finanças Locais, e à CCDRN, (artº 6º do POAL), ao INE e à Direcção-Geral do Orçamento (artº 7º e 8º do POAL), no prazo de 30 dias após aprovação pelo Órgão executivo; -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Ex. Sr. Presidente da Câmara a adopção da seguinte estratégia procedimental com vista à concretização do objectivo em causa, ou seja, aprovar as contas relativas à gerência de 2008: -----

a) Que, numa primeira fase, a presente proposta seja agendada para reunião de Executivo Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação dos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2008, as quais integram as contas da GEMC, E.E.M; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do executivo camarário, deverá a mesma, à luz das disposições combinadas previstas nas alíneas c), do n.º 2, do artigo 53º e na alínea a), do n.º 6 do artigo 64º, todos da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, ser remetida para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, a ter lugar durante o mês de Abril, com vista ao seu sancionamento pelo aludido órgão deliberativo; -----

c) Que, se remeta às entidades referidas e dentro dos prazos legalmente estipulados, um exemplar de todos os documentos integrantes da prestação de contas da gerência de 2008, ora em aprovação. -----

Chaves, 9 de Abril de 2009 -----

A Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Económica e Patrimonial, --
(Márcia B. Santos, Dra.) -----

Em anexo: Balanço a 31 de Dezembro de 2008, Demonstração de Resultados do exercício económico de 2008, Mapas de Execução Orçamental da gerência de 2008, Anexos às Demonstrações Financeiras anteriormente mencionadas e o Relatório de Gestão de 2008. -----
Parecer sobre as contas do exercício, emitido pelo Revisor Oficial de Contas. -----

Relatório e contas da GEMC, EM de 2008 -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2009.04.13. -----

Visto. Concorro com a estratégia procedimental sugerida na presente informação. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DR. JOÃO BATISTA DE 2009.04.13. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, Dra. Maria Aline da Silva Ferreira Caetano, Dr. Luís Manuel Areias Fontes e Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, aprovar a referida proposta. -----
Sobre este assunto, os Vereadores do Partido Socialista, apresentaram a seguinte declaração: -----

"1. Os Vereadores do Partido Socialista de Chaves afirmaram, quando foram chamados a pronunciarem-se sobre o plano e orçamento para 2008 apresentados pelo PSD, que os mesmos não evidenciavam a visão e a estratégia mais acertadas para promover e alcançar o desenvolvimento local e para melhor satisfazer as necessidades e os interesses dos flavienses. Dissemos, ainda, que o orçamento da receita era fantasioso, pois estava empolado quase para o dobro do previsto, que

a capacidade de gerar receita própria era insuficiente e inconsistente e que a componente de despesa corrente assumia valores desproporcionados face às funções e serviços prestados. -----

1. Dissemos ainda que o orçamento não era rigoroso, que previa receitas que já se sabia de antemão que nunca existiriam, que eram uma ficção e apenas serviam como instrumento lamentável, para conseguir o equilíbrio orçamental (entre despesa total e receita total e entre despesa corrente e receita corrente). -----

2. Para comprovar esta falta de verdade, o Sr. Presidente da Câmara mandou que os serviços municipais inscrevessem no orçamento da receita corrente para o ano de 2008, cujas contas agora se apreciam, a título de dividendos e participações nos lucros da EHATB **€ 2.000.000,00**, mas verifica-se, agora, que conseguiu arrecadar, pasmem-se **€0,00**, ou seja aquilo que o PS afirmou, que esta receita nunca seria conseguida veio mais uma vez a confirmar-se. -----

3. Na componente da receita de capital, a Câmara Municipal previa arrecadar **€ 29.837.187,50**, mas, dizem-nos agora as contas, que o resultado foi de **€ 16.244.532,81**, ou seja, revelou uma capacidade de execução, relativamente à previsão do orçamento, de **54,4%**. -----

4. Da análise das contas de 2008 pode ainda concluir-se que o executivo autárquico, apenas conseguiu bom resultados nas receitas provenientes de impostos directos, ou seja, de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e Imposto Único de Circulação (IUC), o mesmo é dizer quando toca a "ir aos bolsos dos flavienses", pois, nesse aspecto, a execução foi de 135,5%. Nesta componente previa arrecadar **€ 3.755.650,12** e afinal arrecadou **€ 5.089.596,38**.-----

5. Já quanto aos resultados das despesas com pessoal verificamos que este executivo gasta de ano para ano cada vez mais dinheiro, ou seja **€ 9.780.494,45**, apesar de apenas ter conseguido pagar **€ 9.292.854,15**, pois deixou compromissos por pagar no valor **€ 487.640,30** à ADSE. -----

6. Mas a situação mais grave tem a ver com o facto de a Câmara Municipal, em 2008, ter comprometido (gastou, mas não pagou), **€ 15.018.832,28** de despesa corrente, ou seja, a Câmara, para fintar as contas, gastou, a título de despesa corrente, **€ 51.531.748,14**, mas pagou apenas **€ 36.512.915,86**, sendo a diferença entre o comprometido e o pago, no montante de **€ 15.018.832,28**. -----

7. Convirá ainda assinalar que, na dívida de curto prazo, o município deve só à **RESAT € 2.403.466,37**, será, talvez, por isso, que a Câmara de Chaves não consegue exigir bons serviços! -----

8. A execução global das Opções do Plano é simplesmente sofrível, pois a execução financeira anual global foi de **51,72%**, os investimentos previstos para levar a efeito em 2008 eram de **€ 24.427.184,02**, mas a execução efectiva ficou-se pelos **€ 12.632.730,80**. A título de exemplo nas funções sociais a previsão era de investir **€ 10.725.459,77**, mas o executado ficou pelos **€ 5.502.118,12**, revela uma execução financeira anual de **51,30%**. -----

9. O Plano e Orçamento para 2008 foi, como se pode verificar agora na prestação de contas, foi um documento habilidoso e fantasioso para, em termos formais, assegurar o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, ou seja que as despesas correntes sejam cobertas pelas receitas correntes. Parece que não era preciso ter "dons adivinhatórios", nem ter grandes conhecimentos de gestão, pois bastaria apenas consultar as contas dos anos anteriores, e possuir

bom senso e rigor, para a previsão da receita e despesa total terem ficado em níveis aceitáveis e credíveis. -----

10. Esta pretação de contas espelha bem o sinal do rigor, da ponderação e da precisão desta gestão, prevê muito, mas executa pouco. Com esta visão e esta capacidade de gestão, evidenciada pela PSD na Câmara, o futuro e o desenvolvimento do concelho está certamente comprometido." -----

Relativamente às Contas apresentadas pela Empresa Municipal Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, E.E.M., Vereadores do Partido Socialista, apresentaram a seguinte declaração: -----

"O Relatório e Contas da Empresa Municipal evidencia um subsídio à exploração, no valor de € 200 000,00, atribuído pela Câmara Municipal, o que tem acontecido todos os anos, desde a sua criação (2004). -----

Tal subsídio é atribuído com base na cláusula 23ª dos Estatutos da Empresa, permitindo-lhe assim atingir, sempre, o equilíbrio financeiro. -----

Os Vereadores do PS têm mostrado oposição à atribuição continuada, e de montante variável, de tal subsídio por entenderem que esta medida se torna penalizadora para os munícipes, pelos elevados recursos que absorve, tendo em conta que as actividades que a empresa desenvolve são todas pagas pelos utilizadores, nomeadamente: as Termas, as Piscinas do Rebentão e os parcometros. Por outro lado, é demonstrativa da ineficácia da sua gestão e pouco motivadora para a mesma já que, por esta via, os objectivos são facilmente atingidos.

Registamos, como favorável, a apresentação em simultâneo das contas da Câmara e da Empresa, por nos permitir uma análise conjunta e, consequentemente, mais objectiva." -----

Em resposta a declaração apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista, o Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, teceu os seguintes comentários: -----

"Contra factos não há argumentos: 2008 foi ano de crucial importância no percurso de desenvolvimento do Município de Chaves. - Terminaram obras de referência: -----

- Margens do Tâmega; -----
- Centro Cultural; -----
- Parque Multiusos; -----
- Múltiplas intervenções nas freguesias... -----
- 1. Lançaram-se novas obras de especial relevância para o futuro:
 - Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade; -----
 - Acessos da auto-estrada à cidade; -----
 - Requalificação de vias públicas (por exemplo na Zona Industrial da Cocanha); -----

• Mercado de Gado, entre outras. -----

2. Fomos extraordinariamente competitivos no acesso às verbas disponíveis no QREN e Interreg. Conseguimos: -----

• Regeneração Urbana - Programa "Mais Chaves" (Centro de apoio/serviços e Pousada da Juventude na Madalena, Parque de Estacionamento entre a Rua de Santo António e a Rua do Olival, Centro de Ciência Viva, Parque de Exposições Expoflávia, ...) - 10 milhões de euros; -----

- Centros Escolares - 6 milhões de euros; -----
- Contratualização (Balneário de Vidago e Acesso da A24 à cidade) - 8 milhões; -----

- Modernização Administrativa - 500 mil euros; -----
 - Interreg (Eurocidade, Energia, Estrada para Montalegre) - 3 milhões de euros. -----
- O Plano e Orçamento tiveram a maior execução global de sempre: 70% (mais de 36 milhões de euros). -----
- a) Uma poupança corrente de 2 milhões (que passaram de receita corrente para despesa de investimento); -----
- b) Receitas próprias do Município a ultrapassar 50% das receitas totais. Os impostos representam apenas 13% dessas receitas totais. Baixámos a taxa do IMI, isentámos de IMT e continuamos a não cobrar derrama; -----
- c) O Património Municipal aumentou 8 milhões de euros (valia em 2002 63 milhões, vale em 2008 186 milhões). E ainda não está todo avaliado, conforme se releva na Certificação Legal das Contas. -----
- d) A dívida de longo prazo aumentou 2,7 milhões, mas reduziu a de curto prazo em 3,5 milhões. Os encargos com juros e amortizações representam anualmente 2% da despesa total. -----
- A capacidade de endividamento do Município continua com margens muito significativas, como reconhece a Direcção Geral das Autarquias Locais. -----
- e) Os proveitos diferidos atingem, em 2008, 22 milhões de euros. Isso quer dizer que a riqueza criada e não recebida neste ano é muito superior aos encargos não pagos (que são cerca de 15 milhões);
- f) Os encargos com o Pessoal representam 25% do total da despesa - ao nível das melhores empresas, como reconhece o Tribunal de Contas. Pese embora, em 2008, para além da actualização decretada, ter havido mais de 150 promoções e todos os trabalhadores terem a situação contratualmente regularizada e actualizada em consonância com o novo Código de Trabalho; -----
- g) O Activo Líquido do Município atinge 130 milhões de euros (70 milhões de fundos próprios e 60 milhões de passivo). -----
- O rigor e a transparência aferem-se na Execução e espelham-se na eficiência da utilização dos recursos, nas actividades desenvolvidas e na eficácia da prossecução de objectivos. Comprovam-se no cumprimento das regras de contabilidade que a lei minuciosamente determina e que foram expressamente aplicadas. Nesta situação em concreto, o Município de Chaves figura entre os primeiros 15 no contexto dos 308 existentes no país. -----
- Apesar das dificuldades da conjuntura, no Município de Chaves realizam-se mais obras, reforça-se o património Municipal, aumenta-se a capacidade económica e financeira para responder adequadamente às expectativas do presente e do futuro." -----

2.3. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS, NO VALOR DE 1.000.000,00 € E DESTINADO AO FINANCIAMENTO DE PROJECTOS DE INVESTIMENTO. PROPOSTA N.º18/DGFEP/2009. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I. Exposição de Motivos -----

1. CARACTERIZAÇÃO GENÉRICA DO EMPRÉSTIMO -----

De acordo com o disposto na proposta 15/DGFEP/09 cujos termos foram ratificados em Reunião de Câmara de 02 de Abril de 2009, procedeu, a Divisão de Gestão Financeira Económica e Patrimonial, à consulta, daí resultante, para contratação de um empréstimo de médio e longo prazos, no valor 1.000.000,00€, com a seguinte tipologia: -----

o	Reabilitação do Loteamento Industrial da Cocanha	138.450,76€;
o	Rotunda da E.N. em Vidago	40.723,73€;
o	Requalificação de um troço da E.M 507 Acesso à A24	105.637,03€;
o	Obras de Beneficiação do Património Municipal - Estrutura do Fruteiro	100.038,15€;
o	Alpendre e Arranjos Exteriores da Escola Primária do Caneiro	63.847,97€;
o	Reparação e Conservação de escolas - Escola primária de Casas Novas	53.899,76€;
o	Rede de Rega - Multiusos, S.Neutel, Centro Cultural e Bairro dos Fortes	57.589,37€;
o	Execução de Passeios - E.N. 314	51.170,54€;
o	Infra-estruturas na E.N2 Vidago - 2ª fase	143.034,47€;
o	Reabilitação da Muralha do Baluarte do Cavaleiro - Plataforma superior - arranjos exteriores e remodelação da Ilha do cavaleiro - 2ª fase	144.179,49€;
o	Pavimentação da E.M. Argemil a s. Vicente da Raia - troço 1	101.428,73€.

2. RECURSO A FINANCIAMENTO A M/L PRAZO -----

a) Considerando que, no âmbito do disposto no artº 38, da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro - Lei das Finanças Locais, os municípios podem contrair empréstimos junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder créditos, podendo revestir a natureza de curto prazo (maturidade até 1 ano), de médio prazo (maturidade entre 1 a 10 anos) e de longo prazo (maturidade superior a 10 anos);-----

b) Considerando que, os empréstimos a médio e longo prazos podem ser contraídos para aplicação em investimentos, os quais devem estar devidamente identificados no respectivo contrato, e devem ter um prazo de vencimento adequado à natureza das operações que visam financiar, não podendo exceder a vida útil do investimento respectivo; -----

c) Considerando que, de acordo com o disposto no artº 39, da referida lei, o stock da dívida de cada município referente a empréstimos de médio e longo prazos não pode exceder em 31 de Dezembro de cada ano, a soma das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local e da derrama; -----

d) Face ao exposto e no cumprimento do diploma supra indicado, efectuou-se consulta às entidades bancárias sedeadas no Concelho requerendo indicação de taxa de juro, comissões e outros encargos a suportar com o empréstimo a contratar, tudo isto no cumprimento do n.º 7 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações. -----

3. CONSULTA ÀS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS -----

Foram consultadas as seguintes instituições bancárias com vista à apresentação de proposta tendente à adjudicação dos serviços financeiros pretendidos e de acordo com o documento preliminar elaborado pela Autarquia disciplinar das condições gerais e especiais do contrato a celebrar: -----

- o Banco Santander; -----
- o Banco Espírito Santo; -----
- o Caixa Geral de Depósitos; -----

- o Banco Português de Investimento; -----
- o Millennium BCP; -----
- o Montepio Geral; -----
- o Banco Bilbao Biscaya Argentária; -----
- o Banco Internacional do Funchal; -----
- o Banco Português de Negócios; -----
- o Crédito Predial Português; -----
- o Banco Nacional de Crédito Imobiliário; -----
- o Caixa de Crédito Agrícola Mutuo. -----

Apenas consideraram ser oportuna a apresentação da proposta solicitada as seguintes instituições: -----

- o Banco Espírito Santo; -----
- o Millenium BCP; -----
- o Banco Português de Investimento; -----
- o Caixa Geral de Depósitos; -----
- o Caixa de Crédito Agrícola Mútuo; -----
- o Banco Santander. -----

3.1. Com vista a garantir a adequada comparabilidade das propostas apresentadas pelas diversas instituições bancárias que responderam à consulta formulada, foi elaborado quadro sinóptico no qual se encontra depositada toda a informação financeira tida como essencial, para permitir a determinação do seu mérito para efeitos de adjudicação, documento que se encontra anexo à presente proposta e aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos. --

3.2. Afigura-se a proposta do Banco Santander, como a mais vantajosa para o Município atendendo aos seguintes factos: -----

a) Melhor Spread: No quadro em anexo procede-se à análise comparativa dos spreads propostos para qualquer das indexantes, face ao spread apresentado pelo **Banco Santander (1,5% - indexação à Euribor a 3 meses)**: -----

b) Restantes condições: Idênticas para a maior parte das instituições consultadas. -----

II. Proposta em Sentido Estrito -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Presidente da Câmara a adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que numa primeira fase, a presente proposta seja agendada para reunião de executivo Municipal, com vista à obtenção da competente autorização para a contratação do empréstimo anteriormente configurado, sendo, para o efeito, os correspondentes serviços financeiros a adjudicar à instituição bancária "Banco Santander", de acordo a análise económico-financeira das propostas acima apresentada, e nos precisos termos das condições negociais vertidas na proposta seleccionada, documento cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do executivo camarário, deverá a mesma, à luz das disposições combinadas na alínea d) do n.º 2, do artigo 53º, n.º 7 do mesmo artigo e alínea a), do n.º 6, do artigo 64º, todos das leis n.º 169/99 de 18 de Setembro e, na redacção que lhe foi dada pela lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, ser remetida para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, a ter lugar ainda no mês de Abril, com vista ao seu sancionamento pelo aludido órgão deliberativo. -----

c) Alcançado tal desiderato, consubstanciando na aprovação da presente proposta pelos órgãos municipais, dever-se-ão adoptar os

demaís formalismos indispensáveis à celebração do presente contrato de empréstimo, designadamente a aprovação definitiva do seu clausulado por parte do órgão executivo municipal e remessa do competente processo administrativo ao Tribunal de Contas para obtenção de visto. -----

Chaves, 13 de Abril de 2009 -----

A Chefe da DGFEP -----

(Márcia Raquel B. Santos, Dra.) -----

Em anexo: -----

Quadros sinópticos comparativos das propostas apresentadas -----

Mapa Demonstrativo da Capacidade de Endividamento Municipal -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2009.04.13. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DR. JOÃO BATISTA DE 2009.04.13. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista, Dr.^a Maria Aline da Silva Ferreira Caetano, Dr. Luis Manuel Areias Fontes e Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2.4. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS, NO VALOR DE 1.376.801,67 € E DESTINADO AO FINANCIAMENTO DE PROJECTO DE ÍNDOLE COMUNITÁRIA. PROPOSTA N.º19/DGFEP/2009. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I. Exposição de Motivos -----

1. CARACTERIZAÇÃO GENÉRICA DO EMPRÉSTIMO -----

De acordo com o disposto na proposta 13/DGFEP/09 cujos termos foram ratificados em Reunião de Câmara de 02 de Abril de 2009, procedeu, a Divisão de Gestão Financeira Económica e Patrimonial, à consulta, daí resultante, para contratação de um empréstimo de médio e longo prazos, no valor **1.376.801,67€**, com a seguinte tipologia: -----

o "Construção do Centro Escolar de Santa Cruz Trindade" -----

2. RECURSO A FINANCIAMENTO A M/L PRAZO -----

a) Considerando que, no âmbito do disposto no artº 38, da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro - Lei das Finanças Locais, os municípios podem contrair empréstimos junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder créditos, podendo revestir a natureza de curto prazo (maturidade até 1 ano), de médio prazo (maturidade entre 1 a 10 anos) e de longo prazo (maturidade superior a 10 anos);
b) Considerando que, os empréstimos a médio e longo prazos podem ser contraídos para aplicação em investimentos, os quais devem estar devidamente identificados no respectivo contrato, e devem ter um prazo de vencimento adequado à natureza das operações que visam financiar, não podendo exceder a vida útil do investimento respectivo; -----

c) Considerando que, de acordo com o disposto no artº 39, da referida lei, o stock da dívida de cada município referente a empréstimos de médio e longo prazos não pode exceder em 31 de Dezembro de cada ano, a soma das receitas provenientes dos impostos

municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local e da derrama; -----

d) Considerando que podem excepcionar-se do aludido limite, os empréstimos e as amortizações destinados exclusivamente ao financiamento de projectos com comparticipação de fundos comunitários, desde que o montante máximo do crédito não exceda 75% do montante da participação pública nacional necessária para a execução dos projectos co-financiados pelo FEDER ou pelo Fundo de Coesão, os quais devem ser autorizados por despacho do Ministro das Finanças, conforme previsto no n.º6 do art.º39 da Lei das Finanças Locais; -----

e) Considerando que, de acordo com o disposto no artº 51, da Lei de Orçamento de Estado para 2009, os empréstimos excepcionados do limite legal para a contracção de EMLP, contemplados nos nºs 5 e 6, do art.º 39, da LFL, também estão abrangidos pela excepção ao endividamento líquido. -----

f) Face ao exposto e no cumprimento do diploma supra indicado, efectuou-se consulta às entidades bancárias sedeadas no Concelho requerendo indicação de taxa de juro, comissões e outros encargos a suportar com o empréstimo a contratar, tudo isto no cumprimento do n.º 7 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações. -----

3. CONSULTA ÀS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS -----

Foram consultadas as seguintes instituições bancárias com vista à apresentação de proposta tendente à adjudicação dos serviços financeiros pretendidos e de acordo com o documento preliminar elaborado pela Autarquia disciplinar das condições gerais e especiais do contrato a celebrar: -----

- o Banco Santander; -----
- o Banco Espírito Santo; -----
- o Caixa Geral de Depósitos; -----
- o Banco Português de Investimento; -----
- o Millennium BCP; -----
- o Montepio Geral; -----
- o Banco Bilbao Biscaya Argentária; -----
- o Banco Internacional do Funchal; -----
- o Banco Português de Negócios; -----
- o Crédito Predial Português; -----
- o Banco Nacional de Crédito Imobiliário; -----
- o Caixa de Crédito Agrícola Mutuo. -----

Apenas consideraram ser oportuna a apresentação da proposta solicitada as seguintes instituições: -----

- o Banco Espírito Santo; -----
- o Millenium BCP; -----
- o Banco Português de Investimento; -----
- o Caixa Geral de Depósitos; -----
- o Caixa de Crédito Agrícola Mútuo; -----
- o Banco Santander; -----
- o Banif. -----

3.2. Com vista a garantir a adequada comparabilidade das propostas apresentadas pelas diversas instituições bancárias que responderam à consulta formulada, foi elaborado quadro sinóptico no qual se encontra depositada toda a informação financeira tida como essencial, para permitir a determinação do seu mérito para efeitos

de adjudicação, documento que se encontra anexo à presente proposta e aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos. --
3.2. Afigura-se a proposta do Banco Santander, como a mais vantajosa para o Município atendendo aos seguintes factos: -----

a) Melhor Spread: No quadro em anexo procede-se à análise comparativa dos spreads propostos para qualquer das indexantes, face ao spread apresentado pelo **Banco Santander (1,5% - indexação à Euribor a 3 meses)**: -----

b) Restantes condições: Idênticas para a maior parte das instituições consultadas. -----

II. Proposta em Sentido Estrito -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Presidente da Câmara a adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que numa primeira fase, a presente proposta seja agendada para reunião de executivo Municipal, com vista à obtenção da competente autorização para a contratação do empréstimo anteriormente configurado, sendo, para o efeito, os correspondentes serviços financeiros a adjudicar à instituição bancária "Banco Santander", de acordo a análise económico-financeira das propostas acima apresentada, e nos precisos termos das condições negociais vertidas na proposta seleccionada, documento cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do executivo camarário, deverá a mesma, à luz das disposições combinadas na alínea d) do n.º 2, do artigo 53º, n.º 7 do mesmo artigo e alínea a), do n.º 6, do artigo 64º, todos das leis n.º 169/99 de 18 de Setembro e, na redacção que lhe foi dada pela lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, ser remetida para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, a ter lugar ainda no mês de Abril, com vista ao seu sancionamento pelo aludido órgão deliberativo. -----

c) Alcançado tal desiderato, consubstanciando na aprovação da presente proposta pelos órgãos municipais, dever-se-ão adoptar os demais formalismos indispensáveis à celebração do presente contrato de empréstimo, designadamente a aprovação definitiva do seu clausulado por parte do órgão executivo municipal e remessa do competente processo administrativo ao Tribunal de Contas para obtenção de visto. -----

Chaves, 13 de Abril de 2009 -----

A Chefe da DGFE -----

(Márcia Raquel B. Santos, Dra.) -----

Em anexo: -----

Quadros sinópticos comparativos das propostas apresentadas -----

Mapa Demonstrativo da Capacidade de Endividamento Municipal -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2009.04.13. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DR. JOÃO BATISTA DE 2009.04.13. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

2.5. CONSTRUÇÃO, EXPLORAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM PAVILHÃO DESPORTIVO NA AV. DA TRINDADE, FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE, NO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA Nº 23/GAPV/09. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - ANTECEDENTES -----

1. Por deliberações tomadas nos dias 06 e 26 de Novembro de 2008, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, respectivamente, deliberaram a constituição de direito de superfície destinado à concepção, construção, exploração e manutenção de um Pavilhão Desportivo, sito na Av. da Trindade, Freguesia de Santa Cruz/Trindade, concelho de Chaves, nos termos da proposta n.º 116/GAPV/2008, de 03 de Novembro de 2008; -----

2. De seguida procedeu-se à publicação do respectivo anúncio de concurso, no jornal oficial, o qual foi publicado no dia 08 de Janeiro do corrente ano, decorrendo o prazo para a entrega/apresentação de propostas até ao passado dia 05 de Março, estando a abertura das mesmas agendada para o dia seguinte, tendo-se verificado que não foram apresentadas propostas, para o concurso em questão; -----

II - JUSTIFICAÇÃO -----

1. Considerando que com a construção das novas instalações escolares, muito concretamente do Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade, que permitem responder com eficácia às actuais exigências educativas, possibilitando, igualmente, a criação de melhores condições de conforto e funcionalidade que permitam satisfazer as actuais exigências que recaem sobre a Escola, entendida como espaço para acolhimento educativo dos alunos; -----

2. Considerando que com a construção do Pavilhão Desportivo, na Av. da Trindade junto ao Centro Escolar, se pretende colmatar a falta de estruturas desportivas desta natureza - Pavilhões Desportivos -, neste Concelho, que propiciem e fomentem a prática de várias modalidades desportivas, com padrões de qualidade elevada, onde possam praticar desporto quer a população escolar, quer os utilizadores em geral, com níveis de conforto e qualidade consideráveis; -----

3. Considerando que em 16 e 25 de Junho de 2008, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, respectivamente, deliberaram promover um procedimento concursal tendo como principal objectivo a selecção de um parceiro privado para participar com o Município no projecto de concepção, implementação, desenvolvimento, construção, instalação, equipamento, conservação e manutenção do Parque Desportivo de Chaves; -----

4. Considerando que por deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal do pretérito dia 04 e 18 de Dezembro último, respectivamente, foi adjudicado ao consórcio "Casais - Engenharia e Construção, S.A. / Eusébios & Filhos, S.A. / Adriparte Serviços S.A. / Casaisinvest - Gestão de Participações Sociais, SGPS, S.A.", a selecção como parceiro privado, para participar com o Município em Sociedade Comercial para a concepção, implementação, desenvolvimento, construção, instalação, equipamento, conservação e manutenção do Parque Desportivo de Chaves; -----

5. Considerando que a Sociedade Anónima, Flaviaedesporto, Parque Desportivo de Chaves, S.A, já se encontra legalmente constituída e em actividade; -----

6. Considerando que no objecto social da referida sociedade consta a concepção, construção e manutenção do Parque Desportivo e de todas as infraestruturas que o compõem; -----

7. Considerando que a Sociedade Flaviaedesporto, Parque Desportivo de Chaves, S.A, através de ofício dirigido ao Município, com registo de entrada nos serviços administrativos com n.º. 5748, do pretérito dia 13.04.2009, vem manifestar interesse na construção do Pavilhão Desportivo, sito, na Av. da Trindade, junto ao Centro Escolar, propondo a deslocalização de parte do Pavilhão a levar a efeito no Parque Desportivo de Chaves, mantendo-se a duração do direito de superfície pelos mesmos anos do Parque Desportivo; -----

8. Considerando que a referida Sociedade mantém inalterado o plano financeiro aprovado aquando da adjudicação do Parque desportivo de Chaves; -----

III - DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: -----

a) Que seja autorizada, parcialmente, a deslocalização da construção de tal infra-estrutura desportiva, inicialmente prevista para o Parque urbano desportivo de Chaves, para a Av. da Trindade, Freguesia de Santa Cruz e cujo pavilhão desportivo foi objecto de concurso público o qual veio a ficar deserto (Proposta n.º 116/GAPV/2008); -----

b) Concomitantemente, que seja autorizada a constituição do direito de superfície, e para o fim em vista, a favor da empresa "Flaviaedesporto, Parque Desportivo de Chaves, S.A", sobre os prédios rústicos inscritos na matriz predial da freguesia de Santa Cruz/Trindade com o Artigo 42º, respectivamente, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o número 479/20081113 e cuja a duração corresponderá à duração da execução do Projecto do Parque Urbano Desportivo, ou seja, 25 anos; -----

c) Tal alteração não irá comprometer ou determinar a modificação do plano de rendas estabelecido para o projecto do Parque Urbano desportivo e no qual repousou a legal constituição da Sociedade "Flaviaedesporto, Parque Desportivo de Chaves, S.A"; -----

d) Por fim, nos termos do disposto na alínea i), do n.º2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, caso a presente proposta venha a merecer aprovação pelo executivo camarário, deverá a mesma ser agendada para a próxima sessão da Assembleia Municipal, com vista ao seu ulterior sancionamento. -----

Chaves, 14 de Abril de 2009. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----
(Dr. João Batista) -----

Em anexo: -----

- Ofício da Flaviaedesporto, Parque Desportivo de Chaves, S.A; -----

- Estudo Prévio do Pavilhão. -----

DELIBERAÇÃO: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

XV

ASSUNTOS FORA DA ORDEM DO DIA

**(Art.º83, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro
e ulteriores alterações)**

1. CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESTINADO A SAD, CENTRO DE DIA E LAR DE IDOSOS - PEDIDO DE DECLARAÇÃO - ASSOCIAÇÃO LAR SENHOR DOS MILAGRES DE VILA VERDE DA RAIA - SITO EM VILA VERDE DA RAIA - FREGUESIA DE VILA VERDE DA RAIA - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/04/15. -----

O Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto identificado em epígrafe. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Antecedentes -----

Associação Lar Senhor dos Milagres de Vila Verde da Raia possui processo n.º 919/09, destinado a Lar de Idosos, Centro de Dia e SAD.

Localização -----

O terreno objecto de intervenção localiza-se no Lugar de Atalaia, Freguesia de Vila Verde da Raia, Concelho de Chaves. -----

Enquadramento da Pretensão -Com as disposições do PDM -----

De acordo com as plantas de ordenamento do Plano Director Municipal o terreno objecto de parecer insere-se parte na Classe 4 - Espaços Agrícolas e Florestais, na Categoria 4.2 - Espaços Agrícolas e na Sub-Categoria 4.2.A - Espaços Agrícolas (RAN). -----

Segundo as plantas de condicionantes do Plano Director Municipal, possui a servidão ou restrição de utilidade pública a EP- Estradas de Portugal, e a Reserva Agrícola Nacional. -----

Análise do Processo -----

Através do requerimento n.º 1039/09, a Associação Lar Senhor dos Milagres de Vila Verde da Raia vem solicitar a esta edilidade que lhe seja reconhecido o interesse publico relativamente ao equipamento social - destinado a Lar de Idosos, Centro de Dia e SAD - a levar a efeito em Vila Verde da Raia. -----

A edificação em causa - Lar de Idosos, Centro de Dia e SAD, é promovida por uma instituição de solidariedade Social, sem fins lucrativos e que pretende dar uma resposta à população envelhecida da freguesia, criando uma rede social inexistente, e criando assim, postos de trabalho aos habitantes da mesma Freguesia que se encontram desempregados. -----

O terreno objecto de intervenção insere-se na Reserva Agrícola Nacional, e dado que se trata de um equipamento publico de carácter social, julga-se, salvo melhor opinião, que a pretensão se poderá enquadrar no disposto no n.º⁷⁵ do art.º 34 do Reg. do PDM. -----

Proposta de Decisão -----

⁷⁵ Artigo 34º - Usos dominantes e seus condicionamentos -----

4 - Exceptua-se dos condicionamentos constantes dos números anteriores a construção de equipamentos, instalações ou infra-estruturas de interesse público reconhecido formalmente pelo município e por todas as entidades com jurisdição sobre a área em que se localizem, e desde que de acordo com as exigências da legislação aplicável a cada situação. -----

A edificação em causa - Lar de Idosos, Centro de Dia e SAD, é promovida por uma instituição de solidariedade Social. -----
Considerando, após as declarações do Exmo Senhor Presidente do Banco de Portugal, o nosso País encontra-se à beira da deflação, visto este cenário, e face às considerações dos economistas mais bem cotados do nosso País, a melhor forma de a combatermos, é impulsionar a actividade da construção civil, dado que é o maior catalisador de empregos. -----

Considerando que, uma das bandeiras do nosso actual governo, mais propriamente do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, é a promoção da acção social, temos em mãos um projecto prioritário que vai de encontro a tais medidas e necessidades. -----

Pelo exposto, julga-se salvo melhor opinião, que poderá ser objecto de reconhecimento de interesse público por parte deste município, no entanto deixa-se à consideração superior para melhor deliberação. --

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/04/15. -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação ao abrigo do art.º 83º. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a declaração de interesse municipal nos termos da informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE - PEDIDO DE RECTIFICAÇÃO DE CERTIDÃO - LÍDIA MARIA MONTALVÃO CANGUEIRO VASQUES - SITO NO LUGAR DO PODRE (QUINTA) - FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/04/15. -----

O Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto identificado em epígrafe. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Antecedentes -----

A requerente solicita sob requerimento n.º 1035/08, emissão de certidão, em como o prédio rústico inscrito na matriz com o n.º 1212 e descrito na predial sob o n.º 105/19850718, situado no lugar do Podre (Quinta) - Outeiro Seco, freguesia de Outeiro Seco no concelho de Chaves, foi atravessado por um caminho público, e sobre a qual recaiu o parecer técnico de 21/04/08, estando presente em reunião do executivo camarário de 08/05/08, tendo sido deliberado emitir a respectiva certidão. -----

Localização -----

O terreno objecto de parecer situa-se no lugar do Podre (Quinta) - Outeiro Seco, freguesia de Outeiro Seco, no concelho de Chaves. ----

Análise da Pretensão -----

A requerente através do requerimento n.º 975/09, solicita a emissão de certidão com a rectificação das areas, dado que a emitida em

21/05/08 foi baseada nos limites de terreno que constam em ortofotomapas, e agora procedeu-se a levantamento topográfico conforme consta em anexo ao presente requerimento. -----

Face ao levantamento topográfico do terreno constata-se que o terreno possui uma área de 72.737,0 m², constando esta rectificação de área na certidão de teor matricial - artigo n.º 1212- estando neste momento a proceder à rectificação da mesma no registo da conservatória. -----

Foi solicitado informação à DE sobre a área cedida para domínio público, a qual informa através do parecer de 09/04/09, que efectivamente a área cedida para domínio público foi de 2.646,0 m².

Assim, face á informação da DE na qual refere que a abertura do caminho Municipal (C.M. 1060) interceptou o terreno da requerente, dando origem a duas parcelas de terreno distintas. -----

Deste modo o Caminho Municipal dividiu o terreno em duas partes, uma

• Parcela A - 18 141.00 m² -----

• Parcela B - 51 950.00 m² -----

Área ocupada pelo domínio público (Caminho Municipal) é de 2.646.0 m²

Proposta de Decisão -----

Pelo exposto, propõe o deferimento da pretensão, ou seja, emissão de certidão de divisão de o prédio em duas partes. -----

Na Certidão de Divisão deverá constar que o terreno inscrito na matriz sob o n.º 1212, em duas parcelas, Parcela A com área de 18 141.00 m² e Parcela B com área de 51 950.00 m², sendo a área ocupada pelo domínio público (Caminho Municipal) de 2.646.0 m². -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/04/15. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação ao abrigo do art.º 83º. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a acta sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 92, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E nada mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram onze horas e trinta minutos, para constar se lavrou a presente acta, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----
